APEⁿP MAGAZINE

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA de EDUCAÇÃO nas PRISÕES

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Nº 19 | JULHO 2026

DESTAQUE

II CONGRESSO INTERNACIONAL DA APEⁿP
APRESENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES

CONSELHO DA EUROPA ATUALIZA RECOMENDAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES
RECOMENDATION CM/REC(2026)5

NOTÍCIAS

ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA APEⁿP EM EVENTOS (FORMAÇÃO ACREDITADA)

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

YOUTH WORK AND JUVENILE JUSTICE IN PORTUGAL: CHALLENGES, PRACTICES AND FUTURE PATHWAYS
ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO GONÇALVES ZARCO, MATOSINHOS (30 JUNHO, 2026)

JORNADAS PEDAGÓGICAS

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM CONTEXTO PRISIONAL
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE GRÂNDOLA
ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE PINHEIRO DA CRUZ
(08 JULHO, 2026)

ARTIGOS

PRISON EDUCATION IN IRELAND
ROSE KERRIGAN (MOUNTJOY EDUCATION CENTRE, IRELAND)

IT REALLY WORKS: EDUCATING FOREIGN NATIONAL PRISONERS IN THEIR OWN LANGUAGE HELPS
FRANS LEMMERS (EDUCATION BEHIND FOREIGN PRISON BARS FOUNDATION, THE NETHERLANDS)

EDUCAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS DE MOÇAMBIQUE: O CAMINHO PERCORRIDO E OS DESAFIOS DA EFECTIVAÇÃO
JOSÉ HENRIQUES MUTEMBA (ESCOLA DE FORMAÇÃO DA GUARDA PENITENCIÁRIA DO SERNAP, MOÇAMBIQUE)

DA EDUCAÇÃO NA PRISÃO À GESTÃO DO CONHECIMENTO PENITENCIÁRIO
MAZUKYEVICZ NASCIMENTO (ESCOLA DE GESTÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA, BRASIL)

QUE COMPETÊNCIAS TÊM AS PESSOAS RECLUSAS PARA VIVER NUMA SOCIEDADE CADA VEZ MAIS TECNOLÓGICA?
JOSÉ ANTÓNIO MOREIRA (UNIVERSIDADE ABERTA, PORTUGAL)

COMPETÊNCIAS DOS ADULTOS EM PORTUGAL: DOS RESULTADOS DO PIAAC À DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
JOÃO QUEIRÓS (ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO POLITÉCNICO DO PORTO, PORTUGAL)

PROJETOS INTERNACIONAIS (ERASMUS+)

PARTICIPAÇÃO DA APEⁿP

FROM THE MARGINS: INTRODUCING YOUTH WORK TO TREATMENT OF YOUTH OFFENDERS (YW4OFFENDERS)
BELGRADO, SÉRVIA (19-20 FEV, 2026)
ATENAS, GRÉCIA (04-06 MAI, 2026)
MATOSINHOS · VILA DO CONDE · PORTO, PORTUGAL (30 JUN - 02 JUL, 2026)

PARTICIPAÇÃO DO CIDH

ADVANCING JUVENILE JUSTICE AND DETENTION CONDITIONS IN EUROPE (EPO4YOUTH)
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS (CIDH)

ATIVIDADES

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

SUMÁRIO

03 EDITORIAL

04 DESTAQUE

II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES - EDUCAR PARA A LIBERDADE
APRESENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES
José Marques (Escola Secundária João Gonçalves Zarco • APE^{n}P)

CONSELHO DA EUROPA ATUALIZA RECOMENDAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES
RECOMMENDATION CM/REC(2026)5
APE^{n}P

13 NOTÍCIAS

ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA APE^{n}P EM EVENTOS (FORMAÇÃO ACREDITADA)

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
YOUTH WORK AND JUVENILE JUSTICE IN PORTUGAL: CHALLENGES, PRACTICES AND FUTURE PATHWAYS
Escola Secundária João Gonçalves Zarco, Matosinhos (30 jun. 2026)
APE^{n}P

JORNADAS PEDAGÓGICAS
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM CONTEXTO PRISIONAL
Agrupamento de Escolas de Grândola
Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz (8 jul. 2026)
APE^{n}P

18 ARTIGOS

PRISON EDUCATION IN IRELAND
Rose Kerrigan (Mountjoy Education Centre, Ireland)

IT REALLY WORKS: EDUCATING FOREIGN NATIONAL PRISONERS IN THEIR OWN LANGUAGE HELPS
Frans Lemmers (Education Behind Foreign Prison Bars Foundation, the Netherlands)

EDUCAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS DE MOÇAMBIQUE: O CAMINHO PERCORRIDO E OS DESAFIOS DA EFECTIVAÇÃO
José Henriques Mutemba (Escola de Formação da Guarda Penitenciária do SERNAP, Moçambique)

DA EDUCAÇÃO NA PRISÃO À GESTÃO DO CONHECIMENTO PENITENCIÁRIO
Mazukyevicz Nascimento (Escola de Gestão Penitenciária do Estado da Paraíba, Brasil)

QUE COMPETÊNCIAS TÊM AS PESSOAS RECLUSAS PARA VIVER NUMA SOCIEDADE CADA VEZ MAIS TECNOLÓGICA?
José António Moreira (Universidade Aberta, Portugal)

COMPETÊNCIAS DOS ADULTOS EM PORTUGAL: DOS RESULTADOS DO PIAAC À DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
João Queirós (Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, Portugal)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA PRISIONAL EM PORTUGAL: PERFIL DA POPULAÇÃO RECLUSA E OFERTA ACADÉMICA
Séfora Silva & Andreia Bastos (Doutorandas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal)

RESULTADOS DO SEGUNDO PROJETO DE INTERVENÇÕES ASSISTIDAS POR ANIMAIS NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DO FUNCHAL
Sílvia Vasconcelos (Médica Veterinária, Portugal)

38 PROJETOS INTERNACIONAIS (ERASMUS+)

PARTICIPAÇÃO DA APE^{n}P
FROM THE MARGINS: INTRODUCING YOUTH WORK TO TREATMENT OF YOUTH OFFENDERS [YW4OFFENDERS]
Belgrado, Sérvia (19-20 fev., 2026)
Atenas, Grécia (04-06 mai. 2026)
Matosinhos · Vila do Conde · Porto, Portugal (30 jun. - 02 jul. 2026)

PARTICIPAÇÃO DO CIDH
ADVANCING JUVENILE JUSTICE AND DETENTION CONDITIONS IN EUROPE [EPO4YOUTH]
Centro Interdisciplinar de Direitos Humanos (CIDH)

43 ATIVIDADES

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

Agrupamento de Escolas de São Bruno
Centro Educativo Padre António de Oliveira

Agrupamento de Escolas N.º 2 de Beja
Estabelecimento Prisional de Beja

Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins
Estabelecimento Prisional de Chaves

Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro
Estabelecimento Prisional de Coimbra

Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã
Escola Secundária Campos Melo
Estabelecimento Prisional da Covilhã

Agrupamento de Escolas João de Deus
Estabelecimento Prisional de Faro

Escola Secundária de Paços de Ferreira
Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa
Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira

Agrupamento de Escolas de Matosinhos
Estabelecimento Prisional do Porto

Agrupamento de Escolas de Silves
Estabelecimento Prisional de Silves

Escola Secundária João Gonçalves Zarco
Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (feminino)

Escola Secundária Augusto César da Silva Ferreira
Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva
Centro Protocolar da Justiça
Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus

Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva
Escola Secundária Augusto César da Silva Ferreira
Centro Protocolar da Justiça
Estabelecimento Prisional de Alcoentre

Escola Secundária João Gonçalves Zarco
Estabelecimento Prisional do Porto

Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva
Agrupamento de Escolas Nuno Álvares
Estabelecimento Prisional de Castelo Branco

84 SUGESTÕES

LEITURA • CINEMA • MÚSICA

APE^{n}P ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA de EDUCAÇÃO nas PRISÕES

Magazine n.º 19
Edição **APE^{n}P**
Publicação periódica n.º 19 2026 (julho)
Coordenação Editorial: José Alberto Pinto
Paginação: José Carlos Martins
geral@apenp.pt

José Alberto Pinto
Presidente da APE^{n}P
presidente@apenp.pt

CM/REC(2026)5
UMA NOVA VISÃO DA EUROPA PARA A EDUCAÇÃO EM CONTEXTO PRISIONAL

A atualização da Recomendação do Conselho da Europa sobre Educação nas Prisões, aprovada a 8 de abril de 2026, em pleno Congresso da APE^{n}P e que damos conta nesta edição, significa bem mais do que uma simples revisão técnica da Recomendação anterior Rec(89)12, de 1989.

Configura em si uma afirmação renovada, firme e necessária, porquanto a Educação em contexto prisional não se proclama *per se* como gesto acessório, uma concessão generosa ou uma atividade dependente da vontade circunstancial das administrações. É um direito. É uma responsabilidade pública. É condição essencial para a dignidade humana, para a cidadania e para a construção de verdadeiros percursos de (re)inserção.

A Recomendação de 1989 foi, no seu tempo, profundamente marcante.

Reconheceu que todas as pessoas privadas de liberdade deveriam ter acesso à Educação, entendida de forma ampla, integrando ensino escolar, formação profissional, atividades culturais e criativas, educação física, educação social e acesso a serviço de biblioteca. Mais defendeu que a Educação não deveria ocupar lugar inferior ao do trabalho em meio prisional e que, durante o período de execução da pena, deveria assumir-se como peça-chave numa dinâmica de regresso à comunidade.

Por seu turno, a nova Recomendação CM/Rec(2026)5 preserva esse núcleo humanista, mas eleva-o a um novo patamar.

A Educação deixa de ser apenas um instrumento de humanização da prisão ou de preparação para a libertação e passa a ser assumida como parte integrante de uma política de direitos humanos, justiça social e igualdade de oportunidades.

Ancorada em instrumentos fundamentais como a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a Carta Social Europeia, as Regras Penitenciárias Europeias, as Regras de Nelson Mandela, as Regras de Bangkok, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a nova Recomendação afirma que educar na prisão é garantir o acesso efetivo, justo e inclusivo a uma Educação de qualidade.

Uma das alterações mais expressivas reside na ampliação do próprio conceito de Educação.

Em 2026, fala-se explicitamente de educação de adultos, literacias, formação profissional, ensino secundário e superior, competências de empregabilidade, literacia digital, competências de vida, saúde e bem-estar, cidadania ativa, artes, cultura, desporto e acesso a bibliotecas físicas e… digitais.

Compõe uma perspetiva holística, mais contemporânea e mais atenta aos desafios do nosso tempo: a exclusão digital, a diversidade das populações prisionais, a continuidade de percursos educativos pós-libertação e a necessidade de preparar pessoas para o regresso à sociedade com ferramentas reais de participação.

A nova Recomendação é também mais clara e exigente quanto à inclusão.

O acesso à Educação deve abranger todos os reclusos, independentemente da sua origem étnica, nacionalidade, género, idade, deficiência, orientação sexual, língua, religião, situação económica, saúde física ou mental, estatuto processual, duração da pena ou regime de segurança. Acrescenta ainda uma atenção específica a pessoas com dificuldades de literacia, neurodivergentes, com problemas de saúde mental e reclusos estrangeiros.

Outro avanço decisivo é a exigência de qualidade, avaliação, investigação e cooperação.

A Educação em contexto prisional deve ser assegurada por profissionais qualificados, avaliada segundo critérios equivalentes aos da Educação de Adultos no meio exterior, sustentada em investigação e fortalecida por parcerias nacionais e transnacionais.

Quase quatro décadas depois, a mensagem é inequívoca: não basta abrir uma sala de aula dentro de uma prisão. É preciso abrir horizontes. É preciso garantir percursos educativos dignos, diversos, inclusivos e socialmente transformadores.

Para a APE^{n}P, esta Recomendação significa, em simultâneo, reconhecimento, responsabilidade e chamamento. Reconhecimento de um caminho há muito defendido. Responsabilidade de continuar a dar voz a quem acredita que nenhuma pessoa deve ser reduzida ao seu erro. E chamamento, para que a Educação nas Prisões seja assumida como aquilo que verdadeiramente é: uma ponte para a liberdade, uma forma de reconstrução humana e uma promessa concreta de futuro.

EDUCAR PARA A LIBERDADE

CONCLUSÕES DO II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

MATOSINHOS, 08-10 ABRIL 2026

JOSÉ MARQUES

Assessor da Direção da Escola Secundária João Gonçalves Zarco

Representante da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões para a Região Norte

josemarques500@zarco.pt

ENQUADRAMENTO DO CONGRESSO

O II Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APEnP), subordinado ao tema "Educar para a Liberdade", realizou-se nos dias 8, 9 e 10 de abril de 2026, nas instalações da Antiga Fábrica Conserveira Vasco da Gama, em Matosinhos.

Ao longo de três dias, o encontro reuniu professores, investigadores, responsáveis institucionais, profissionais do sistema prisional, entidades parceiras, representantes da comunidade e pessoas com experiência direta de reclusão, criando um espaço plural de reflexão sobre a educação em contexto prisional e sobre o seu papel para uma transformação pessoal, institucional e social.

O Congresso afirmou-se como um lugar de encontro entre diferentes geografias, saberes e práticas. A educação nas prisões foi discutida a partir de perspetivas históricas, jurídicas, pedagógicas, sociais, culturais e políticas, permitindo compreender que a escola em meio prisional não é um elemento periférico da execução da pena, mas uma dimensão estruturante da dignidade humana, da cidadania e da preparação para a vida em liberdade.

A principal conclusão que atravessou os vários painéis pode ser formulada de modo claro: a prisão pode implicar a privação da liberdade, mas não pode implicar a suspensão da dignidade, do direito à educação, da possibilidade de aprender, de participar, de criar e de reconstruir projetos de vida. Educar em contexto prisional é, por isso, educar para a liberdade presente e futura: liberdade interior, liberdade de pensamento, liberdade de escolha responsável e liberdade de uma (re)inserção social efetiva.

Síntese conclusiva. O Congresso demonstrou que a educação em meio prisional deve ser compreendida como investimento social, democrático e humano. Ao reunir experiências nacionais e internacionais, práticas formativas, projetos de investigação, intervenções culturais e testemunhos institucionais, tornou claro que a reinserção não pode ser reduzida à responsabilidade individual da pessoa privada de liberdade. Convoca também a intervenção de áreas como saúde, justiça, trabalho, comunidade, políticas públicas, literacia digital, continuidade de projetos e uma sociedade capaz de se rever criticamente no modo como acolhe quem regressa.

1. A EDUCAÇÃO EM MEIO PRISIONAL COMO DIREITO E COMO COMPROMISSO DEMOCRÁTICO

O primeiro eixo conclusivo do Congresso centrou-se no reconhecimento da educação como direito. A análise comparada de diferentes realidades nacionais e internacionais evidenciou que a entrada da escola na prisão resulta de percursos históricos, legislativos e institucionais distintos, mas que assenta numa convicção comum: a educação não é um privilégio concedido a alguns, mas um direito associado à dignidade e à humanização.

As experiências partilhadas a partir de Portugal, do Brasil, do México, de Moçambique e de Espanha permitiram identificar avanços, fragilidades e desafios comuns. Em vários contextos, existe já enquadramento legal que reconhece a importância da educação em meio prisional; contudo, a existência da lei não garante, por si só, a sua concretização plena. O Congresso demonstrou que a distância entre o que está legislado e o que acontece no quotidiano dos estabelecimentos prisionais continua a ser um dos desafios centrais a enfrentar.

Esta distância manifesta-se na insuficiência de recursos humanos e materiais, na instabilidade de projetos, na falta de condições físicas adequadas, na escassez de formação específica para profissionais que trabalham em contexto prisional e, por vezes, na tensão entre a lógica educativa e a lógica securitária. A conclusão não é a de que estas dimensões sejam incompatíveis, mas a de que devem ser articuladas de forma inteligente, respeitando simultaneamente a segurança, direitos fundamentais e a missão pedagógica da escola

José Alberto Pinto, Presidente da APEⁿP, na sua intervenção inicial aos congressistas, ladeado por (da Esq.ª para a Dir.ª): Nuno Matos, Vereador para a Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida da Câmara Municipal de Matosinhos; Margarida Pereira, Vice-Diretora do Centro de Formação de Associação das Escolas de Matosinhos; José Ramos, Diretor da Escola Secundária João Gonçalves Zarco.

Momento do 2º Painel do Congresso, "Educação e Formação de Adultos (em contexto prisional)", que reuniu elementos prisionais, educativos e ex-recluso/estudante.

2. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS: TRANSFORMAR PERCURSOS, RECONSTRUIR POSSIBILIDADES

O painel, dedicado à Educação e Formação de Adultos em contexto prisional, evidenciou a centralidade das ofertas educativas formais e não formais na reconstrução de trajetórias de vida. Cursos de alfabetização, percursos de Educação e Formação de Adultos, Português Língua de Acolhimento, Formação Modular Certificada, aprendizagem profissional e acesso ao ensino superior foram apresentados como caminhos que permitem desenvolver competências, reforçar a autoestima, projetar o futuro e preparar o regresso à comunidade.

A educação em contexto prisional não se limita à transmissão de conteúdos, porquanto envolve relação, confiança, tempo, persistência e capacidade de adaptação. Os contributos apresentados sublinharam que trazer os alunos à escola é um desafio, mas mantê-los envolvidos, motivados e reconhecidos no processo de ensino e aprendizagem é um desafio ainda maior. O professor, neste contexto, não é apenas transmissor de conhecimento, mas mediador, referência, agente de estabilidade, promotor de expectativas e construtor de pontes entre a vida em reclusão e a vida pós-reclusão.

Outro desafio transversal foi a literacia digital. A dificuldade de acesso à internet, a obsolescência de equipamentos, a impossibilidade de utilização de determinados recursos tecnológicos e a reduzida formação digital criam uma dupla penalização: durante a reclusão, limitam o acesso a aprendizagens essenciais. Após a libertação, dificultam a reintegração num mundo em que a cidadania, o trabalho, os serviços públicos e a comunicação dependem cada vez mais de competências digitais. O Congresso deixou, por isso, uma mensagem inequívoca: combater a exclusão digital em meio prisional é também combater a exclusão social. Permitiu ainda concluir que a formação dos profissionais é indispensável.

Lecionar numa prisão exige preparação para lidar com regras próprias, constrangimentos institucionais, emoções intensas, histórias de vida marcadas por rupturas e ambientes nem sempre favoráveis à aprendizagem. A criação de formação específica, o acompanhamento de docentes, o trabalho colaborativo entre equipas pedagógicas e a articulação com psicólogos, educadores, técnicos, guardas prisionais e direções dos estabelecimentos foram identificados como condições fundamentais para a qualidade e sustentabilidade da intervenção educativa.

3. SAÚDE, ADIÇÕES E EDUCAÇÃO: DIMENSÕES INSEPARÁVEIS DA INCLUSÃO

O painel dedicado à Saúde nas Prisões colocou em evidência a necessidade de pensar a educação de forma integrada com as dimensões física, mental, emocional e social da pessoa privada de liberdade. As adições e os consumos, em particular, foram identificados como uma problemática de grande complexidade, com impacto direto na vida prisional, na estabilidade dos percursos educativos e nos processos de reinserção. A referência às drogas sintéticas, cuja evolução é frequentemente mais rápida do que o conhecimento disponível sobre os seus efeitos e formas de intervenção, revelou a urgência de respostas preventivas, terapêuticas e educativas mais articuladas.

Na verdade, a saúde em contexto prisional não pode ser vista apenas como prestação de cuidados clínicos. No seu bojo inclui a saúde física e mental, relações institucionais saudáveis, prevenção de comportamentos de risco, justiça restaurativa, promoção de ambientes humanizados e valorização do ser humano. A um tal desiderato desempenha a educação papel decisivo, permitindo desenvolver consciência crítica, competências pessoais e sociais, sentido de responsabilidade e capacidade de projetar alternativas.

O Congresso chamou também a atenção para a necessidade de políticas e práticas educativas sensíveis à diversidade da população prisional. Falar de educação nas prisões exige considerar diferenças de género, idade, nacionalidade, língua, percurso escolar, saúde, história familiar, contexto social e relação prévia com a escola. A igualdade de acesso não significa oferecer a todos exatamente o mesmo, mas criar respostas ajustadas às necessidades concretas de cada pessoa e de cada estabelecimento prisional.

A dimensão de género foi particularmente relevante, ao lembrar que reclusos/as podem enfrentar necessidades, responsabilidades familiares, experiências de vulnerabilidade e expectativas sociais distintas. Do mesmo modo, os reclusos estrangeiros, as minorias e pessoas com trajetórias educativas interrompidas exigem respostas pedagógicas específicas, capazes de reduzir barreiras e criar condições reais de participação.

Deste modo, uma conclusão a ser retirada é que a educação em meio prisional deve ser universal no seu direito, mas diferenciada nas suas estratégias. A equidade deve orientar o desenho das ofertas, a distribuição de recursos, a formação de equipas e a avaliação dos resultados.

Manuel Alvim Cortes, Representante da Associação 'Rugby com Partilha' - Associação de Promoção da Prática de Rugby nos Meios Prisionais, no 3º Painel do Congresso: "Saúde nas Prisões".

4. INVESTIGAÇÃO, PROJETOS E BOAS PRÁTICAS: CONHECER MELHOR PARA INTERVIR MELHOR

O painel dedicado a Projetos e Trabalhos de Investigação mostrou a vitalidade de um campo em crescimento, mas também as suas fragilidades. Foram apresentados estudos, projetos pedagógicos, iniciativas culturais, artísticas, musicais, bibliotecárias e tecnológicas que demonstram o potencial transformador da educação em meio prisional. A música, as curtas-metragens, as bibliotecas, os projetos de leitura, as intervenções culturais e os trabalhos biográficos revelaram-se formas concretas de humanização, participação e desenvolvimento de competências.

Uma das conclusões mais relevantes deste eixo foi a necessidade de garantir a sua continuidade. Muitos projetos revelam resultados positivos, mas perdem impacto quando não dispõem de financiamento, avaliação, estabilidade institucional ou capacidade de replicação. A inovação, em contexto prisional, não pode depender apenas da boa vontade individual ou do entusiasmo pontual de equipas. Precisa de estrutura, acompanhamento, reconhecimento e integração nas políticas educativas e prisionais.

Foi igualmente sublinhada a importância de aproximar a academia dos profissionais que trabalham diariamente nos estabelecimentos prisionais. A investigação é necessária para produzir conhecimento, avaliar práticas e fundamentar políticas. Contudo, deve dialogar de forma mais próxima com professores, técnicos, guardas, educadores, direções e alunos. Investigar sobre educação nas prisões implica investigar com os seus protagonistas, escutando o conhecimento prático acumulado no terreno e transformando-o em evidência útil para a intervenção.

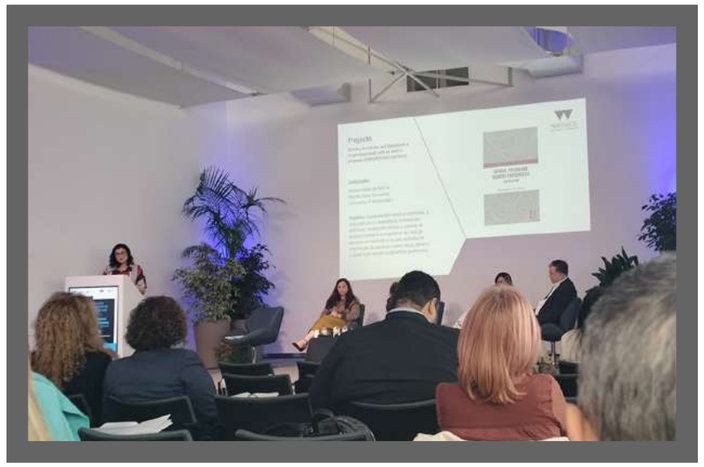
Carlos Ferreira (UTAD • APEⁿP) apresentando um dos vários projetos do 4º Painel: "Projetos e Trabalhos de Investigação" em que participou a APEⁿP: Projeto Erasmus+ "Pathways for Change: Recognising Erasmus+ as a Tool for Resocialisation in European Correctional Institutions".

5. REINSERÇÃO: RESPONSABILIDADE PARTILHADA ENTRE PESSOAS, INSTITUIÇÕES E COMUNIDADES

O quinto painel, dedicado à Reinserção, consolidou uma das ideias mais fortes do Congresso: a reinserção não depende apenas da vontade individual da pessoa privada de liberdade, mas demanda uma intervenção articulada entre educação, instituições prisionais, autarquias, entidades sociais, serviços de reinserção, saúde, formação profissional, mercado de trabalho, famílias e comunidade. Mais exige uma transformação do próprio sistema e da forma como a sociedade olha para quem cumpriu ou cumpre pena.

Foi lembrado que, em muitos casos, falar em "reintegração" pode ser insuficiente ou até problemático, tendo em conta que muitas pessoas nunca beneficiaram de plena integração social antes da prisão. Percursos marcados por pobreza, abandono escolar, exclusão, ruturas familiares, dependências, doença mental, violência ou falta de oportunidades desafiam a sociedade a pensar para além da ideia simplista de regresso a uma comunidade que, por vezes, nunca acolheu verdadeiramente.

Neste sentido, a educação assume uma função profundamente social. Não elimina per se todos os fatores de exclusão, mas oferece instrumentos de leitura do mundo, competências de participação, qualificação, autoestima, sentido de pertença e capacidade de escolha. A melhor forma de proteger a sociedade não é apenas punir. É criar condições para que cada pessoa possa regressar com mais recursos, mais consciência, mais apoio e mais possibilidades de não reincidir.



Sílvia Gomes (Warwick University, UK) intervindo no 5º Painel: "Reinserção"

6. A CULTURA COMO PRESENÇA, VOZ E HUMANIZAÇÃO

Para além dos painéis, o Congresso integrou momentos culturais e de partilha que reforçaram a noção de pessoas privadas de liberdade como sujeitos criadores e não apenas objeto de reflexão.

A Feira de Artesanato permitiu conhecer trabalhos produzidos por estudantes reclusos/as, revelando criatividade, técnica, identidade e sentido de realização. Os posters pela Universidade Fernando Pessoa, os momentos musicais, os poemas musicados, as curtas-metragens e as intervenções artísticas mostraram que a educação também acontece pela expressão simbólica, pela arte, pela palavra e pela escuta.

A intervenção de Joel Cleto sobre a história de Custóias e da Quinta do Bispo, bem como o espetáculo musical com Ana Deus, contribuíram para ligar memória, território, cultura e liberdade. Estes momentos não foram acessórios. Demonstraram que humanizar o sistema prisional implica abrir espaço à voz, à história, ao talento e à imaginação de todos quantos nele vivem e trabalham.

A cultura aproxima. Permite que a sociedade veja para além do rótulo, que a escola atravesse muros simbólicos e que o indivíduo em reclusão se reconheça capaz de produzir beleza, significado e pertença.

Interior da Antiga Fábrica Conserveira Vasco da Gama, com exposição de trabalhos de reclusos/as-estudantes dos Estabelecimentos Prisionais do Porto, Santa Cruz do Bispo (fem.) e Estabelecimento Prisional junto da Polícia Judiciária do Porto.

Joel Cleto numa das participações mais aclamadas do Congresso

7. LINHAS DE AÇÃO E COMPROMISSOS PARA O FUTURO

Das intervenções, debates e testemunhos emergem linhas de ação claras.

Em primeiro lugar, é necessário reforçar o direito à educação em meio prisional, garantindo condições materiais, recursos humanos, espaços adequados, horários compatíveis, estabilidade de ofertas e articulação entre ministérios e entidades envolvidas. A educação deve deixar de ser percecionada como complemento e passar a ser assumida como eixo central da execução da pena e da reinserção.

Em segundo lugar, importa investir na formação específica de professores, técnicos, guardas prisionais e demais profissionais que intervêm neste contexto. A qualidade da educação em meio prisional depende de equipas preparadas, emocionalmente acompanhadas, capazes de cooperar e conscientes da complexidade institucional, pedagógica e humana em que atuam.

Em terceiro lugar, deve ser reforçada a literacia digital, com soluções seguras, progressivas e adaptadas ao contexto prisional, suficientemente ambiciosas para não perpetuar a exclusão. Presentemente, preparar alguém para a liberdade implica preparar para um mundo digital.

Elementos da organização e participantes com Ana Deus, após a sua atuação (a distância) com reclusos do Estabelecimento Prisional do Porto.

Em quarto lugar, é fundamental assegurar a continuidade de projetos que apresentam resultados positivos, criando mecanismos de avaliação, financiamento, disseminação e replicação. Boas práticas não devem permanecer isoladas. Devem ser conhecidas, estudadas, adaptadas e partilhadas.

Em quinto lugar, a investigação deve aproximar-se ainda mais do terreno, valorizando a voz dos professores, dos alunos, das direções, dos técnicos, dos guardas e das instituições parceiras. O conhecimento académico será tanto mais útil quanto mais dialogar com a experiência concreta de quem constrói educação todos os dias dentro dos estabelecimentos prisionais.

Por fim, é necessário comunicar melhor com a sociedade. O Congresso mostrou trabalho, compromisso e qualidade que merecem ser divulgados para lá dos círculos especializados. Dar visibilidade pública à educação nas prisões é combater o estigma, criar pontes com a comunidade e recordar que a reinserção é uma responsabilidade coletiva.

8. NOTA FINAL

O II Congresso Internacional da APEⁿP confirmou que educar em contexto prisional é uma tarefa exigente, mas indispensável. Exigente porque decorre em ambientes marcados por regras, tensões, limitações e histórias de vida complexas. Indispensável porque, sem educação, formação, saúde, cultura, trabalho e comunidade, a prisão corre o risco de reproduzir exclusões em vez de criar possibilidades de transformação.

Ficou demonstrado que a educação em meio prisional é um investimento e não um custo. Investimento na pessoa, na comunidade, na segurança, na justiça e na coesão social. Investimento porque cada percurso educativo recuperado representa uma possibilidade de futuro. Cada competência desenvolvida representa uma ferramenta de liberdade. Cada projeto continuado representa uma ponte entre o dentro e o fora.

O Congresso deixou, assim, uma responsabilidade comum: continuar a afirmar a educação como direito, como prática de humanização e como condição de liberdade. Educar para a liberdade é reconhecer que ninguém se reduz ao erro cometido, que a dignidade não termina à porta da prisão e que uma sociedade verdadeiramente democrática se mede também pela forma como educa, acompanha e acolhe aqueles que vivem ou viveram em situação de privação de liberdade.

Gonçalo Cunha Pires, Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, na sua alocução ao Congresso na Sessão de Encerramento.

AGRADECIMENTOS E RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL

Por fim, importa reconhecer o apoio da Câmara Municipal de Matosinhos, do Centro de Formação de Associação das Escolas de Matosinhos, da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, dos estabelecimentos prisionais envolvidos, das escolas associadas e parceiras, bem como das demais instituições e pessoas que contribuíram para a realização deste Congresso. Permitam-me, ainda, deixar um agradecimento especial a todos os professores e membros da organização que trabalharam incansavelmente para tornar possível a concretização deste importante evento.

O sucesso do Congresso resultou precisamente da articulação entre escola, prisão, autarquia, academia, instituições sociais, saúde, cultura, desporto e comunidade, reunidas em torno de uma convicção comum tal como plasmada no seu título: Educar para a Liberdade.

Entrega de quadro, produzido por reclusos, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Luísa Salgueiro, pelas Coordenadoras Pedagógicas nos Estabelecimentos Prisionais do Porto e Santa Cruz do Bispo (fem.) e Professoras da Escola Secundária João Gonçalves Zarco - Adelaide Silva (à dir.ª) e Isabel Ramos (à esq.ª).

CONSELHO DA EUROPA ATUALIZA RECOMENDAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES

RECOMMENDATION CM/REC(2026)5

A Recomendação **CM/Rec(2026)5** sobre Educação em contexto prisional, adotada pelo Comité de Ministros em 8 de abril de 2026, na 1556.ª reunião dos Delegados dos Ministros, veio substituir a anterior Recomendação Rec(89)12, de 1989.

Esta atualização procura responder aos desenvolvimentos mais recentes no domínio tecnológico, nomeadamente no ensino e na aprendizagem digitais, bem como incorporar uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciam a capacidade de aprendizagem das pessoas reclusas, incluindo a neurodiversidade, as dependências e os problemas de saúde mental. Pretende, ainda, assegurar que a oferta educativa em contexto prisional, bem como a sua qualidade, sejam devidamente avaliadas.

A nova Recomendação reafirma o princípio fundamental de que o acesso à Educação deve ser garantido a reclusos ao longo de todo o período de detenção, através de um currículo amplo, equilibrado e comparável ao que é disponibilizado aos aprendentes adultos no meio exterior.

Neste enquadramento, a Educação é entendida em sentido amplo, abrangendo não apenas modelos educativos tradicionais, mas também o desenvolvimento de competências práticas que permitam a indivíduos privados de liberdade gerir melhor o período de reclusão e, sobretudo, preparar a sua reintegração pós-libertação.

A Recomendação atribui ainda particular relevância à formação profissional, à literacia digital, às artes criativas, às atividades culturais, à educação física e ao desporto, bem como ao acesso a serviços de biblioteca.

A sua implementação será acompanhada pelo Conselho de Cooperação Penológica (PC-CP) e pelo Comité Europeu para os Problemas Criminais (CDPC) do Conselho da Europa, garantindo o alinhamento com as melhores práticas internacionais e promovendo a cooperação entre as principais partes interessadas.

NOTA: Apresenta-se uma tradução não oficial da Recomendação CM/Rec(2026)5 elaborada pela APEºP.

Recomendação CM/Rec(2026)5 do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre educação em contexto prisional
(Adotada pelo Comité de Ministros em 8 de abril de 2026, na 1556.ª reunião dos Delegados dos Ministros)

O Comité de Ministros, nos termos do artigo 15.º, alínea b), do Estatuto do Conselho da Europa (Série de Tratados Europeus, STE n.º 1),
. Considerando que o objetivo do Conselho da Europa é o de alcançar maior unidade entre os seus membros e que esse objetivo pode ser prosseguido, designadamente, através de uma ação comum que assegure o acesso equitativo a uma educação de boa qualidade para todos;
. Tendo em conta a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (STE n.º 5) e os seus protocolos, em particular o Protocolo Adicional (STE n.º 9), que afirma que "a ninguém pode ser negado o direito à educação";
. Tendo igualmente em conta a jurisprudência relevante do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos;
. Tendo em conta a Carta Social Europeia revista (STE n.º 163), bem como o trabalho desenvolvido pelo Comité Europeu dos Direitos Sociais;
. Tendo em conta a Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (STE n.º 126), bem como o trabalho realizado pelo Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT);
. Tendo em conta a Recomendação Rec(2006)2-rev do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre as Regras Penitenciárias Europeias, que estabelece, na Regra 28, que "os estabelecimentos prisionais devem procurar proporcionar a todos os reclusos o acesso a programas educativos tão abrangentes quanto possível e que respondam às suas necessidades individuais, tendo em conta as suas aspirações";
. Considerando que assegurar uma educação de qualidade para todos é uma responsabilidade pública;
. Reconhecendo a importância da educação no desenvolvimento do indivíduo e da comunidade;
. Reconhecendo que uma elevada proporção da população reclusa abandonou a escolaridade obrigatória antes da sua conclusão e teve experiências educativas anteriores limitadas ou negativas, apresentando, por isso, necessidades e aspirações educativas por satisfazer;
. Considerando que o acesso à educação em meio prisional reduz a reincidência através da melhoria das oportunidades de trabalho, do aumento da cidadania ativa e da desistência da prática criminal;
. Considerando que a educação em contexto prisional contribui para humanizar as prisões e melhorar as condições de detenção das pessoas ofensoras que vivem e trabalham nestas instituições;
. Reconhecendo que, na aplicação prática de determinados direitos ou medidas, de acordo com as recomendações seguintes, podem justificar-se distinções entre pessoas condenadas e pessoas em prisão preventiva;
. Reconhecendo que proporcionar a indivíduos recluídos acesso a uma educação de qualidade, quer dentro da prisão, quer, quando viável, na comunidade, é importante para alcançar o objetivo primordial de fazer com que a vida em contexto de privação de liberdade reproduza, tanto quanto possível, os aspetos positivos da vida em comunidade e de facilitar a reintegração bem-sucedida na sociedade;
. Reconhecendo a importância de continuar a salvaguardar o acesso à educação e a objetivos mais amplos, incluindo a preparação das pessoas reclusas para a libertação e reintegração na sociedade, apesar de desafios como o crescimento da população prisional e a sobrelotação;
. Tendo igualmente em conta as seguintes recomendações do Comité de Ministros do Conselho da Europa aos Estados-membros:

- Recomendação Rec(2003)23 sobre a gestão, pelas administrações prisionais, de reclusos condenados a prisão perpétua e de outros (reclusos) de longa duração;
- Recomendação Rec(2006)13 sobre o recurso à prisão preventiva, as condições em que esta ocorre e a prestação de garantias contra abusos;
- Recomendação CM/Rec(2012)5 sobre o Código Europeu de Ética para o Pessoal Prisional;
- Recomendação CM/Rec(2012)12 relativa a reclusos estrangeiros;
- Recomendação CM/Rec(2012)13 sobre a garantia de uma educação de qualidade;
- Recomendação CM/Rec(2014)3 referente a ofensores perigosos;
- Recomendação CM/Rec(2019)10 sobre o desenvolvimento e a promoção da educação para a cidadania digital.

TENDO PRESENTE:

- A Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (1948), que proclama, no artigo 26.º, que "toda a pessoa tem direito à educação" e que a "educação deve visar à plena expansão da personalidade humana";
- O Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (1966), que reconhece, no artigo 13.º, "o direito de toda a pessoa à educação";
- As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela, 2015), que estabelecem, como princípio básico na Regra 4, que "as administrações prisionais e demais autoridades competentes devem proporcionar educação, formação profissional e trabalho", a serem "facultados em consonância com as necessidades individuais de tratamento dos reclusos";
- As Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres em Prisões e Medidas Alternativas à Privação de Liberdade - Regras de Banguecoque, 2010; e
- A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000), que reconhece, no artigo 14.º, que "todas as pessoas têm direito à educação, bem como ao acesso à formação profissional e contínua",

1. Substitui, pelo texto da presente Recomendação, a Recomendação Rec(89)12 do Comité de Ministros aos Estados-membros sobre educação em contexto prisional;
2. Recomenda que os governos dos Estados-membros:

a. Adotem todas as medidas adequadas, aquando da revisão da sua legislação e prática pertinentes, para aplicar os princípios estabelecidos no anexo à presente Recomendação;
b. Assegurem a divulgação da presente Recomendação e do seu memorando explicativo junto das autoridades e entidades relevantes, em particular das administrações prisionais, dos serviços de reinserção social e dos prestadores de educação em contexto prisional, e a tornem acessível aos reclusos.

ANEXO À RECOMENDAÇÃO CM/REC(2026)5

I. ÂMBITO

A presente Recomendação aplica-se apenas a pessoas reclusas adultas. Devem aplicar-se regras distintas à educação de crianças detidas, tendo em consideração a sua idade, o seu desenvolvimento individual, as suas necessidades e as suas aspirações.

Para efeitos da presente Recomendação, entende-se por "pessoas reclusas" as pessoas privadas de liberdade às quais são aplicáveis as Regras Penitenciárias Europeias - Rec(2006)2-rev.

A presente Recomendação aplica-se igualmente aos serviços de reinserção social que operam nas prisões e que podem contribuir para garantir o acesso de reclusos a programas educativos adequados.

A presente Recomendação refere-se a um conceito amplo de educação, que deve incluir disciplinas académicas abrangidas pelos modelos educativos tradicionais, formação profissional, literacia digital, artes criativas e atividades culturais, educação física e desporto, ensino de competências para a vida e acesso a serviços de biblioteca.

A presente Recomendação não deve ser interpretada como impedindo a aplicação de outros instrumentos e normas internacionais relevantes que sejam mais favoráveis à garantia do direito à educação de pessoas adultas.

II. DEFINIÇÕES

Para efeitos da presente Recomendação, os termos e expressões que se seguem devem ser entendidos nos seguintes termos:

- **Artes criativas** - no contexto educativo, abrangem um conjunto alargado de disciplinas artísticas, incluindo as artes visuais, a música, o teatro e a escrita criativa, promovendo a criatividade, a autoexpressão, o desenvolvimento integra da pessoa e o desenvolvimento de múltiplas competências.
- **Autoridade pública** - corresponde a um organismo, entidade ou outra organização que, a qualquer nível, detenha poderes para supervisionar, fiscalizar ou tomar decisões, representando ou atuando em nome da população do território em causa, independentemente do seu estatuto jurídico ao abrigo do direito público ou privado. As autoridades públicas podem atuar a nível local, regional ou nacional, de acordo com a organização constitucional de cada país.
- **Cidadania ativa** - corresponde à participação do indivíduo na sociedade civil, na comunidade e/ou na vida política, assente no respeito mútuo, na não-violência e em conformidade com os princípios dos direitos humanos e da democracia.
- **Competências de empregabilidade** - dizem respeito, sobretudo, às relações interpessoais e incluem competências transferíveis, atributos pessoais e valores fundamentais, de natureza universal e não específicos de uma determinada profissão. São aplicáveis a diferentes empregos e contextos laborais, como por exemplo, o trabalho em equipa e a capacidade de seguir instruções.
- **Competências para a vida** - centram-se sobretudo no bem-estar pessoal e na vida quotidiana, correspondendo a competências e capacidades práticas que os indivíduos adquirem e utilizam para gerir o seu dia a dia, como a gestão das finanças pessoais e a elaboração de orçamentos.
- **Currículo amplo e equilibrado** - corresponde a uma oferta diversificada de disciplinas e programas que permitem às pessoas reclusas desenvolver um conjunto abrangente de conhecimentos e competências, obter qualificações e diplomas formais, e responder às diferentes necessidades e interesses da população prisional.
- **Educação** - compreende todo o processo destinado a facilitar a aprendizagem ou a aquisição de conhecimentos, competências, valores, crenças e hábitos.
- **Educação complementar** - corresponde à educação e formação que ocorre após o ensino secundário, mas que não é considerada ensino superior.
- **Educação de Adultos** - designa o conjunto de processos de aprendizagem, formais, não formais e informais, através dos quais pessoas com mais de 18 anos desenvolvem e enriquecem as suas capacidades para viver e trabalhar, tanto em benefício próprio como em benefício das suas comunidades, organizações e sociedades. Pode ainda incluir a educação contínua ou complementar, ou a educação de segunda oportunidade.
- **Educação física** - visa desenvolver a competência física dos indivíduos, o seu conhecimento sobre o movimento e a segurança, bem como a sua capacidade de aplicar esse conhecimento na realização de uma ampla gama de atividades associadas à promoção de um estilo de vida ativo e saudável.
- **Ensino secundário** - também designado como ensino de segundo nível, corresponde ao nível de ensino que sucede ao ensino básico e precede o ensino superior ou complementar. É habitualmente disponibilizado a estudantes entre os 12 e os 18 anos, embora esta faixa etária possa variar consoante o país.
- **Ensino superior** - também designado, no contexto internacional, como ensino de terceiro nível ou ensino terciário, corresponde à etapa final da aprendizagem formal após a conclusão do ensino secundário.
- **Formação Profissional** - designa o processo de aquisição de competências e conhecimentos relacionados com um ofício, ocupação ou profissão específicos, centrando-se, sobretudo, na empregabilidade.
- **Literacia digital** - corresponde à capacidade de encontrar, avaliar e produzir informação clara através dos meios de comunicação e de outras plataformas digitais.
- **Literacias de adultos** - refere-se ao processo através do qual as pessoas adultas adquirem competências essenciais de escuta

e expressão oral, leitura, escrita, numeracia e utilização de tecnologia do quotidiano. Este processo permite aos indivíduos identificar, compreender, interpretar, criar, comunicar e calcular, reforçando, em última análise, a sua capacidade de resolver problemas e tomar decisões informadas.

- **Neurodivergente** - descreve pessoas cujo funcionamento cerebral apresenta diferenças relativamente ao padrão considerado típico, envolvendo capacidades, necessidades e desafios próprios.
- **Prestador de educação** - designa a entidade ou organização que disponibiliza educação a pessoas reclusas. Pode tratar-se de uma instituição pública de ensino, de uma empresa privada, de uma organização não governamental ou de um organismo público não educativo.

III. REGRAS
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. Todas as pessoas reclusas devem ter acesso à educação.
2. A educação em contexto prisional deve integrar um currículo amplo e equilibrado, equivalente quanto ao nível, à abrangência, à qualidade e às qualificações conferidas, à educação disponibilizada a aprendentes adultos na comunidade.
3. A educação em contexto prisional deve assentar em princípios e práticas da educação de adultos, devendo aproximar-se, tanto quanto possível, de todos os aspetos da oferta educativa dirigida a adultos existente na comunidade.
4. O planeamento da execução da pena deve considerar as necessidades e potencialidades educativas de cada pessoa, tendo igualmente em conta os seus interesses e aspirações.
5. A educação de pessoas reclusas constitui uma responsabilidade pública, independentemente da entidade ou instituição que assegure a respetiva prestação em contexto prisional.
6. A educação deve ser disponibilizada logo após a entrada no estabelecimento prisional e manter-se acessível durante todo o período de detenção.
7. Os certificados e qualificações educativas obtidos por pessoas reclusas não devem conter qualquer menção ao facto de a educação ter sido ministrada em contexto prisional.
8. A educação não deve assumir estatuto inferior ao do trabalho e ao de outras atividades integradas no regime prisional, não devendo as pessoas reclusas ser prejudicadas financeiramente ou de outra forma, em razão da sua participação em atividades educativas.

ACESSO À EDUCAÇÃO

9. O acesso à educação deve ser garantido a todos os reclusos, independentemente da origem étnica, nacionalidade, género, idade, deficiência, orientação sexual, língua, religião, opinião política ou outra, condição económica, social, física ou mental.
10. O acesso à educação deve ser proporcionado a todos os reclusos, independentemente da duração da pena, da situação de prisão preventiva, do regime de segurança aplicável ou da respetiva avaliação individual.

RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO

11. Compete às autoridades públicas desenvolver, implementar e dotar de recursos políticas e práticas necessárias à garantia de uma educação de qualidade em contexto prisional.
12. Compete igualmente às autoridades públicas desenvolver medidas e apoiar as partes interessadas relevantes, com vista a facilitar a continuidade de aprendizagem após a libertação.
13. Devem ser envidados todos os esforços necessários para incentivar a participação ativa da população reclusa em programas educativos.

OFERTA EDUCATIVA

14. As pessoas reclusas devem ter acesso ao ensino secundário, com vista à obtenção da correspondente certificação nacional.
15. As pessoas reclusas devem ter acesso a formação profissional e ao desenvolvimento de competências de empregabilidade, de modo a melhorar as suas perspetivas de integração profissional após a libertação.
16. As pessoas reclusas devem ter acesso ao ensino superior, sempre que tal se revele adequado, de modo a responder às suas necessidades educativas e a permitir a concretização das suas aspirações futuras.
17. As pessoas reclusas devem ter acesso às artes criativas e a outras atividades culturais, com o objetivo de desenvolver competências transferíveis e reforçar o seu capital cultural.
18. As pessoas reclusas devem ter acesso à educação física e ao desporto, de modo a preservar e melhorar a sua saúde física e mental.
19. As pessoas reclusas devem ter acesso à aprendizagem em literacia digital, no quadro de uma infraestrutura técnica segura, com vista à redução da divisão digital vivida em contexto prisional.
20. As pessoas reclusas devem ter acesso a cursos de competências práticas para a vida, de modo a gerir melhor a vida em contexto prisional e após a libertação.
21. As pessoas reclusas devem ter acesso à educação para a saúde e o bem-estar, com vista a gerir melhor a vida em contexto prisional e a manter um estilo de vida saudável.
22. As pessoas reclusas devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem que promovam a cidadania ativa, permitindo-lhes compreender e exercer os seus direitos, bem como cumprir as suas responsabilidades enquanto cidadãos.

APOIO EDUCATIVO A GRUPOS ESPECÍFICOS

23. Deve ser conferida especial atenção à resposta às necessidades educativas específicas das pessoas reclusas que careçam de apoio à aprendizagem, incluindo:
    a. Pessoas reclusas que necessitem de apoio em literacias de adultos, de modo a gerir melhor a vida em contexto prisional, reforçar a sua empregabilidade e preparar a sua libertação;
    b. Pessoas reclusas identificadas como neurodivergentes ou que experienciem problemas de saúde mental, de modo a gerir melhor a vida em contexto prisional, reforçar a sua empregabilidade e preparar a sua libertação;
    c. Pessoas reclusas estrangeiras, de modo a melhorar as suas competências de comunicação e compreensão, gerir melhor a vida em contexto prisional, reforçar a sua empregabilidade e preparar a sua libertação.

COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO

24. A educação em contexto prisional deve ser assegurada por profissionais especificamente formados e qualificados, que adotem metodologias e práticas próprias da educação de adultos.
25. As pessoas reclusas devem ter acesso direto, pelo menos uma vez por semana, a uma biblioteca bem equipada, que inclua materiais de leitura, áudio e vídeo em formato digital. Sempre que possível, deve ser proporcionado acesso a bibliotecas existentes na comunidade.
26. As pessoas reclusas devem ser autorizadas a participar em atividades educativas fora do estabelecimento prisional, sempre que tal seja possível.
27. Sempre que a educação decorra no interior do estabelecimento prisional, a comunidade exterior deve ser envolvida tão plenamente quanto possível.
28. A oferta e a qualidade da educação em contexto prisional devem ser objeto de revisão e inspeção regulares, com recurso aos mesmos critérios de avaliação aplicáveis à oferta de educação de adultos e de educação complementar existentes na comunidade.
29. A investigação deve ser suficientemente financiada e realizada com regularidade, de modo a permitir a atualização do currículo, estrutura e metodologias, em conformidade com a investigação educativa contemporânea e a evolução internacional nesta área.
30. A inovação e as boas práticas devem ser partilhadas através de projetos, parcerias e redes nacionais e transnacionais.

APEnP

NOTÍCIAS

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

YOUTH WORK AND JUVENILE JUSTICE IN PORTUGAL

CHALLENGES, PRACTICES AND FUTURE PATHWAYS

(FORMAÇÃO ACREDITADA)

ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO GONÇALVES ZARCO

MATOSINHOS (30 DE JUNHO 2026)

No âmbito da participação da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APEⁿP) no projeto Erasmus+: *From the margins: Introducing youth work to treatment of youth offenders (YW4OFFENDERS)*, Portugal recebeu, nos dias 30 de junho, 1 e 2 de julho de 2026, uma visita de estudo das organizações parceiras do projeto. Esta iniciativa teve como principal objetivo promover a reflexão e a partilha de práticas em torno do trabalho juvenil no acompanhamento de jovens em conflito com a lei, valorizando o diálogo entre diferentes contextos nacionais, institucionais e profissionais.

Integrado nesta visita de estudo, realizou-se, no dia 30 de junho de 2026, na Escola Secundária João Gonçalves Zarco, em Matosinhos, o Seminário Internacional "Youth Work and Juvenile Justice in Portugal: Challenges, Practices and Future Pathways".

O evento foi organizado pela APEⁿP, em parceria com a Escola Secundária João Gonçalves Zarco e o Centro de Formação de Associação das Escolas de Matosinhos (CFAE Matosinhos), tendo sido acreditado como ação de formação de curta duração para professores, relevando para efeitos de progressão na carreira docente.

O seminário reuniu parceiros nacionais e internacionais, professores, investigadores, profissionais da justiça, segurança social, saúde, comissão de proteção de crianças e jovens (CPCJ), bem como representantes de organizações da sociedade civil.

A sessão de abertura contou com as intervenções de Vasso Karzi, Representante da Social Empowerment (SE), da Grécia; Ivana Stevanović, Diretora do Institute of Criminological and Sociological Research (ICSR), da Sérvia; Lidija Bukvić, Diretora do Center for Positive Youth Development (CEPORA), também da Sérvia; José Alberto Pinto, Presidente da APEⁿP; e José Ramos, Diretor da Escola Secundária João Gonçalves Zarco, Escola Associada de vários Estabelecimentos Prisionais da região do Porto.

Desde a sessão inicial, tornou-se evidente a dimensão colaborativa e internacional do projeto, bem como a importância de aproximar experiências institucionais, académicas e comunitárias.

Dragana Bogićević, representante do CEPORA, organização coordenadora do projeto, apresentou os principais objetivos do *YW4OFFENDERS*: desenvolver e implementar um programa de trabalho juvenil dirigido a jovens em conflito com a lei, reforçar as competências dos profissionais que intervêm com esta população e sensibilizar diferentes setores para o potencial do trabalho juvenil nos processos de reintegração social.

José Alberto Pinto, em representação da APEⁿP, enquadrou os objetivos da visita de estudo a Portugal, articulando o seminário, as visitas no terreno, nomeadamente ao nível do contexto institucional - Centro Educativo de Santa Clara (Vila do Conde), e ao nível do contexto comunitário - Centro Juvenil de Campanhã (Porto), e os contributos nacionais para o desenvolvimento do Work Package 2 do projeto. A sua intervenção permitiu situar o encontro num percurso mais amplo de cooperação europeia, orientado para a construção de respostas mais educativas, inclusivas e centradas nos jovens.

Sessão de abertura do Seminário Internacional: "Youth Work and Juvenile Justice in Portugal: Challenges, Practices and Future Pathways" (da Esq.ª para a Dit.ª): Vasso Karzi, Representante da organização Social Empowerment, Grécia; Ivana Stevanović, Diretora do Institute of Criminological and Sociological Research (ICSR), Sérvia; Lidija Bukvić, Diretora do Center for Positive Youth Development (CEPORA), Sérvia; José Alberto Pinto, Presidente da APEⁿP; José Ramos, Diretor da Escola Secundária João Gonçalves Zarco.

A sessão temática dedicada à justiça juvenil em Portugal, teve como oradora Sofia Silva, doutoranda na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

A intervenção permitiu compreender o modelo português de justiça juvenil, assente numa orientação tutelar educativa. Mais do que centrar-se na punição, este modelo procura identificar a resposta educativa de que cada jovem necessita, promovendo a responsabilização, o respeito pela lei e a reintegração na comunidade. Esta abordagem exige que o jovem seja compreendido para além do ato praticado, considerando a sua história pessoal, o contexto familiar, as vulnerabilidades, as oportunidades disponíveis e o seu potencial de mudança.

Sofia Silva, doutoranda na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, na apresentação da sua comunicação.

Um dos aspetos centrais do seminário consistiu na valorização das respostas em meio comunitário. Sempre que possível, tais respostas devem ser privilegiadas, uma vez que permitem evitar institucionalizações desnecessárias e preservar ligações fundamentais à família, à escola, à formação, ao emprego e às redes locais de apoio.

Todavia, ficou igualmente evidente que a sua eficácia depende da existência de recursos adequados, de uma coordenação interinstitucional consistente e de planos de intervenção verdadeiramente significativos. As medidas comunitárias não devem limitar-se ao cumprimento formal de obrigações judiciais; devem constituir oportunidades estruturadas de desenvolvimento pessoal, reparação relacional, participação social e construção de responsabilidade.

A mesa-redonda da tarde, moderada por Mário Marques, do Agrupamento de Escolas Ibn Mucana, docente no Estabelecimento Prisional do Linhó (Cascais) e dirigente da APEⁿP, trouxe para o debate perspetivas comunitárias, educativas e institucionais.

Ricardo Costa, Diretor Técnico-Pedagógico da Casa de Acolhimento do Centro Juvenil de Campanhã (Porto), chamou a atenção para a crescente pressão sentida pelas respostas residenciais e de emergência. Estas estruturas, criadas para assegurar proteção imediata, enfrentam hoje situações cada vez mais complexas, marcadas por experiências de trauma, comportamentos disruptivos, atrasos judiciais e ausência de alternativas especializadas.

Maria da Luz Azevedo, Diretora do Núcleo de Apoio Técnico da Delegação Regional de Reinserção do Norte (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais), destacou o papel essencial dos serviços de reinserção na avaliação, acompanhamento, monitorização e concretização das decisões judiciais em intervenções educativas efetivas. A sua contribuição evidenciou a necessidade de assegurar continuidade no apoio, fortalecer as respostas comunitárias e coordenar os múltiplos atores envolvidos perante jovens cujas necessidades dificilmente se enquadram numa única categoria institucional.

Eduardo Garrido, Diretor do Centro Educativo de Santa Clara - Vila do Conde (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais), trouxe para o debate a perspetiva das respostas institucionais. Com efeito, sublinhou que o internamento em Centro Educativo continua a ser necessário em determinadas situações, devendo, porém, preservar sempre a sua finalidade educativa, reabilitadora e reintegradora. Para tal, frisou a importância de investir na formação especializada dos profissionais, nomeadamente em práticas informadas pelo trauma, saúde mental, gestão de comportamentos de crise, consumo de substâncias, abordagens restaurativas, trabalho com famílias e planeamento da reintegração.

As conclusões do seminário apontam para uma ideia transversal: a justiça juvenil não pode agir isoladamente. A crescente complexidade dos percursos dos jovens em contacto com o sistema de justiça exige respostas multidisciplinares, articuladas e centradas na pessoa. Educação, saúde, proteção social, famílias, autarquias, organizações comunitárias e profissionais de juventude devem trabalhar em conjunto para garantir continuidade, prevenir o estigma e criar oportunidades reais de pertença.

O seminário deixou, assim, uma mensagem clara: o futuro da justiça juvenil em Portugal depende de mais cooperação, mais formação especializada, respostas comunitárias mais robustas e instituições capazes de preservar uma missão educativa e baseada em direitos.

O trabalho juvenil pode constituir uma ponte entre a intervenção legal e a vida quotidiana dos jovens, ajudando-os a construir identidade, autonomia, responsabilidade e esperança.

Nenhum jovem deve ser deixado para trás: responder ao conflito com a lei exige responsabilização, mas também cuidado, educação, proteção e investimento no seu potencial.

APEⁿP

Mesa-redonda do Seminário (da Esq.ª para a Dit.ª): Edurado Garrido, Diretor do Centro Educativo de Santa Clara; Mário Marques - Moderador (Agrupamento de Escolas Ibn Mucana | Estabelecimento Prisional do Linhó • APEⁿP); Maria da Luz Azevedo, Diretora do Núcleo de Apoio Técnico - Delegação Regional de Reinserção do Norte (DGRSP); Ricardo Costa, Diretor Técnico-Pedagógico da Casa de Acolhimento do Centro Juvenil de Campanhã.

Co-funded by the European Union

The views and opinions expressed are those of the author(s) and do not necessarily reflect the position of the European Union or the Tempus Foundation. Neither the European Union nor the Tempus Foundation can be held responsible for them.

JORNADAS PEDAGÓGICAS

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM CONTEXTO PRISIONAL

(FORMAÇÃO ACREDITADA)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE GRÂNDOLA | ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE PINHEIRO DA CRUZ

[8 DE JULHO 2026]

No dia 8 de julho de 2026, Grândola e o Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz receberam as *Jornadas Pedagógicas – Educação e Formação em Contexto Prisional*, uma iniciativa acreditada como Ação de Curta Duração, com a duração de seis horas. Organizadas pelo Agrupamento de Escolas de Grândola, em articulação com o Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz, estas jornadas constituíram um momento relevante de encontro, reflexão e partilha entre profissionais ligados à educação e formação em meio prisional.

Os trabalhos tiveram início na Escola Secundária António Inácio da Cruz, escola sede do Agrupamento de Escolas de Grândola, com a receção e acolhimento dos participantes. Seguiu-se a sessão de abertura, no anfiteatro da escola, que contou com intervenções de Maria Isabel Gomes, Coordenadora Pedagógica dos EFA do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz e representante da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões; José Alberto Pinto, Presidente da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões; Felismina Rosa Covas, Diretora do Centro de Formação da Associação de Escolas do Alentejo Litoral; Paula de Pinho Martins, Diretora do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz; Orlando Figueiredo Carvalho, Diretor-Geral da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; e Maria Ângela Filipe, Diretora do Agrupamento de Escolas de Grândola.

Sessão de Abertura na Escola Secundária António Inácio da Cruz, Escola-sede do Agrupamento de Escolas de Grândola: (da Esqu.ª para a Dt.ª) José Alberto Pinto (Presidente da APEⁿP); Paula Martins (Diretora do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz); Orlando Carvalho (Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais); Maria Ângela Filipe (Diretora do Agrupamento de Escolas de Grândola); Felismina Covas (Diretora do Centro de Formação da Associação de Escolas do Alentejo Litoral); Maria Isabel Gomes (Coordenadora Pedagógica dos cursos EFA do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz • APEⁿP).

Sessão de trabalho interpares na Escola Secundária António Inácio da Cruz (período da manhã)

Continuação dos trabalhos no período da tarde, na sala de visitas (parlatório) do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz

Após este momento institucional, os participantes foram convidados a trabalhar em sessões interpares, organizadas em salas temáticas. Estes grupos centraram-se em áreas fundamentais da educação e formação em contexto prisional: Ensino Básico e Ensino Secundário.

Em cada sala, procurou-se refletir sobre problemas concretos, estratégias de intervenção, boas práticas e formas de melhorar o acompanhamento dos percursos formativos. A escolha deste formato permitiu valorizar a experiência dos profissionais no terreno e promover uma discussão próxima das realidades vividas diariamente nas escolas em contexto prisional.

Depois do almoço, realizado na Associação Casa do Pessoal do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz, os trabalhos foram retomados no próprio estabelecimento prisional. A visita ao Núcleo Escolar permitiu aos participantes contactar diretamente com o espaço educativo existente no interior da prisão, reforçando a importância da Escola como lugar de continuidade, dignidade e reconstrução de percursos.

Durante a tarde, tiveram lugar duas apresentações particularmente relevantes. José Alberto Pinto, Presidente da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões, dedicou a sua intervenção à atualização da Recomendação do Conselho da Europa sobre Educação nas Prisões CM/Rec(2026)5, num primeiro momento, e, de seguida, à Educação em contexto prisional em Portugal, enquadrando desafios, necessidades e caminhos possíveis para o reforço nesta área.

Por seu turno, Paula Lança, Coordenadora Pedagógica do Agrupamento de Escolas n.º 2 de Beja no Estabelecimento Prisional de Beja e membro da Direção da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões, apresentou o Programa Erasmus+ na Educação em Contexto Prisional, evidenciando possibilidades de internacionalização, cooperação, partilha de boas práticas, bem como de inovação pedagógica.

Um dos momentos centrais das jornadas consistiu na apresentação das conclusões das sessões de trabalho realizadas durante a manhã. Tal partilha permitiu sistematizar contributos, identificar preocupações comuns e dar visibilidade a propostas construídas coletivamente. Mais do que um exercício formal, este momento afirmou a importância do trabalho colaborativo entre docentes, técnicos, coordenações pedagógicas, instituições prisionais e entidades associativas.

A sessão de encerramento contou com as intervenções de Paula Lança (Coordenadora Pedagógica do Agrupamento de Escolas n.º 2 de Beja no Estabelecimento Prisional de Beja • APEⁿP), Maria Isabel Gomes (Coordenadora Pedagógica dos EFA do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz • APEⁿP), José Alberto Pinto (Presidente da APEⁿP) e Paula Martins (Diretora do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz).

As jornadas terminaram com a consciência de que a Educação em contexto prisional exige compromisso, continuidade e cooperação entre diferentes instituições. Ao reunir profissionais de várias áreas em torno de uma reflexão comum, este encontro reforçou a convicção de que a Escola em meio prisional, se assume como espaço essencial de formação, cidadania e esperança.

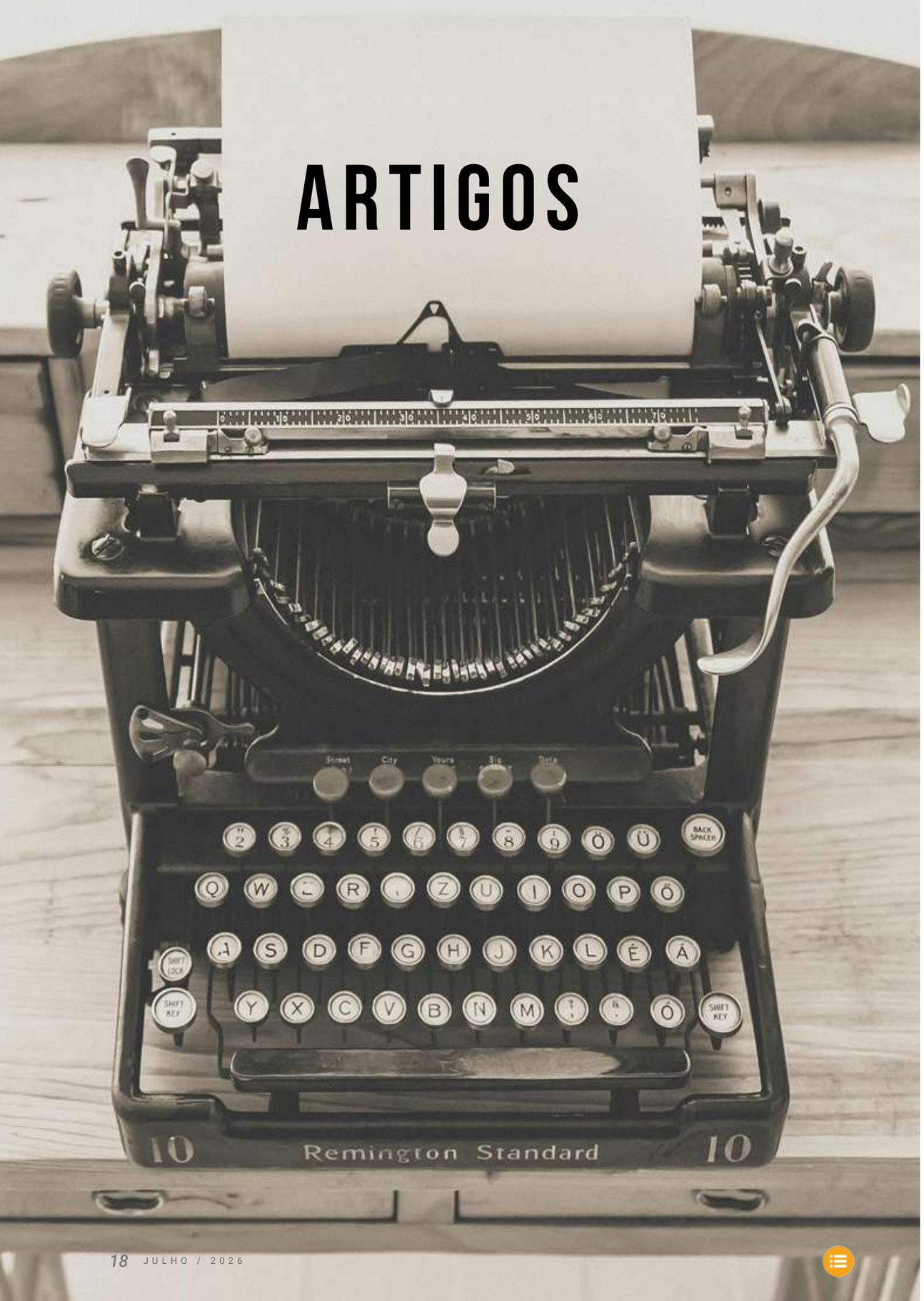
A Associação Portuguesa de Educação nas Prisões agradece à organização das "Jornadas Pedagógicas - Educação e Formação em Contexto Prisional", aos seus intervenientes e instituições representadas, assim como a todos os participantes no evento pelo valioso contributo em prol da dignificação da Educação em contexto prisional e da promoção do seu reconhecimento, designadamente: Coordenadora Pedagógica do Agrupamento de Escolas n.º 2 de Beja no Estabelecimento Prisional de Beja e dirigente da APEⁿP (Paula Lança), Coordenadora Pedagógica dos EFA do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz e dirigente da APEⁿP (Maria Isabel Gomes), Presidente da APEⁿP (José Alberto Pinto), Diretora do Centro de Formação da Associação de Escolas do Alentejo Litoral (Felismina Covas), Diretora do Agrupamento de Escolas de Grândola (Maria Ângela Filipe), Diretora do Estabelecimento Prisional de Pinheiro da Cruz (Paula Martins) e Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (Orlando Carvalho).

A todos o nosso bem-haja!

APEⁿP

Cofinanciado pela União Europeia

ARTIGOS



PRISON EDUCATION IN IRELAND

ROSE KERRIGAN

Head Teacher
Mountjoy Education Centre (Dublin)
rakerrigan@ipsedu.ie

THE IRISH PRISON SYSTEM

The prison system in Ireland is managed by the Irish Prison Service (IPS), which operates under the Department of Justice. Although relatively small by international standards, the Irish prison estate includes closed prisons, open centres, remand institutions, specialist units, and women's prisons distributed throughout the country (Irish Prison Service [IPS], 2024).

In recent years, Ireland has experienced significant prison population growth and increasing overcrowding pressures. *The Irish Prison Service Annual Report 2023* recorded an average daily prison population of 4,582, while daily custody figures in April 2026 exceeded 5,800 prisoners (see Table 1). Overcrowding and the high turnover associated with short-term imprisonment create major challenges for the continuity of education and training (IPS, 2026).

	Average Number in Custody in April
Arbour Hill	136
Castlerea	469
Cloverhill	478
Cork	415
Limerick Female	90
Limerick Male	402
Loughan House	134
Midlands	1,126
Mountjoy Female	225
Mountjoy Male	1,127
Portlaoise	309
Shelton Abbey	104
Training Unit	97
Wheatfield	707
Total	**5,819**

Table 1 - Average number of persons in custody by prison in April 2026.

Many people entering Irish prisons come from socially and economically disadvantaged backgrounds and have experienced educational exclusion long before imprisonment. Early school leaving, literacy difficulties, unemployment, addiction, homelessness, trauma, and mental health difficulties are significantly more common among prison populations than within the general population (IPS, 2024).

Research consistently demonstrates that many prisoners have had negative experiences of formal schooling. Some left school at an early age, while others experienced disrupted education, undiagnosed learning difficulties, or exclusion from mainstream education. As a result, prison education often represents the first positive educational experience many learners have encountered.

Educational provision differs across institutions depending on population profile, security level, staffing and available facilities.

EDUCATION IN IRISH PRISONS

Education in Irish prisons is delivered primarily through partnerships between the Irish Prison Service and regional Education and Training Boards. Participation in education is voluntary and generally follows the principles of adult education rather than compulsory schooling.

This learner-centred approach is widely regarded as one of the strengths of the Irish prison education system. Learners are encouraged to identify their own educational interests and goals, while teachers work to create supportive and respectful learning environments.

Despite overcrowding and institutional pressures, participation rates in prison education have remained relatively strong. The Irish Prison Service Annual Report 2023 indicated that educational participation continued to increase across the prison estate, with approximately 45% of prisoners engaging in educational activities (IPS, 2024).

Educational provision within Irish prisons is broad and diverse. Programmes typically include:

- literacy and numeracy
- basic education
- secondary-level subjects
- QQI-accredited courses
- vocational education
- information technology
- creative arts programmes
- personal development courses
- English language provision
- higher education opportunities with Open University & Irish universities and colleges

Educational practice within prisons is highly varied because prison classrooms often contain learners with very different educational backgrounds and abilities

Teachers therefore work within highly differentiated learning environments that require flexibility, patience, and individualised approaches. The partnership structure between ETBs and Irish prisons is summarised in Figure 1.

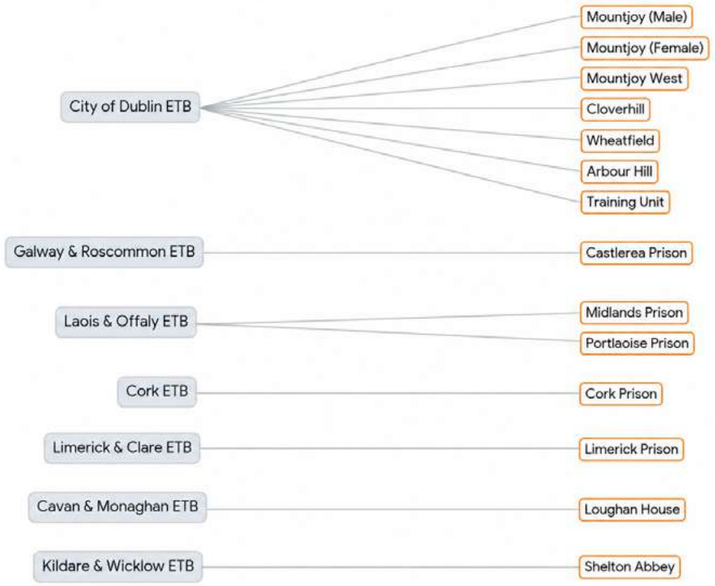


Figure 1 - Education and Training Board Partnerships with Irish Prisons.

TEACHERS IN IRISH PRISONS

Teachers working within Irish prisons are generally employed through regional Education and Training Boards and come from diverse educational backgrounds, including adult literacy, vocational education, secondary teaching, arts education and higher education.

Prison educators often bring pedagogical approaches shaped by adult and community education traditions. These approaches emphasise dialogue, participation, learner autonomy, encouragement and respect.

Teaching within prisons requires considerable flexibility and interpersonal skill. Prison classrooms are shaped by institutional routines, security procedures, trauma, addiction, mental health difficulties, interrupted attendance, and varying educational abilities.

Unlike many mainstream educational settings, prison education frequently involves:

- mixed-ability groups
- disrupted learning patterns
- restricted access to materials
- security-related interruptions
- and highly individualised teaching approaches

Relationships are central to effective prison education. Many learners enter prison classrooms with low educational confidence and negative experiences of schooling. Building trust can therefore take considerable time.

Teachers frequently emphasise consistency, encouragement, and mutual respect rather than authority or discipline. The classroom may become one of the few spaces within prison where learners experience positive affirmation and constructive dialogue.

For some learners, prison education marks the first time they have had a positive experience of education. The majority of persons in custody (67.7%) on 31 December 2023 were early school leavers (IPS, 2024).

There is also growing recognition of the need for specialised professional development for prison educators, particularly in areas such as trauma-informed practice, neurodiversity, mental health awareness, intercultural education, restorative practice, and digital learning.

Given the complexity of prison teaching environments, continuing professional support is increasingly recognised as essential.

ADULT EDUCATION AND FURTHER EDUCATION POLICY CONTEXT

Prison education in Ireland occupies a distinctive place within the country's broader educational landscape. Although modest in scale compared with larger European systems, Irish prison education has increasingly come to be understood not simply as a service delivered within prisons, but as an important part of lifelong learning, rehabilitation, and social inclusion.

Irish prison education is strongly shaped by traditions of adult and community education. These traditions emphasise learner-centred practice, equality of access, participation, personal development, and transformative learning. Rather than viewing education solely in terms of discipline or employability, Irish adult education policy has historically emphasised education as a means of empowerment, active citizenship, and social participation (Department of Further and Higher Education, Research, Innovation and Science [DFHERIS], 2021; SOLAS, 2020).

Prison education in Ireland is closely connected to the wider Further Education and Training (FET) sector. Educational provision is delivered primarily through regional Education and Training Boards (ETBs), which are statutory bodies responsible for adult education, literacy provision, vocational training, community education, and further education across Ireland (SOLAS, 2020).

This partnership model places prison education within mainstream public education structures rather than treating it as a separate correctional service. Prison learners are therefore viewed as adult learners with educational rights and progression pathways comparable to those available in community settings.

The development of prison education has also been influenced by broader national educational policy frameworks, including:

- Adult Literacy for Life Strategy (DFHERIS, 2021)
- SOLAS Further Education and Training Strategy (SOLAS, 2020)
- Ireland's National Skills Strategy (Government of Ireland, 2016)

These policy frameworks emphasise lifelong learning, widening participation, digital inclusion, social inclusion, and educational access for disadvantaged groups. Prison learners are recognised within Irish policy discourse as individuals who may face multiple barriers to participation, including low prior educational attainment, literacy difficulties, trauma, addiction, unemployment, and social exclusion (DFHERIS, 2021; Government of Ireland, 2016; SOLAS, 2020).

The integration of prison education into the wider FET system also allows learners to access nationally recognised qualifications through the Quality and Qualifications Ireland (QQI) framework. This creates opportunities for progression into vocational training, apprenticeships, further education, and higher education following release (SOLAS, 2020).

LITERACY AND FOUNDATIONAL LEARNING

Literacy education remains central to prison education in Ireland and reflects broader national adult literacy policy. Many prisoners have experienced educational marginalisation and may have left school with limited reading, writing, numeracy, or communication skills (DFHERIS, 2021).

Adult Literacy for Life, Ireland's national adult literacy strategy, highlights the importance of reducing stigma and creating supportive learner-centred environments for adults with literacy needs. These principles are particularly important within prison education, where shame and low educational confidence can be significant barriers to participation (DFHERIS, 2021).

Teachers working in literacy education frequently emphasise trust-building, encouragement, and confidentiality. For many learners, returning to education requires overcoming deeply negative experiences of schooling and long-standing feelings of educational failure.

Foundational learning within prisons is therefore about much more than acquiring technical skills. Literacy education can support confidence-building, communication, independence, and participation in wider social life.

The impacts of literacy learning are often highly practical and personal. Learners may become able to write letters to family members, support their children's education, complete forms, apply for employment, or engage more confidently with services and institutions.

Importantly, literacy education can also reshape how learners view themselves. Many educators working within prisons observe that educational success, even at introductory levels, can have profound effects on confidence, motivation, and self-esteem.

VOCATIONAL EDUCATION AND SKILLS DEVELOPMENT

Vocational education forms an increasingly important part of prison education in Ireland and reflects wider national priorities concerning employability and skills development (Government of Ireland, 2016; SOLAS, 2020).

Vocational programmes offered across the prison estate include areas such as:

- Catering
- Horticulture
- industrial cleaning
- woodworking
- construction-related skills
- manufacturing
- recycling
- and barista training

Many vocational programmes are linked to QQI accreditation and align with national labour-market priorities identified by SOLAS and other state agencies. Increasing attention is also being given to sustainability and green skills, including energy-retrofitting and environmental projects (Government of Ireland, 2016; SOLAS, 2020).

Vocational education can provide learners with practical qualifications and employment pathways following release. However, educators within prisons frequently emphasise that vocational learning should not be understood solely in economic terms.

Participation in vocational programmes can also contribute to routine, motivation, teamwork, communication skills, confidence, and personal responsibility. In many cases, learners who initially engage through practical or workshop-based activities later progress into other forms of education.

The combination of practical learning and accredited qualifications is particularly important within prison education because it allows learners to build educational portfolios that remain portable after release.

CREATIVE AND ARTS EDUCATION

Creative and arts education has a particularly strong tradition within Irish prisons. Creative writing, visual arts, music, drama, crafts, and theatre programmes are widely recognised as valuable forms of educational engagement and personal development.

Arts-based education provides opportunities for reflection, communication, emotional expression, and confidence-building that may not always be possible through conventional academic models alone.

For some learners, creative programmes provide an accessible route back into education after long periods of educational exclusion. Artistic activities can help reduce anxiety associated with formal classroom environments and encourage participation among learners who may initially lack confidence.

Creative education also contributes to the cultural and social dimensions of prison life. In some institutions, collaborations with writers, musicians, artists, and theatre practitioners create meaningful links between prisons and the wider community.

Teachers frequently observe that creative learning can support communication skills, emotional literacy, concentration, patience, and self-expression. These outcomes may not always be easily measurable through formal qualifications, but they remain important educational achievements.

HIGHER EDUCATION

Although access remains relatively limited, higher education opportunities are available to some learners through distance learning, university partnerships, and independent study.

In recent years, increasing numbers of prisoners have participated in Open University programmes and other forms of third-level education. Higher education can play an especially important role within prison education because it encourages intellectual engagement, long-term goal setting, and identity transformation.

Learners frequently describe the experience of becoming "a student" rather than being defined solely as "a prisoner". This shift in identity can contribute significantly to motivation, confidence, and future educational aspirations.

Higher education within prisons also reflects broader principles of educational equality and lifelong learning. Supporters argue that access to advanced education should not be restricted solely because an individual is imprisoned.

However, participation in higher education within prisons can be challenging. Restricted internet access, limited digital infrastructure, staffing pressures, and security requirements can create barriers to participation.

DIGITAL LEARNING AND EDUCATIONAL ACCESS

Digital exclusion has become an increasingly important issue within prison education internationally, including in Ireland (DFHERIS, 2021; SOLAS, 2020).

Modern education, employment, and

public services rely heavily on digital skills and online access. Yet prisoners frequently experience highly restricted access to technology because of security concerns.

This creates significant educational challenges. Learners may have limited opportunities to develop digital literacy skills that are increasingly necessary for employment, communication, further education, and participation in everyday life.

Restricted internet access can also affect access to online learning resources, research materials, virtual learning platforms, and higher education supports.

ETBs have increasingly recognised the importance of digital inclusion and secure educational technology. However, balancing educational access with institutional security remains a continuing challenge (DFHERIS, 2021; SOLAS, 2020).

As education systems become more digitally dependent, improving access to secure digital learning environments is likely to become an increasingly important priority within prison education policy.

EDUCATION, REHABILITATION, AND REINTEGRATION

One of the central aims of prison education is to support reintegration into society following release. Irish educational policy increasingly emphasises inclusion, progression pathways, and lifelong learning across all sectors of society, including among individuals who have experienced social exclusion and criminal justice involvement (Government of Ireland, 2016; SOLAS, 2020). Education contributes to reintegration in several interconnected ways. It can:

- improve literacy and employability
- increase confidence and self-efficacy
- strengthen communication skills
- encourage personal development
- foster critical thinking
- and create pathways toward further education and employment

Importantly, education can also support social and relational dimensions of reintegration. Many learners report that educational achievement enables them to become more involved parents, partners, and community members.

The concept of desistance, which refers to the process through which individuals move away from offending behaviour, has become increasingly influential within discussions of prison education. Research suggests that desistance is connected not only to employment opportunities, but also to identity change, relationships, hope, and the ability to imagine different futures.

Education can play a significant role in this process. Educational participation may help learners develop confidence, self-discipline, long-term goals, and a stronger sense of personal agency.

Teachers working in prisons frequently observe forms of progress that are not always easily captured through formal statistics. Increased patience, improved communication, stronger self-esteem, and willingness to participate socially can be equally important indicators of educational development.

While education alone cannot resolve the structural causes of crime, inequality, or social exclusion, it can significantly improve an individual's capacity to rebuild their life following release.

CONCLUSION

Prison education in Ireland forms an important part of the country's wider adult and further education system. Although prison education operates within highly challenging institutional environments shaped by overcrowding, short sentences, restricted resources, and social disadvantage, it continues to provide valuable educational opportunities for thousands of learners each year (IPS, 2024; SOLAS, 2020).

Irish prison education is strongly influenced by traditions of adult and community education that emphasise learner-centred practice, inclusion, participation, and personal development. Within this framework, education is understood not only as preparation for employment, but also as a means of supporting confidence, identity transformation, communication, and social participation.

Educational provision within Irish prisons is broad and diverse, ranging from literacy and foundational learning to vocational education, creative programmes, and higher education opportunities. For many learners, educational participation represents the first positive experience of learning in their lives.

Prison education cannot by itself resolve the wider structural causes of social exclusion or offending behaviour. However, it can play a significant role in supporting rehabilitation, reintegration, and lifelong learning.

As Ireland continues to confront challenges relating to overcrowding, inequality, and educational disadvantage, prison education is likely to remain an important area of educational and social policy. Sustained investment in educational access, digital inclusion, professional support for teachers, and progression opportunities for learners will remain essential to the future development of prison education in Ireland (DFHERIS, 2021; Government of Ireland, 2016; IPS, 2024, 2026; SOLAS, 2020).

REFERENCES

Department of Further and Higher Education, Research, Innovation and Science. (2021). *Adult literacy for life: A 10-year adult literacy, numeracy and digital literacy strategy.* Government of Ireland. https://www.gov.ie/en/department-of-further-and-higher-education-research-innovation-and-science/publications/adult-literacy-for-life-a-10-year-adult-literacy-strategy/

Government of Ireland. (2016). *Ireland's national skills strategy 2025: Ireland's future.* https://www.gov.ie/en/department-of-further-and-higher-education-research-innovation-and-science/publications/irelands-national-skills-strategy/

Irish Prison Service. (2024). *Irish Prison Service annual report 2023.* https://www.irishprisons.ie/wp-content/uploads/documents_pdf/IPS-Annual-Report-2023-2.pdf

Irish Prison Service. (2026). *Monthly information note.* Retrieved May 25, 2026, from https://www.irishprisons.ie/information-centre/statistics-information/monthly-information-note/

SOLAS. (2020). *Future FET: Transforming learning: The national further education and training (FET) strategy 2020-2024.* https://www.solas.ie/f/70398/x/64d0718c9e/solas_fet_strategy_web.pdf

IT REALLY WORKS: EDUCATING FOREIGN NATIONAL PRISONERS IN THEIR OWN LANGUAGE HELPS

FRANS LEMMERS

Director of the "Education Behind Foreign Prison Bars" Foundation (Netherlands)
lemmers.frans@gmail.com

Educatie Achter Buitenlandse Tralies / Education behind foreign prison bars

In almost all EU countries, Foreign National Prisoners (FNPs) are offered education to learn the language of the detention country, which enables them to communicate better with prison staff and fellow inmates.

In most countries, they are also allowed to use the educational programmes the prison provides. However, the FNPs are facing the problem that these programmes are offered in the language of the detention country. Participation is conditional on the FNP having a sufficient command of the respective language. Since many FNPs have no command of the language of the detention country, they are unable to participate.

To address this problem, Dutch people detained abroad has been offered remote education in the Dutch language by the Dutch Education behind Foreign Bars Foundation (Eabt) since 2004. With its educational programmes and working method, Eabt seeks to implement the recommendations of the Council of Europe in the best way possible. These recommendations concern education to prisoners in general and to FNPs in particular.

Education (including language, arithmetic and social knowledge at all levels) and vocational training, necessarily restricted to the theoretical part. Education they can continue and complete after they have done their time. Education and vocational training for which the prisoners can attain qualifications that will be valid in the country they return to – the Netherlands.

Detention abroad, with a culture and rules foreign to the prisoner, in a foreign language area far from their home and family, and with few family visits (if at all), does more detrimental than the harm usually caused by 'normal' detention.

Containing detention damage as much as possible is what Eabt tries to accomplish in the first place with this education. Additionally, Eabt offers education and vocational training that provides the best chances of successful reintegration into Dutch society and the Dutch labour market.

Right from the start of the studies, the educational material is the property of the student, who can take it along in the event of repatriation or transfer to another prison. In contrast, studies offered by prisons often do not provide this option.

On their return to the Netherlands, numerous students say that Eabt meets its aims. As evidenced by their letters and evaluations, prisoners say it was thanks to a study in their native language that they could make it through their – sometimes long – detention abroad.

The written communication with the Eabt study coordinators plays an important part. Prisoners are motivated by the letters with uplifting support, full of understanding, that encourage them to keep up and complete their studies and that help them to be more confident of their future and reintegration. It has made them stronger, they say.

Eabt has several examples of successful students who, after their return from detention, have regained their place in the family, the neighbourhood and society, partly due to their studies. Students who have managed to find a job, which would have been far more difficult without the qualification obtained – a self-employed gardener, a healthcare worker, an information officer at a housing institution.

Eabt shows it really works: Education in the Foreign National Prisoners' own language helps!

EDUCAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS PENITENCIÁRIOS DE MOÇAMBIQUE

O CAMINHO PERCORRIDO E OS DESAFIOS DA EFECTIVAÇÃO

JOSÉ HENRIQUES MUTEMBA

Doutorando em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), bolsista da CAPES

Docente da Escola de Formação da Guarda Penitenciária do SERNAP - Moçambique

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2497-0605

Figura 1: Organização colectiva da população reclusa em estabelecimento penitenciário moçambicano, evidenciando práticas de disciplina, controlo institucional e gestão da rotina prisional

Fonte: Arquivo digital / Alves Abel Mucachua

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS EM CONTEXTO PRISIONAL NO DEBATE INTERNACIONAL

"Pode existir verdadeira reinserção social quando a educação permanece subordinada à lógica da contenção?"

1. ENTRE O RECONHECIMENTO JURÍDICO E A REALIDADE PRISIONAL

A educação nos estabelecimentos penitenciários (EP) de Moçambique deve ser compreendida a partir de um contexto caracterizado por desigualdade social, exclusão educativa e fragilidade institucional. Durante o período colonial, as prisões funcionavam sobretudo como instrumentos de controlo social e disciplina prisional.

O Decreto-Lei n.º 26.643, de 28 de maio de 1936, posteriormente tornado extensivo a Moçambique em 1954, estruturou a organização prisional com base na vigilância, na disciplina e no trabalho correccional (Ministério do Ultramar, 1936). Lorizzo (2015) e Sarkin (2008) observam que muitos sistemas penitenciários africanos herdaram estruturas marcadamente repressivas, concebidas menos para reintegração social e mais para manutenção da ordem colonial, cujos efeitos permanecem visíveis na contemporaneidade.

Com a independência do país, em 1975, a educação passa a ser reconhecida como direito fundamental. As constituições de 1990 (introdução do Estado de Direito democrático), 2004 (ampliação do catálogo de direitos fundamentais) e a revisão constitucional de 2018 (aprofundamento das garantias constitucionais e da descentralização política) (Moçambique, 1990, 2004, 2018a) reforçam progressivamente esse reconhecimento, embora a educação prisional tenha permanecido - situação ainda atualmente observável - sem diretrizes normativas e curriculares específicas para o contexto penitenciário.

A Política Prisional (2002) e o Código de Execução das Penas (2019) (Moçambique, 2002b, 2019) representam marcos importantes por reconhecerem a reinserção social e a educação como elementos centrais da execução penal. Contudo, persistem desafios relacionados com superlotação, escassez de recursos e ausência de currículos adaptados ao contexto prisional. Nesse sentido, o principal desafio já não reside apenas no reconhecimento do direito à educação, mas na criação de condições institucionais, pedagógicas e materiais capazes de assegurar a sua efetivação no contexto prisional.

2. EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM CONTEXTO PRISIONAL

Atualmente, os estabelecimentos penitenciários (EP) moçambicanos desenvolvem programas de alfabetização e educação de adultos, formação técnico-profissional e modalidades de ensino básico e geral (Moçambique, 2002a), nos termos do artigo 50 do Estatuto Orgânico do SERNAP, aprovado pelo Decreto n.º 63/2013 (Moçambique, 2013). Essas iniciativas articulam-se a actividades culturais, desportivas e acções de reinserção social implementadas em parceria com organizações da sociedade civil e entidades públicas.

Figura 2: Atividade de escolarização de adultos em contexto prisional moçambicano, evidenciando práticas educativas desenvolvidas no âmbito da execução penal

Fonte: DW África / Bernardo Jequete

Mais do que simples ocupação institucional do tempo de cumprimento da pena, essas iniciativas procuram associar educação, qualificação profissional e reinserção social no âmbito da execução penal.

Nesse contexto, o Plano Estratégico do Serviço Nacional Penitenciário 2024-2034 (PE-SERNAP 2024-2034) (Moçambique, 2024) identifica a educação e formação profissional como áreas prioritárias da política penitenciária moçambicana, articulando-as aos objectivos de reabilitação e reinserção social. Essas actividades encontram-se subordinadas ao Sistema Nacional de Educação, regulado pela Lei n.º 18/2018 (Moçambique, 2018b).

Os dados do Prison World Brief (2026) revelam um quadro crítico no sistema penitenciário moçambicano: até dezembro de 2025, registavam-se aproximadamente 18.957 pessoas privadas de liberdade para uma capacidade oficial de 8.873 vagas, correspondendo a uma taxa de ocupação próxima de 213,6%. Essa realidade compromete, à luz das Regras de Mandela (2015) e das Regras de Beijing (1985) (United Nations, 1985, 2015), princípios fundamentais ligados à dignidade humana, separação de reclusos e individualização do tratamento penitenciário. A superlotação limita o acesso à educação, reduz actividades pedagógicas e fragiliza processos de reinserção social.

É neste quadro que os estudos empíricos desenvolvidos por Mutemba e Niquice (2023), no Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo, ganham particular relevância científica. A investigação, baseada em entrevistas semiestruturadas, análise documental e análise temática de conteúdo, envolveu reclusos, professores, gestores escolares e gestores penitenciários.

Os resultados demonstram que a escola é percebida como espaço de alfabetização, ampliação de conhecimentos, aprendizagem de ofícios, exercício da cidadania, redução da violência e preparação para a reinserção social.

Figura 3: Actividade de formação profissional desenvolvida no Estabelecimento Penitenciário Regional Centro de Manica

Fonte: DW África / Bernardo Jequete

Contudo, os autores identificam limitações organizacionais, curriculares e pedagógicas que comprometem a efetividade da educação em contexto prisional. Os próprios intervenientes reconhecem essas dificuldades. Um dos entrevistados afirmou: "Trazer os alunos à escola já é difícil; mantê-los é ainda mais difícil." Isso revela que os desafios da educação prisional não se limitam ao acesso formal à escola, mas abrangem também a permanência e a qualidade da experiência educativa no cárcere.

3. DIREITO FUNDAMENTAL OU BENEFÍCIO INSTITUCIONAL?

Grande parte da população prisional moçambicana é composta por jovens adultos, maioritariamente entre 16 e 35 anos, com baixa escolaridade, percursos educativos interrompidos e reduzida qualificação profissional (Niquice, 2016).

Dados do Plano Estratégico do SERNAP 2024-2034 indicam que uma parcela significativa dos reclusos ingressa no sistema prisional sem conclusão do ensino básico e com limitadas oportunidades de inserção socioprofissional (Moçambique, 2024). Esse quadro reforça a necessidade de políticas de educação e formação de adultos orientadas para o contexto prisional, exigindo metodologias pedagógicas diferenciadas e maior articulação entre educação, formação profissional e reinserção social.

Mutemba e Niquice (2023) observam que a educação prisional não pode ser compreendida como simples extensão do ensino regular. Trata-se de uma resposta estruturante a trajetórias marcadas por exclusão educativa e vulnerabilidade social.

Esse cenário evidencia um desfasamento entre o reconhecimento jurídico do direito à educação e as condições materiais efetivamente disponíveis para sua concretização no contexto penitenciário. À luz do constitucionalismo garantista de Ferrajoli (2015), a validade das normas penais e penitenciárias não depende apenas da sua conformidade formal, mas sobretudo da sua coerência material com os direitos fundamentais constitucionalmente protegidos.

Nessa perspetiva, a execução penal deve ser avaliada não apenas como exercício legítimo da punição estatal, mas também como espaço de concretização de direitos sociais, entre eles o direito à educação. Essa leitura reforça a compreensão de que uma conceção estritamente retributiva da pena tende a inviabilizar projetos educativos consistentes no cárcere, reduzindo a execução penal à mera contenção do condenado.

Mutemba e Niquice (2023) observam que muitos programas educativos no contexto prisional moçambicano continuam a reproduzir modelos escolares tradicionais, pouco ajustados às especificidades da população adulta privada de liberdade. Em vários casos, a educação permanece subordinada à lógica administrativa e securitária do cárcere - realidade igualmente identificada por Julião (2016) no contexto brasileiro.

Nesse sentido, a educação em contexto prisional oscila entre duas perspetivas contraditórias: de um lado, apresenta-se juridicamente como direito humano fundamental e instrumento de cidadania; de outro, permanece frequentemente subordinada às condições de segurança, disponibilidade de recursos e conveniência administrativa do estabelecimento penitenciário.

Figura 4: Atividade de certificação no âmbito de programas educativos e de reinserção social em contexto prisional

Fonte: SERNAP

Essa tensão revela que o principal desafio da educação prisional em Moçambique já não reside apenas no reconhecimento formal do direito à educação, mas na capacidade de transformá-lo em prática educativa efetiva, contínua e integrada às finalidades reintegradoras da execução penal.

4. O DESAFIO AFRICANO E O DIÁLOGO INTERNACIONAL

A discussão sobre educação prisional conduz inevitavelmente à reflexão sobre os próprios fins da pena no Estado Democrático de Direito. Uma conceção estritamente retributiva da punição tende a inviabilizar qualquer projeto educativo consistente no cárcere, na medida em que reduz a execução penal à mera privação da liberdade e à neutralização social do condenado. Como observa Mello (2023), não há coerência normativa em associar educação e reinserção social a uma pena concebida exclusivamente sob lógica expiatória e punitiva.

Jeremy Sarkin (2008, p. 32) observa que os sistemas penitenciários africanos enfrentam obstáculos estruturais profundos, incluindo superlotação, escassez de recursos e fraca capacidade institucional, tornando a reabilitação "um alvo difícil de atingir". Essa perspetiva ajuda a compreender que os desafios da educação prisional em Moçambique não podem ser analisados isoladamente, mas no quadro mais amplo das fragilidades estruturais dos sistemas penitenciários africanos.

Ao mesmo tempo, a experiência internacional demonstra que programas consistentes de educação de adultos em contexto prisional podem desempenhar papel relevante na redução da reincidência, reconstrução de trajetórias individuais e fortalecimento da cidadania.

Figura 5: Atividades de formação profissional e reinserção social desenvolvidas por mulheres em contexto prisional

Fonte: SERNAP

Estudos desenvolvidos em diferentes contextos europeus, latino-americanos e africanos - incluindo experiências observadas em países como Portugal, Noruega, Espanha, Brasil, África do Sul e Ruanda - apontam que a educação prisional

produz melhores resultados quando articulada à formação profissional, apoio psicossocial, acompanhamento pós-penal e políticas públicas de inclusão social.

Todavia, a circulação internacional de modelos penitenciários e educativos exige prudência analítica. Como adverte Sarkin (2008), os sistemas penitenciários africanos possuem especificidades históricas, sociais e institucionais que impedem a simples importação de modelos externos sem adequada contextualização. Nesse sentido, o principal desafio não consiste em reproduzir experiências estrangeiras de forma mecânica, mas em construir respostas pedagógicas compatíveis com contextos marcados por fragilidade institucional e escassez de recursos.

Assim, o diálogo internacional sobre educação prisional torna-se relevante não como mecanismo de uniformização de práticas, mas como espaço de partilha crítica de experiências, circulação de conhecimento e fortalecimento de políticas públicas orientadas para dignidade humana, reinserção social e educação ao longo da vida.

Figura 6: Cerimónia de certificação de participantes em atividades educativas e formativas desenvolvidas no sistema penitenciário moçambicano

Fonte: SERNAP

Mais do que simples oferta escolar, a educação prisional deve ser compreendida como instrumento de dignidade humana, cidadania e reconstrução de trajetórias interrompidas. Nesse sentido, educar em contexto prisional significa reconhecer que a privação da liberdade não elimina a condição de sujeito de direitos do recluso, nem afasta o dever estatal de assegurar condições compatíveis com a dignidade humana. O desafio consiste, portanto, em transformar o reconhecimento jurídico da educação prisional em prática efetiva, contínua e articulada às finalidades reintegradoras da execução penal.

QUADRO DE REFLEXÃO

Quadro 1: Educação prisional: entre reconhecimento jurídico e operacionalização institucional.

Dimensão	Educação como direito fundamental	Educação como benefício institucional
Fundamento jurídico	Direito humano universal	Concessão administrativa condicionada
Finalidade	Dignidade humana e cidadania	Gestão disciplinar do cárcere
Papel da educação	Reinserção social e desenvolvimento humano	Ocupação institucional complementar
Acesso	Universal e contínuo	Dependente de condições internas
Organização pedagógica	Currículos adaptados e educação de adultos	Reprodução do ensino tradicional
Relação com a pena	Instrumento de readaptação social	Instrumento de controlo institucional
Perspetiva político-criminal	Modelo reintegrador	Modelo predominantemente securitário
Resultado esperado	Autonomia e redução da reincidência	Contenção e estabilidade prisional

Fonte: Elaboração própria com base em Mutemba e Niquice (2023), Niquice (2016), Sarkin (2008), Lei n.º 18/2018 e Lei n.º 26/2019.

PERGUNTA PARA REFLEXÃO

"Se a educação é reconhecida juridicamente como direito fundamental, por que continua muitas vezes dependente da lógica administrativa e securitária do cárcere?"

CONCLUSÃO

A experiência moçambicana demonstra avanços normativos importantes na educação prisional nas últimas décadas, especialmente com a Política Prisional de 2002, a Lei do Sistema Nacional de Educação (2018) e o Código de Execução das Penas de 2019 (Moçambique, 2002b, 2018b, 2019), mas continua confrontada com limitações estruturais, pedagógicas e institucionais que dificultam a sua concretização efetiva.

O principal desafio já não consiste apenas em reconhecer juridicamente o direito à educação das pessoas privadas de liberdade, mas em criar condições reais para que esse direito se traduza em práticas educativas consistentes, adaptadas à educação de adultos e articuladas com processos de reinserção social.

Num contexto marcado por superlotação e fragilidade institucional, educar em meio prisional continua a representar não apenas uma política pública, mas também uma afirmação concreta de dignidade humana. Enquanto a educação permanecer subordinada à lógica da contenção, a reinserção social continuará mais próxima do discurso normativo do que da realidade penitenciária.

REFERÊNCIAS

Ferrajoli, L. (2015). *A democracia através dos direitos: O constitucionalismo garantista como modelo teórico e como projeto político.* Revista dos Tribunais.

Julião, E. F. (2016). *Escola na ou da prisão? Cadernos CEDES, 36*(98), 25-42. https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162554

Lorizzo, T. (2015). *O sistema penitenciário em Moçambique: Muitos problemas que comprometem os direitos dos reclusos em prisão preventiva.* Centro de Integridade Pública. https://reformar.co.mz/publicacoes/tina-lorizzo_cip-2015.pdf

Mello, S. B. de A. (2023). *O novo conceito material da culpabilidade: O fundamento da imposição da pena a um indivíduo concreto em face da dignidade da pessoa humana* (2.ª ed.). Tirant lo Blanch.

Ministério do Ultramar. (1936, 28 de maio). *Decreto-Lei n.º 26.643* [Aprova a Organização Prisional]. Diário da República, I Série, 124, 582-625. https://files.diariodarepublica.pt/1s/1936/05/12400/05810625.pdf

Moçambique. (1990, 2 de novembro). *Constituição da República.* Boletim da República, I Série, suplemento, 44. https://gazettes.africa/archive/mz/1990/mz-government-gazette-series-i-supplement-dated-1990-11-02-no-44.pdf

Moçambique. (2002a, 7 de agosto). *Diploma Ministerial n.º 130/2002* [Cria escolas secundárias em estabelecimentos prisionais]. Boletim da República, I Série, 32. https://archive.gazettes.africa/archive/mz/2002/mz-government-gazette-series-i-dated-2002-08-07-no-32.pdf

Moçambique. (2002b, 27 de agosto). *Resolução n.º 65/2002* [Aprova a Política Prisional e a Estratégia da sua Implementação]. Boletim da República, I Série, 34.

Moçambique. (2004, 22 de dezembro). *Constituição da República de Moçambique.* Boletim da República, I Série, 98.

Moçambique. (2013, 6 de dezembro). *Decreto n.º 63/2013* [Aprova o Estatuto Orgânico do Serviço Nacional Penitenciário]. Boletim da República, I Série, 98.

Moçambique. (2018a, 12 de junho). *Lei n.º 1/2018* [Lei da Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique]. Boletim da República, I Série, 115. https://faolex.fao.org/docs/pdf/mozz117331POR.pdf

Moçambique. (2018b, 28 de dezembro). *Lei n.º 18/2018* [Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação]. Boletim da República, I Série, 254.

Moçambique. (2019, 27 de dezembro). *Lei n.º 26/2019* [Aprova o Código de Execução das Penas]. Boletim da República, I Série, 250.

Moçambique. (2024, 1 de julho). *Diploma Ministerial n.º 53/2024* [Aprova o Plano Estratégico do Serviço Nacional Penitenciário (2024-2034)]. Boletim da República, I Série, 126.

Mutemba, J. H., & Niquice, F. L. A. (2023). Educação escolar no contexto penitenciário moçambicano: Perceção de reclusos, professores e gestores penitenciários. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras, 3*(esp. I), 195-213. https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1207

Niquice, F. L. A. (2016). *Subsídios para a implementação de tecnologias psicossociais comunitárias de reinserção social de jovens ex-reclusos de Moçambique* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume Repositório Digital. https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157164/001018453.pdf?sequence=1

Prison World Brief. (2026). *Mozambique.* Institute for Crime & Justice Policy Research. Recuperado em 17 de maio de 2026, de https://www.prisonstudies.org/country/mozambique

Sarkin, J. (2008). Prisões na África: Uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos, 5*(9), 22-51.

United Nations. (1985). *United Nations Standard Minimum Rules for the Administration of Juvenile Justice (The Beijing Rules).* United Nations.

United Nations. (2015). *United Nations Standard Minimum Rules for the Treatment of Prisoners (the Nelson Mandela Rules).* United Nations.

DA EDUCAÇÃO NA PRISÃO À GESTÃO DO CONHECIMENTO PENITENCIÁRIO

MAZUKYEVICZ NASCIMENTO

Policial Penal e Professor

Diretor da Escola de Gestão Penitenciária do Estado da Paraíba (Brasil)

Doutor, Mestre e Especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba

mazukyevicz.silva@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A prisão moderna constitui um espaço de exercício do poder punitivo estatal e, simultaneamente, um ambiente de produção de discursos, práticas e mecanismos voltados à administração da criminalidade. Nesse contexto, a educação sempre ocupou papel relevante nas políticas penitenciárias, sobretudo como instrumento de tratamento penal e de reorganização da conduta dos indivíduos privados de liberdade. Entretanto, a compreensão do fenômeno educativo no cárcere passou por profundas transformações conceituais ao longo do tempo, ampliando seu foco desde a pessoa presa até alcançar as próprias instituições de justiça criminal.

Tradicionalmente, a chamada educação na prisão esteve vinculada à ideia de ressocialização individual, compreendendo a pessoa privada de liberdade como destinatária exclusiva dos processos educativos desenvolvidos no interior das unidades prisionais. Essa perspectiva, fortemente influenciada pela ideologia da defesa social, buscava justificar a pena como mecanismo legítimo de correção moral do sujeito considerado desviante (BARATTA, 2002). Todavia, os limites dessa concepção tornaram-se evidentes diante da incapacidade estrutural do cárcere de produzir, isoladamente, transformações sociais efetivas.

Em razão disso, emerge uma compreensão mais ampla, denominada educação em prisões, que desloca o debate da simples instrução do indivíduo encarcerado para a formação cultural de todos os atores envolvidos no fenômeno penitenciário. Nessa perspectiva, a prisão deixa de ser apenas um local de execução penal e passa a constituir um objeto coletivo de aprendizagem social, exigindo a participação de servidores penitenciários, órgãos da justiça criminal e da própria sociedade (SILVA, 2016).

Mais recentemente, esse movimento evolui para uma terceira dimensão: a gestão do conhecimento penitenciário. Trata-se da capacidade institucional de aprender com a realidade prisional, produzindo, compartilhando e integrando conhecimentos estratégicos capazes de qualificar as políticas públicas penais e penitenciárias. Assim, o debate contemporâneo desloca-se da educação do preso para a educação do contexto prisional e, finalmente, para a aprendizagem das próprias instituições.

1. A EDUCAÇÃO NA PRISÃO

A educação na prisão pode ser compreendida como o processo educativo desenvolvido no interior dos estabelecimentos prisionais, tendo como público-alvo as pessoas privadas de liberdade. Historicamente, esse modelo fundamenta-se na crença de que a educação possui potencial transformador suficiente para corrigir moralmente o indivíduo condenado, possibilitando sua reintegração ao convívio social após o cumprimento da pena.

Essa concepção encontra sustentação teórica na chamada ideologia da defesa social. Segundo essa perspectiva, o crime é interpretado como consequência direta do mau uso da autonomia da vontade pelo indivíduo. A responsabilidade pelo delito recai quase exclusivamente sobre o sujeito que praticou a conduta criminosa, enquanto o Estado aparece como representante legítimo da vontade coletiva e titular do direito de punir (BATISTA, 2011).

Nesse paradigma, a pena assume caráter não apenas retributivo, mas também corretivo e disciplinador (FOUCAULT, 1987). O encarceramento passa a ser concebido como espaço de transformação moral, no qual o indivíduo deve aprender a obedecer regras, adaptar-se à disciplina institucional e reaprender formas consideradas adequadas de convivência social. A educação, portanto, converte-se em instrumento de tratamento penitenciário destinado à adaptação comportamental do sujeito encarcerado.

Entretanto, essa concepção apresenta limites significativos (SILVA, 2011). Ao concentrar a responsabilidade do crime exclusivamente no indivíduo, ignora-se a dimensão estrutural e coletiva da criminalidade. Questões relacionadas à desigualdade social, exclusão econômica, seletividade penal, racismo estrutural e ausência de políticas públicas são frequentemente desconsideradas. O crime passa a ser interpretado como problema individual, desvinculado das condições sociais que contribuíram para sua ocorrência.

Como consequência, a educação na prisão tende a assumir funções reduzidas e pragmáticas. Em muitos casos, transforma-se em mero mecanismo de ocupação do tempo ocioso no cárcere, funcionando como estratégia de contenção dos efeitos negativos do aprisionamento. Em outros, deposita-se no próprio indivíduo privado

de liberdade toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do processo de ressocialização, desconsiderando que a reentrada social depende também da disposição da sociedade em acolher o egresso e transformar as condições sociais produtoras da criminalidade.

Além disso, a própria estrutura prisional frequentemente contradiz os objetivos educativos proclamados pelo discurso oficial. A violência institucional, a superlotação, a precariedade material e as dinâmicas de exclusão presentes no cárcere dificultam a construção de práticas educativas emancipadoras. Assim, a educação na prisão revela-se insuficiente quando isolada de uma transformação cultural mais ampla acerca do crime, da punição e da própria prisão.

2. A DIMENSÃO CULTURAL DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES

A insuficiência da educação centrada exclusivamente na pessoa privada de liberdade conduz à ampliação do debate para a chamada educação em prisões. Diferentemente da educação na prisão, essa perspectiva compreende que os processos educativos relacionados ao cárcere não devem limitar-se ao indivíduo condenado, mas envolver todos os sujeitos e instituições que participam da realidade penitenciária.

Nesse sentido, a educação em prisões alcança policiais penais, equipes técnicas, gestores públicos, magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, organizações sociais e a própria sociedade. Parte-se do reconhecimento de que o crime e a violência são fenômenos complexos e multifatoriais, impossíveis de serem compreendidos exclusivamente a partir da responsabilidade individual do condenado.

A expressão educação em prisões representa, portanto, uma mudança epistemológica importante. A prisão deixa de ser apenas local onde se educa o preso e passa a tornar-se objeto de aprendizagem coletiva. Aprender sobre a prisão significa compreender suas dinâmicas internas, seus impactos sociais, suas contradições e os mecanismos de reprodução da violência institucional.

Essa perspectiva possui forte dimensão cultural. O encarceramento não é apenas fenômeno jurídico, mas também social, político e simbólico. As formas pelas quais a sociedade percebe o crime, o criminoso e a punição influenciam diretamente as políticas penitenciárias e as práticas institucionais. Assim, uma política educacional voltada ao cárcere exige transformação cultural capaz de superar discursos simplificadores baseados exclusivamente na punição e na exclusão.

A educação em prisões também incorpora a educação em serviços penais, compreendida como o processo formativo permanente dos servidores penitenciários. Policiais penais e demais profissionais do sistema prisional exercem papel central na produção cotidiana das dinâmicas institucionais do cárcere. Seus valores, conhecimentos e práticas influenciam diretamente os níveis de segurança, legitimidade institucional e garantia de direitos no ambiente prisional.

Nesse contexto, a formação profissional deixa de ser mera capacitação técnica e passa a integrar um projeto mais amplo de construção institucional. A educação dos servidores penitenciários deve envolver aspectos éticos, humanos, jurídicos e operacionais, permitindo o desenvolvimento de práticas profissionais compatíveis com os desafios contemporâneos da execução penal.

Ao mesmo tempo, a educação em prisões pressupõe a abertura da sociedade ao debate penitenciário. O cárcere historicamente constituiu espaço de invisibilidade social, marcado pela distância entre prisão e comunidade. Romper essa lógica implica compreender que os efeitos do encarceramento ultrapassam os muros prisionais, afetando famílias, comunidades e as próprias dinâmicas urbanas.

Assim, a educação em prisões representa um esforço de reconstrução cultural das relações sociais com o fenômeno penal. Mais do que educar indivíduos presos, trata-se de educar a sociedade sobre a prisão, seus limites, suas consequências e suas possibilidades de transformação.

3. GESTÃO DO CONHECIMENTO PENITENCIÁRIO: A EDUCAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

Em um estágio mais avançado desse processo teórico surge a noção de gestão do conhecimento penitenciário. Enquanto a educação na prisão concentra-se no indivíduo encarcerado e a educação em prisões amplia o foco para o contexto social e institucional do cárcere, a gestão do conhecimento penitenciário dirige-se à capacidade de aprendizagem das próprias instituições de justiça criminal.

A gestão do conhecimento penitenciário pode ser compreendida como o conjunto de processos voltados à criação, identificação, compartilhamento, integração e aplicação do conhecimento produzido no âmbito do sistema penitenciário e das instituições relacionadas à justiça criminal. Seu objetivo central consiste em transformar conhecimento em valor institucional e em capacidade qualificada de tomada de decisão. Nesse modelo, as instituições deixam de atuar apenas de forma reativa e burocrática, passando a desenvolver mecanismos permanentes de aprendizagem organizacional. A prisão passa a ser observada não apenas como espaço de custódia, mas também como ambiente produtor de informações, experiências, práticas e conhecimentos estratégicos.

Essa perspectiva envolve o reconhecimento de que o conhecimento penitenciário encontra-se disperso em múltiplos espaços institucionais: experiências operacionais dos policiais penais, dados administrativos, pesquisas acadêmicas, práticas pedagógicas, relatórios técnicos, experiências de gestão, projetos de reinserção social e mecanismos de segurança institucional. O desafio consiste em integrar essas informações de forma sistemática e utilizá-las para qualificar políticas públicas.

A gestão do conhecimento penitenciário relaciona-se diretamente à ideia de aprendizagem institucional (DAVENPORT, 1998). Instituições que aprendem são capazes de identificar erros, avaliar resultados, produzir inovação e adaptar suas práticas às transformações sociais (NONAKA, 1997). No âmbito penitenciário, isso significa desenvolver políticas públicas mais eficientes, fundamentadas em evidências e conectadas à complexidade do fenômeno criminal.

Além disso, a gestão do conhecimento fortalece a governança penitenciária ao reduzir improvisações decisórias e ampliar a capacidade de planejamento estratégico. A formulação de políticas penais e prisionais passa a depender menos de respostas imediatistas e mais de processos estruturados de análise da realidade carcerária.

As academias e escolas de gestão penitenciária assumem, nesse cenário, papel fundamental. Mais do que centros de treinamento, tornam-se espaços institucionais de produção, sistematização e circulação do conhecimento penitenciário. Sua função ultrapassa a capacitação operacional, abrangendo pesquisa aplicada, inovação institucional e desenvolvimento organizacional.

Assim, a gestão do conhecimento penitenciário representa a consolidação de uma nova racionalidade institucional. Não se trata apenas de ensinar pessoas privadas de liberdade ou formar profissionais do sistema, mas de construir instituições capazes de aprender continuamente com suas próprias experiências e com a complexidade do fenômeno prisional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso teórico desenvolvido neste trabalho demonstra que a educação na prisão, a educação em prisões e a gestão do conhecimento penitenciário representam perspectivas distintas, mas profundamente conectadas, acerca da compreensão da prisão como espaço de aprendizagem. Cada uma dessas abordagens possui origens epistemológicas específicas, desenvolvidas a partir de diferentes áreas do conhecimento, experiências institucionais e tradições acadêmicas.

A educação na prisão constitui um debate historicamente conduzido pelas universidades, centros de pesquisa e instituições ligadas ao campo da educação. Seu foco tradicional esteve voltado aos processos educativos direcionados às pessoas privadas de liberdade, especialmente na perspectiva da escolarização, da formação humana (FREIRE, 1987) e das possibilidades de transformação do sujeito encarcerado por meio da educação formal e não formal.

Por sua vez, a educação em prisões emerge de contribuições oriundas da criminologia crítica (MOLINA, 2012), de grupos de pesquisa dedicados aos estudos sobre punição, violência, direitos humanos e instituições penais. Essa perspectiva amplia o horizonte do debate ao compreender que a prisão não pode ser analisada exclusivamente a partir do indivíduo privado de liberdade, mas sim como fenômeno social complexo que envolve múltiplos atores, instituições e processos culturais. Nesse sentido, educar sobre a prisão significa compreender criticamente as formas pelas quais a sociedade reage ao crime, constrói mecanismos de punição e produz discursos sobre o criminoso.

Já o debate acerca da gestão do conhecimento penitenciário surge mais recentemente, vinculado às contribuições da administração pública, da gestão pública e dos estudos organizacionais. Laboratórios de pesquisa, escolas de governo, academias de formação profissional e instituições voltadas à inovação pública passaram a compreender que as organizações penitenciárias também precisam aprender. A prisão passa, então, a ser observada como espaço de produção, circulação e integração de conhecimentos estratégicos capazes de orientar políticas públicas mais eficientes, humanas e fundamentadas na realidade concreta do sistema prisional.

Entretanto, embora esses debates tenham sido historicamente produzidos em áreas distintas do conhecimento, todos eles integram um núcleo comum: a compreensão da prisão como espaço de ensino e aprendizagem. Trata-se de reconhecer que o cárcere não é apenas local de custódia ou contenção, mas um espaço social vivo, dinâmico, interdisciplinar e profundamente revelador das contradições da sociedade contemporânea.

Compreender a prisão como espaço de aprendizagem transcende a visão tradicional segundo a qual existem sujeitos que ensinam e sujeitos que aprendem (FREIRE, 1967). A prisão ensina continuamente sobre a forma como as sociedades lidam com a diferença, com a violência, com a exclusão e com o sofrimento humano. Ela revela os limites da convivência democrática, os mecanismos de intolerância e preconceito e as dificuldades históricas de reconhecimento da dignidade humana daqueles que foram submetidos ao sistema penal.

Ao mesmo tempo, este trabalho propõe uma inversão importante na maneira de compreender a produção do conhecimento sobre a prisão. Frequentemente, os produtores do saber assumem posições de autoridade que se aproximam do autoritarismo epistemológico, desconsiderando que a prisão e os próprios sujeitos encarcerados também produzem conhecimentos relevantes sobre a sociedade, sobre o Estado e sobre as formas de controle social. Os prisioneiros, assim como os profissionais do sistema penitenciário e os grupos sociais atingidos pelo encarceramento, possuem experiências concretas capazes de ensinar profundamente sobre as formas como tratamos uns aos outros, independentemente de estarmos ou não privados de liberdade.

Por essa razão, o debate sobre a prisão é, em última análise, um debate sobre a própria sociedade contemporânea. Discutir o cárcere significa discutir a incapacidade social de dialogar, compreender diferenças e construir soluções coletivas para problemas complexos. A prisão expõe nossas contradições civilizatórias, nossas dificuldades de convivência democrática e os limites éticos das formas contemporâneas de exercício do poder punitivo.

Além disso, é fundamental compreender que esse debate não permanece restrito ao plano exclusivamente teórico ou epistemológico. Suas implicações possuem conexão direta com as políticas públicas de segurança, especialmente no âmbito da segurança pública prisional. A contemporaneidade demonstra que o crime organizado se consolidou como fenômeno social complexo, transnacional e estrutural, encontrando nas prisões importantes espaços de fortalecimento, articulação e reprodução de poder.

Nesse contexto, ampliar o conhecimento sobre a realidade prisional torna-se condição indispensável para a formulação de políticas públicas mais eficientes. Quanto maior a capacidade institucional de compreender a dinâmica do cárcere, suas relações sociais internas, seus fluxos de informação e suas estruturas de poder, maior será também a possibilidade de desenvolvimento de mecanismos legítimos de estabilidade e governança institucional.

É precisamente nesse ponto que ganha relevância a perspectiva da segurança dinâmica. Diferentemente da concepção tradicional de segurança estática - centrada predominantemente em barreiras físicas, muros, equipamentos, grades e mecanismos materiais de contenção -, a segurança dinâmica fundamenta-se na produção contínua de conhecimento sobre a realidade prisional. Trata-se de um estado de estabilidade institucional construído a partir da proximidade entre Estado e realidade concreta do cárcere, envolvendo inteligência penitenciária, circulação de informações, capacidade analítica, gestão estratégica e conhecimento profundo das dinâmicas sociais existentes no interior das unidades prisionais.

Nessa perspectiva, conhecer a prisão significa governá-la melhor. Quanto maior o nível de compreensão sobre o ambiente penitenciário, maior a capacidade estatal de prevenir conflitos, reduzir violências, enfrentar organizações criminosas e construir políticas públicas mais eficientes e humanizadas. A gestão do conhecimento penitenciário, portanto, não constitui apenas mecanismo administrativo, mas também estratégia fundamental de segurança pública.

Por fim, conhecer a prisão significa também conhecer melhor a nós mesmos enquanto sociedade. A relação que construímos com o cárcere revela os limites éticos, políticos e culturais de nossa própria civilização. Desenvolver uma relação mais profunda, crítica e consciente com a realidade prisional pode permitir a construção de formas mais equilibradas de administração da punição, capazes de garantir segurança sem reproduzir violações históricas de direitos humanos.

Assim, olhar para a prisão com a maior lente possível significa compreender que ela não é um problema isolado dos muros penitenciários, mas um espelho das estruturas sociais, políticas e culturais que organizam a vida coletiva. E talvez seja exatamente por isso que aprender sobre a prisão continue sendo uma das tarefas mais importantes para qualquer sociedade que pretenda compreender a si mesma.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. I*ntrodução crítica à criminologia brasileira.* Rio de Janeiro: Revan, 2011.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual.* Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. *Criminologia.* 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Mazukyevicz Ramon Santos do Nascimento. *Que pode a educação na prisão?.* Rio de Janeiro: Publit, 2011.

SILVA, Mazukyevicz Ramon Santos do Nascimento. *A dimensão cultural da educação em prisões.* 2016. 458 f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

QUE COMPETÊNCIAS TÊM AS PESSOAS RECLUSAS PARA VIVER NUMA SOCIEDADE CADA VEZ MAIS TECNOLÓGICA?

JOSÉ ANTÓNIO MOREIRA

Professor Catedrático, Departamento de Educação e Ensino a Distância, Universidade Aberta

Investigador Integrado, Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra

Vice-Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa da Educação nas Prisões

jose.moreira@uab.pt

Num mundo onde quase tudo passa pelo digital, do acesso a serviços públicos à procura de emprego, a pergunta é inevitável: estarão todas as pessoas preparadas para viver nesta nova realidade? E, mais especificamente, o que acontece a quem vive afastado desse mundo, como é o caso da população reclusa?

Foi para responder a estas questões que foi desenvolvido, recentemente, por investigadores do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra um estudo piloto, que analisou as competências digitais de cidadãos em contexto prisional em Portugal. O trabalho, de natureza científica, foi publicado em 2025 na revista *Trabalho & Educação, v. 34*, no dossiê *"Educação e trabalho em contextos de restrição e privação de liberdade: compreensões, desafios e anúncios"*, e traz dados particularmente relevantes para quem trabalha na área da educação em estabelecimentos prisionais. https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/59855

UM RETRATO POUCO CONHECIDO

A vida em contexto prisional implica, frequentemente, um afastamento prolongado dos ambientes e práticas digitais. Enquanto a sociedade evolui de forma acelerada, marcada pela emergência de novas plataformas, linguagens e ecossistemas digitais, a população reclusa, na maioria dos casos, permanece privada de um contacto regular e significativo com estas tecnologias.

Neste quadro, o presente estudo, realizado junto de 374 reclusos do estabelecimento prisional do Porto, no Norte de Portugal, procurou analisar a forma como estes cidadãos percecionam e avaliam as suas próprias competências digitais, recorrendo, para o efeito, ao referencial europeu DigComp 2.2.

UMA REALIDADE FEITA DE CONTRASTES

E ao olhar com atenção para os dados, percebe-se que há quase "dois mundos" dentro do mesmo estabelecimento prisional. Por um lado, existe um grupo de reclusos que demonstra confiança no uso das tecnologias, afirmando conseguir pesquisar informação, comunicar *online* ou resolver pequenos problemas técnicos. Por outro lado, e este é um dado particularmente relevante, cerca de metade dos participantes revela dificuldades significativas no uso do digital.

Muitos referindo que não sabem procurar informação de forma eficaz; que têm dificuldade em comunicar ou colaborar *online*; que não conseguem criar conteúdos digitais; e que desconhecem práticas básicas de segurança digital.

O estudo permite, ainda, identificar áreas específicas onde as fragilidades são mais evidentes, nomeadamente, a segurança digital. Com efeito, questões relacionadas com a proteção de dados pessoais, privacidade ou uso responsável da tecnologia ainda não apresentam níveis de proficiência digital consolidados em grande parte da população estudada.

Também, a nível da criação de conteúdos digitais, produção de textos, imagens ou outros recursos, apresentam bastantes dificuldades, assim como em competências relacionadas com programação ou uso crítico das tecnologias.

Por outro lado, em áreas como a procura de informação online ou a resolução de problemas apresentam resultados ligeiramente mais positivos, embora ainda com margem significativa para melhoria.

A IDADE E A FORMAÇÃO ESCOLAR FAZEM A DIFERENÇA

Tal como acontece na sociedade em geral, também aqui fatores como a idade e o nível de escolaridade têm um impacto direto. Os reclusos mais jovens tendem a apresentar maiores níveis de competência digital, enquanto os mais velhos enfrentam maiores dificuldades.

O mesmo acontece com a escolaridade, já que quem tem níveis de ensino mais elevados revela, em geral, maiores competências digitais. Estes dados reforçam, pois, uma ideia importante: a exclusão digital não surge isoladamente, mas está muitas vezes ligada a desigualdades sociais e educativas pré-existentes.

PORQUE É QUE ISTO IMPORTA?

Num tempo em que o digital é uma condição para participar plenamente na sociedade, estas diferenças tornam-se particularmente relevantes, porque, efetivamente, sem possuir algumas destas competências digitais, o regresso à vida em liberdade pode tornar-se ainda mais difícil.

Procurar emprego, aceder a serviços públicos, comunicar ou continuar a formação são tarefas que hoje dependem, em grande medida, do uso de tecnologias digitais.

Assim, a educação digital em contexto prisional não é apenas uma questão de aprendizagem, é, claramente, uma questão de inclusão e de justiça social.

CAMINHOS PARA O FUTURO

O estudo deixa também pistas claras para a ação. Entre as principais ideias que emergem destacam-se a necessidade de programas de formação digital adaptados a diferentes níveis de competência, a importância de integrar o referencial DigComp nos percursos educativos em contexto prisional, o reforço da educação para a segurança digital, o investimento em infraestruturas tecnológicas seguras e a valorização da aprendizagem entre pares, aproveitando reclusos com maiores competências para apoiar outros.

Mais do que iniciativas pontuais, trata-se de construir uma estratégia integrada que reconheça a literacia digital como um direito fundamental.

UMA QUESTÃO DE INCLUSÃO

Os principais resultados do estudo evidenciam de forma inequívoca que a exclusão digital persiste em contexto prisional, podendo acentuar desigualdades que já se manifestavam antes da reclusão.

Promover competências digitais neste contexto não se limita à aprendizagem instrumental do uso da tecnologia; trata-se de um processo mais amplo, que contribui para a reconstrução de percursos de vida, para o reforço da autonomia individual e para a ampliação das possibilidades de reintegração social.

Neste sentido, torna-se fundamental conceber e implementar programas estruturados de formação em competências digitais, alinhados com referenciais como o DigComp, que respondam às especificidades deste público.

Estes programas devem integrar não apenas dimensões técnicas, mas também competências transversais, como o pensamento crítico, a comunicação, a resolução de problemas e a cidadania digital.

Ao mesmo tempo, devem ser articulados com regimes flexíveis de aprendizagem, como o eLearning ou o blended learning, capazes de contornar as limitações contextuais e promover experiências formativas significativas.

Num mundo cada vez mais em rede, garantir que ninguém fica para trás é, mais do que um desafio educativo, é um compromisso ético, social e político.

Investir na formação em contexto prisional é, assim, investir na justiça social e na construção de trajetórias de vida mais inclusivas.

COMPETÊNCIAS DIGITAIS DA POPULAÇÃO RECLUSA EM PORTUGAL: UM ESTUDO COM O REFERENCIAL DIGCOMP. (2025). *Trabalho & Educação, 34*. https://doi.org/10.35699/2238-037X.2025.59855

COMPETÊNCIAS DOS ADULTOS EM PORTUGAL: DOS RESULTADOS DO PIAAC À DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

JOÃO QUEIRÓS

Professor Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto
Investigador do inED - Centro de Investigação e Inovação em Educação
Subcoordenador Nacional do PIAAC (2º Ciclo, 2019-2024)
jqueiros@ese.ipp.pt

O PIAAC E A AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DOS ADULTOS EM PORTUGAL

Portugal dispõe hoje de dados inéditos e exaustivos sobre o volume e o perfil de competências das pessoas adultas residentes no país. Esta circunstância resulta da participação bem-sucedida de Portugal no 2º Ciclo do PIAAC – Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos –, um estudo multiciclo promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) unanimemente reconhecido como o instrumento internacional de referência para a avaliação das competências cognitivas e metacognitivas fundamentais da população adulta.

Na primeira ronda do seu segundo ciclo (2018-2024), cujos resultados passaram a estar disponíveis publicamente no final de 2024, o estudo abrangeu 31 países, representando um universo de quase 700 milhões de pessoas adultas com idades compreendidas entre os 16 e os 65 anos (OCDE, 2024a; 2024b)[1].

Do ponto de vista metodológico, o PIAAC distingue-se pelo seu rigor e robustez. Em Portugal, isto significou a inquirição, no domicílio dos participantes, através de entrevistas que frequentemente atingiram as duas horas, de uma amostra de 3.160 indivíduos representativa dos mais de 6,6 milhões de residentes daquela faixa etária.

A inquirição realizada no âmbito do PIAAC não se limitou a recolher junto dos participantes informação exaustiva de natureza demográfica e sociológica; ela também os implicou na realização, com recurso a um tablet, e de forma totalmente autónoma, de um conjunto vasto e diversificado de exercícios de "avaliação direta", em três domínios cognitivos e metacognitivos considerados essenciais – literacia, numeracia e resolução adaptativa de problemas.

Estas competências são definidas como essenciais por constituírem os alicerces necessários à confrontação das exigências múltiplas e complexas que caracterizam o dia-a-dia profissional e extraprofissional das pessoas adultas nas sociedades contemporâneas (OCDE, 2021; Rothes & Queirós, 2023).

ALGUNS RESULTADOS DO PIAAC EM PORTUGAL

Os resultados do *Inquérito às Competências dos Adultos*, principal componente do PIAAC, desenham, para o caso português, um cenário que pode ser descrito – *a minima* – como desafiante. Desde logo, verifica-se que a proficiência média dos adultos residentes em Portugal se situa significativamente abaixo da média da OCDE nos três domínios avaliados.

No caso da literacia, a proficiência das pessoas adultas atinge, em média, no conjunto da OCDE, os 260 pontos, numa escala que vai de 0 a 500, sendo de 296 pontos no caso da Finlândia, país que ocupa o primeiro lugar deste *ranking*, e de apenas 235 pontos no caso português.

A situação é idêntica nos demais domínios avaliados: na numeracia, 263 pontos, em média, na OCDE, valor significativamente acima da média de 238 pontos registada em Portugal; na resolução adaptativa de problemas, 251 pontos, em média, na OCDE, valor significativamente acima da média de 233 pontos registada em Portugal.

Mais do que os *scores* médios, é a distribuição por níveis de proficiência que melhor expõe a vulnerabilidade do perfil de competências da população adulta residente em Portugal. A OCDE divide a escala de 500 pontos que usa para classificar a performance dos adultos participantes no PIAAC em seis níveis, de "Abaixo do Nível 1" ao "Nível 5".

As pessoas adultas com desempenho de "Nível 1" ou "Abaixo do Nível 1" são identificadas como *low performers*, o que significa que enfrentam grandes dificuldades na confrontação dos desafios e tarefas básicas presentes nos respetivos quotidianos, em especial quando estas tarefas envolvem a leitura e a interpretação de informação escrita, o cálculo ou a interpretação de informação numérica e a resolução de problemas mais ou menos complexos para os quais a resposta não seja evidente ou dependa do envolvimento em ambientes marcados pela presença de tecnologia.

Ora, o que os dados do 2º Ciclo do PIAAC revelam é que é muito elevada em Portugal a proporção de *low performers*. Com efeito, 42% das pessoas adultas residentes em Portugal apresentam proficiência em literacia e em resolução adaptativa de problemas de "Nível 1" ou "Abaixo do Nível 1" (26% e 30%, em média, na OCDE), sendo próxima dos 40% a proporção de adultos com baixos desempenhos no domínio da numeracia (25%, em média, na OCDE; Figura 1). Cerca de 30% da população adulta residente em Portugal revela baixo desempenho nos três domínios de competências em simultâneo, valor que contrasta com a média de 18% registada no conjunto dos países participantes (OCDE, 2024a; 2024c).

Uma análise mais fina dos dados permite identificar variáveis críticas para a explicação da posse diferenciada e do nível muito desigual de distribuição da proficiência em literacia, numeracia e resolução de problemas.

Em termos gerais, e de forma bem evidente no caso português, destaca-se a influência do nível de escolaridade: as pessoas adultas residentes em Portugal (25-65 anos) com escolaridade de nível superior são as que revelam maior proficiência média, apresentando *scores* de proficiência em numeracia situados 75 pontos acima da proficiência média das pessoas adultas com instrução inferior ao ensino secundário completo (278 pontos contra 203 pontos, respetivamente).

Também o nível de escolaridade dos pais, que é tipicamente assumido como proxy do capital cultural característico do meio social de origem dos indivíduos, constitui um relevante preditor da proficiência demonstrada na idade adulta (OCDE, 2024a; 2024c).

Mas não é apenas a qualificação académica formal que pesa na determinação da proficiência. Os dados do PIAAC sugerem que também a participação em atividades de educação e formação ao longo da vida constitui um elemento de diferenciação positiva, com significância estatística, da proficiência das pessoas adultas.

Adultos empregados que participaram em atividades formativas nos doze meses anteriores ao momento da inquirição registaram pontuações consistentemente superiores aos seus pares não participantes.

Este fenómeno sublinha a importância da formação contínua, não apenas para a aquisição de competências técnicas, mas igualmente para a manutenção e o reforço de competências cognitivas fundamentais, prevenindo a sua erosão ao longo das diferentes fases do ciclo de vida (Figura 2).

IMPLICAÇÕES SOCIAIS E ECONÓMICAS DA PROFICIÊNCIA

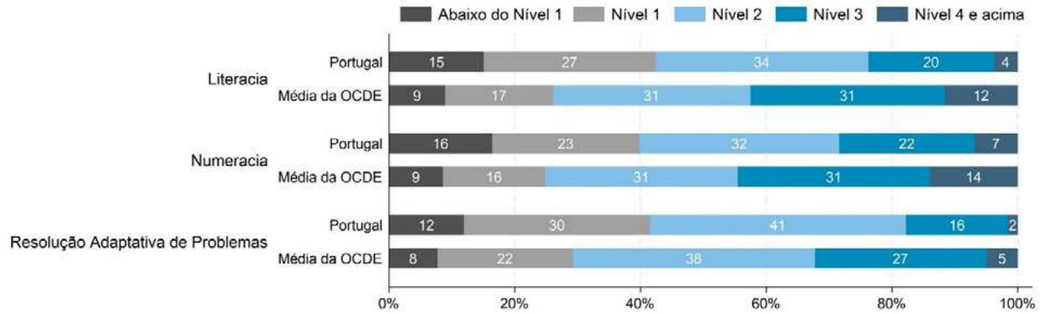
Para além de possibilitarem um conhecimento aprofundado sobre a posse, distribuição e uso de competências cognitivas e metacognitivas essenciais por parte das pessoas adultas, os dados do PIAAC oferecem indicações analíticas relevantes sobre as relações que podem observar-se entre a proficiência e a situação de alguns indicadores associados ao desempenho económico, ao bem-estar e à qualidade de vida.

Com efeito, o que os dados do 2º Ciclo do PIAAC sugerem, também para o caso português, é que existe uma associação positiva e estatisticamente significativa entre níveis de proficiência elevados e resultados favoráveis ao nível do mercado de trabalho.

Adultos situados nos níveis mais elevados de proficiência em numeracia, por exemplo, observam taxas de atividade e de emprego tendencialmente superiores às registadas pelos adultos com baixa proficiência, o mesmo acontecendo com indicadores relativos ao nível de ganho salarial (Figura 3).

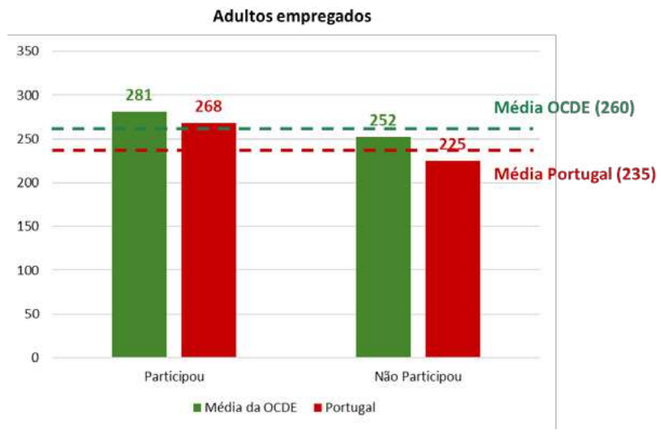
[1] Este texto reproduz os argumentos principais apresentados pelo autor no II Congresso Internacional da APEºP - Associação Portuguesa de Educação nas Prisões, realizado em Matosinhos nos dias 8 a 10 de abril de 2026, sob o mote "Educar para a Liberdade".

Figura 1 – Distribuição da população adulta por nível de proficiência em literacia, numeracia e resolução adaptativa de problemas, de acordo com o *Inquérito às Competências dos Adultos do 2º Ciclo do PIAAC (2023)*



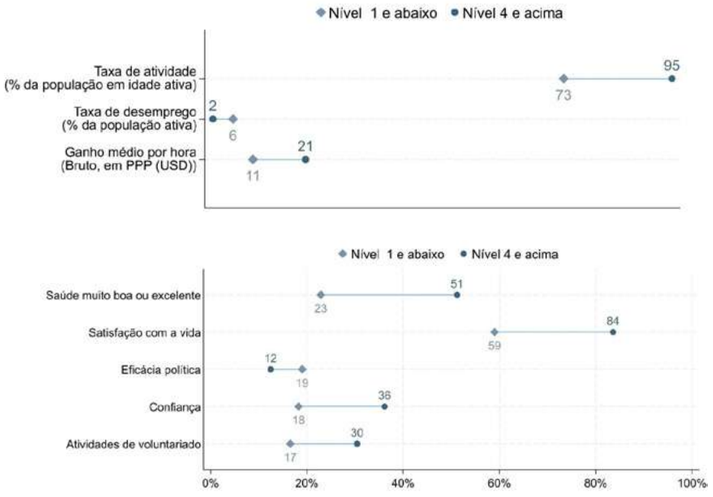
Fonte: OCDE, *Survey of Adult Skills*, 2024, Tabela A.2.2.

Figura 2 – Proficiência média em numeracia dos adultos empregados, segundo a participação em atividades formativas nos dozes meses anteriores à participação no *Inquérito às Competências dos Adultos* do 2º Ciclo do PIAAC (2023)



Fonte: OCDE, *Survey of Adult Skills*, 2024 (*Public Use Files* de Portugal e da OCDE; cálculos próprios com base nos dados extraídos do PIAAC Data Explorer).

Figura 3 – Alguns resultados económicos e sociais dos adultos residentes em Portugal (25-65 anos), por nível de proficiência em numeracia



Fonte: OCDE, *Survey of Adult Skills*, 2024, Tabelas A.4.2 (N), A.4.7 (N) e A.4.10 (N).

A existência de um efeito específico da proficiência no que respeita à consecução de certos resultados económicos parece também verificar-se quando são considerados indicadores de bem-estar e participação social. Os indivíduos com níveis de proficiência mais elevados tendem a revelar-se mais satisfeitos com as suas vidas, confiam mais nos outros e participam mais em atividades de voluntariado (Figura 3; OCDE, 2024a; 2024c).

Num tal quadro, a persistência de uma proporção muito elevada de pessoas adultas com níveis baixos de competências afigura-se não apenas um entrave potencial à produtividade e à inovação, mas também um relevante desafio à garantia da coesão social e à solidez das instituições democráticas.

O CASO DA POPULAÇÃO PRISIONAL: ILAÇÕES DO *U.S. PIAAC SURVEY OF INCARCERATED ADULTS*

Embora a inquirição proposta pelo PIAAC incida exclusivamente sobre a população adulta residente em agregados domésticos – o que significa a exclusão da análise de todos os adultos institucionalizados –, os dados recolhidos em 2023 para o caso português no âmbito do *Inquérito às Competências dos Adultos* permitem levantar algumas hipóteses acerca dos níveis de proficiência da população que se encontra encarcerada em Portugal.

A primeira hipótese diz respeito à proporção de pessoas reclusas com baixas competências: considerando, por um lado, o elevado peso das pessoas adultas com baixa proficiência no conjunto da população residente no país e, por outro lado, a forte associação entre o nível de escolaridade detido e o nível de proficiência demonstrado, e tendo em conta que os dados mais recentes sobre a população prisional em Portugal dão conta da persistência de níveis médios de escolaridade muito baixos (perto de 80% da população reclusa tem escolaridade inferior ao ensino secundário completo, valor que duplica o observado para o conjunto da população em idade ativa residente em Portugal), é de acreditar na presença muito incidente, no seio da população prisional do país, de indivíduos que o PIAAC caracterizaria como *low performers*.

A segunda hipótese que aqui merece ser levantada diz respeito à relevância da participação educativa e formativa na determinação dos níveis de proficiência e na reprodução ou, pelo contrário, mitigação da desigual distribuição da posse e uso de competências: considerando que apenas 30% da população que em Portugal se encontra encarcerada frequenta ações de educação e formação (valor que sobe para 36% no caso da população adulta estudada pelo PIAAC, considerando apenas a participação em atividades de educação não-formal nos doze meses anteriores à inquirição), é possível que o hiato de competências que separa a situação daquele grupo de pessoas da situação característica do conjunto dos adultos residentes em Portugal tenda a agravar-se, numa clara materialização do fenómeno que o campo da educação e formação de adultos costuma designar como "efeito Mateus" – que descreve o agravamento do fosso entre os que mais e menos competências têm por efeito conjugado da posse inicial desigual de qualificações e competências e da desigual participação em educação e formação que, entre outros fatores relevantes, aquela tende a suscitar (Dannefer, 1987; Blossfeld, Kilpi-Jakonen & de Vilhena, 2020)[2].

Algumas ilações mais concretas sobre a realidade da população encarcerada, no que ao respetivo perfil de competências concerne, podem, entretanto, ser recolhidas a partir da exploração de resultados de um estudo promovido nos Estados Unidos da América pelas entidades responsáveis pelo desenvolvimento naquele país das atividades associadas à concretização do 1º Ciclo do PIAAC, na segunda década do presente século (Rampey *et al.*, 2016).

Recolhidos em 2014 e publicados no final de 2016, os dados do *U.S. PIAAC Survey of Incarcerated Adults*, que inquiriu uma amostra representativa da população prisional dos EUA, traçam um cenário globalmente desapontante, mesmo se não surpreendente. A população prisional revela, tipicamente, níveis de proficiência em literacia e numeracia inferiores aos da população residente em agregados domésticos, com uma prevalência bastante superior de *low performers*.

Um dado particularmente relevante deste subestudo do PIAAC é o que evidencia que, mesmo quando detêm nível de escolaridade idêntico ao da população não encarcerada, os reclusos apresentam desempenhos inferiores no domínio da numeracia. Isto sugere que as trajetórias prévias e/ou o ambiente carceral (para além da eventual qualidade inferior da escolaridade inicial realizada) podem contribuir para a estagnação ou perda de competências cognitivas.

Mas os dados também permitem extrair outras ilações, designadamente em matéria de adoção e desenvolvimento de medidas de suporte à participação educativa e formativa em contexto prisional: há uma forte motivação entre os reclusos para a frequência de programas de ensino (42% concluíram algum nível de educação formal durante o período de encarceramento e 70% declararam querer inscrever-se numa ação ou programa de ensino) e os adultos encarcerados que participam em programas de formação profissional tendem a obter pontuações médias em literacia e numeracia mais elevadas do que aqueles que não participam, podendo esta associação significar a instituição de um círculo virtuoso entre participação e proficiência potencialmente útil para o desenvolvimento de perspetivas mais promissoras de inserção socioprofissional e não reincidência (Rampey *et al.*, 2016).

DOS RESULTADOS DO PIAAC À DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS

Os dados disponibilizados pelo PIAAC trazem para primeiro plano a urgência de uma reavaliação e redefinição das políticas de educação e formação de adultos em Portugal. A persistência do perfil de baixas qualificações e baixas competências da sua população adulta interpela o país a assumir a educação e formação de adultos não como dimensão supletiva do sistema educativo – pensado quase sempre e sobretudo a partir da ideia de uma "sólida formação inicial" estruturada em função das necessidades das crianças e jovens (e das organizações educativas que os enquadram) –, mas como pilar estratégico do desenvolvimento económico e social do país no curto, médio e longo prazos e como garante de que a proposição segundo a qual "ninguém fica para trás" assume conteúdo efetivo.

Num quadro como o atual, a definição de políticas públicas neste domínio deve procurar considerar, pelo menos, três desafios essenciais:

1. O reforço do conhecimento acerca deste que é o principal desafio educativo do país, apoiando a necessária ampliação da consciência social e política em torno da premência de uma aposta ampla e continuada no setor da educação e formação de adultos;
2. A mobilização e o envolvimento generalizado das pessoas adultas em educação-formação, através da multiplicação dos programas e ofertas de ensino e formação, reduzindo barreiras à participação e favorecendo o desenvolvimento de respostas específicas dirigidas aos segmentos tipicamente mais vulnerabilizados (em que se incluem reclusos e ex-reclusos);
3. A promoção da relevância e do caráter contextualizado dos programas e ofertas, que devem articular percursos formais de qualificação, resultando em certificação escolar e profissional, com atividades formativas de natureza e duração variáveis, mas sempre adequadas aos contextos, expectativas e necessidades dos diferentes tipos de participantes, conjugando o desenvolvimento de competências técnicas com o desenvolvimento de competências cognitivas e metacognitivas transversais, através do fomento do respetivo uso.

REFERÊNCIAS

Blossfeld, H.-P., Kilpi-Jakonen, E., & de Vilhena, D. V. (2020). Is there a Matthew effect in adult learning? Results from a cross-national comparison. In J. Schrader, A. Ioannidou, H.-P. Blossfeld (Eds). *Monetäre und nicht monetäre Erträge von Weiterbildung* (pp. 1-26). Springer VS.

Dannefer, D. (1987). Aging as intracohort differentiation: Accentuation, the Matthew effect, and the life course. *Sociological Forum, 2*, 211-236.

OECD (2021). *The Assessment Frameworks for Cycle 2 of the Programme for the International Assessment of Adult Competencies.* OECD Publishing.

OCDE (2024a). *Do Adults Have the Skills They Need to Thrive in a Changing World?: Survey of Adult Skills 2023.* OECD Publishing.

OCDE (2024b). *Survey of Adult Skills – Reader's Companion 2023.* OECD Publishing.

OCDE (2024c). *Inquérito às Competências dos Adultos 2023: Portugal* [Country Note]. OECD Publishing.

Rampey, B., Keiper, S., Mohadjer, L., Krenzke, T., Li, J., Thornton, N., & Hogan, J. (2016). *Highlights from the U.S. PIAAC Survey of Incarcerated Adults: Their Skills, Work Experience, Education, and Training: Program for the International Assessment of Adult Competencies: 2014.* U.S. Department of Education/National Center for Education Statistics.

Rothes, L., & Queirós, J. (2023). O Programa Internacional para a Avaliação de Competências dos Adultos (PIAAC) e o estudo das desigualdades sociais e educativas. *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 46*, 6-26.

[2] Os dados sobre a população prisional aqui mencionados referem-se a 2024 e correspondem aos dados oficiais disponibilizados pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais em https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais/2024.

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SISTEMA PRISIONAL EM PORTUGAL: PERFIL DA POPULAÇÃO RECLUSA E OFERTA ACADÉMICA

SÉFORA SILVA

Doutoranda, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
seforasilva@gmail.com

ANDREIA BASTOS

Doutoranda, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra
andreiabastos.uc@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o perfil contemporâneo da população reclusa em Portugal, que se caracteriza por uma demografia predominantemente masculina, portuguesa e jovem, com idades entre 19 e 24 anos. O estudo enfatiza a dimensão educacional dentro dos estabelecimentos prisionais, destacando a oferta do Ensino Superior, nomeadamente a oferecida pela Universidade Aberta. Discutem-se os desafios e as oportunidades do Campus Virtual Educonline@pris, enquanto ferramenta de acesso ao direito universal à educação e à literacia académica e digital em contexto de reclusão.

1. INTRODUÇÃO

Nas sociedades ocidentais o acesso ao conhecimento e à educação formal são direitos fundamentais, consagrados na Lei e pilares da construção social e da cidadania. Em Portugal é a Constituição da República Portuguesa que reconhece o acesso ao conhecimento e à educação formal como um direito inalienável (artigos 73º e 74º), que deverá ser assegurado aos cidadãos, mesmo quando outros direitos e liberdades são limitados pelo Estado - como é o caso da população reclusa. No entanto, verificamos que esse direito, apesar de consagrado, nem sempre é observado, nomeadamente em contexto de reclusão.

Além da referência Constitucional, em Portugal, a Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, salienta que os reclusos devem ser incentivados a frequentar cursos de Ensino Superior, "(...) através da utilização de meios de ensino à distância" (artigo 38.º). Ideia que é reforçada pela revisão proposta pela Lei n.º 35/2023, de 21 de julho, onde se lê que: "Incentiva-se o acesso a outros níveis de ensino, incluindo ensino superior, através de meios de ensino a distância".

Em acréscimo à base legal, existem também estudos internacionais que têm demonstrado o papel crucial da educação e da qualificação digital na redução da reincidência criminal e no fortalecimento dos processos de reintegração social[1]. Pelo que, a educação em ambientes prisionais surge como uma estratégia de intervenção eficaz e comprovada, promovendo a capacitação de indivíduos e ampliando as suas hipóteses de participação plena na sociedade contemporânea.

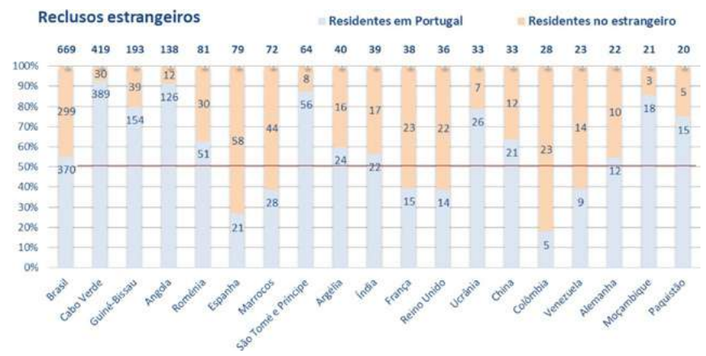
2. RETRATO SOCIODEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO PRISIONAL PORTUGUESA

De acordo com os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), divulgados em março do corrente ano, o sistema prisional português acolhia, em dezembro de 2025, aproximadamente 13.381 reclusos. Este indicador representa uma taxa de ocupação de 104,95% face à lotação oficial, o que se traduz num excedente de 631 pessoas. Deste contingente, 9.967 reclusos cumprem pena efetiva, 3.284 encontram-se em regime de prisão preventiva e 171 enquadram-se na categoria de inimputáveis.

A população reclusa é significativamente masculina (cerca de 93%) e de nacionalidade portuguesa (82,9%). Não obstante a predominância nacional, entre os reclusos estrangeiros, registra-se um universo de 86 nacionalidades (Portugal. Sistema de Segurança Interna, 2026). Tendo em vista a distribuição da população carcerária pelos continentes, destaca-se a predominância de África (43,3%), prevalecendo os países de língua oficial portuguesa (PALOP), notadamente, Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau. Segue-se a América do Sul (31,7%) e, por fim, o continente europeu (17,7%), sobressaindo a Roménia e a Espanha. Quando considerado isoladamente, o país de origem com maior representatividade é o Brasil.

O gráfico seguinte ilustra as 19 nacionalidades com incidência igual ou superior a vinte ou reclusos nas unidades prisionais em todo o país.

Título: Reclusos estrangeiros, nacionalidades predominantes



Fonte: Portugal. Sistema de Segurança Interna, 2026

[1] Em Portugal não são conhecidos estudos sobre a influência da educação e formação, nomeadamente mediadas por tecnologia, na reincidência e na reabilitação, mas existem estudos e relatórios internacionais, dos quais destacamos: Schaub, H., & West, D. M. (2015). Digital literacy will reduce recidivism in the long term. *TechTank Blog* - The Brookings Institution.

Quando considerada a distribuição etária, a população demonstra preponderância de indivíduos inseridos na faixa da adultez jovem e ativa. Esta configuração se mantém inalterada ainda quando incidem fatores como género e nacionalidade.

Em dezembro de 2025, os três grupos etários centrais - compreendidos entre os 19 e os 59 anos - representam 70,97% do total de reclusos. Entre estes, destaca-se a faixa dos 40 aos 59 anos como a mais expressiva em termos absolutos, registando 11.546 indivíduos, o que evidencia que a aplicação de medidas privativas de liberdade em Portugal incide, predominantemente, sobre segmentos populacionais em idade ativa e de plena capacidade social.

3. A EXPERIÊNCIA EM PORTUGAL - ENSINO SUPERIOR MEDIADO POR TECNOLOGIA

Apesar das bases legais e do reconhecimento das boas práticas internacionais, em 2015 verificámos que existia um número considerável de estudantes reclusos que estava a estudar na Universidade Aberta, fazendo-o de forma arcaica, sem possibilidade de utilização de tecnologias digitais e que dependia totalmente de terceiros para ter acesso a algum material de estudo.

Foi nesse contexto que surgiu o Campus Virtual Educonline@pris, uma iniciativa pioneira em Portugal, fruto da parceria entre a Universidade Aberta e a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, alicerçado em estudos preliminares da autoria do Professor António Moreira, docente da Universidade Aberta, responsável pela criação e implementação do projeto.

O projeto foi idealizado para garantir a cidadãos privados de liberdade o acesso a cursos de ensino superior e a formações ministradas por meio de Educação a Distância e plataformas de eLearning adaptadas às condições específicas do ambiente prisional. Este Campus Virtual possibilita aos estudantes encarcerados desenvolverem trajetórias formativas em condições equiparáveis às de estudantes em regime regular, com acesso a conteúdos pedagógicos e recursos digitais, sem comprometer os requisitos de segurança aplicáveis às unidades prisionais.

O projeto foi implementado inicialmente no Estabelecimento Prisional do Porto, durante o ano letivo de 2018/2019, em formato piloto, sendo posteriormente expandido para uma rede que atualmente abrange 16 estabelecimentos prisionais em Portugal.

3.1. A EVOLUÇÃO DO MODELO DIGITAL - EDUCONLINE@PRIS

Alguns estudos preliminares[2] demonstraram a falta de respostas para a população reclusa, quer por parte da Universidade Aberta para com os seus estudantes, quer por parte da oferta geral para este universo. O que levou à decisão de criar e desenvolver um Campus Virtual, concebido para a população reclusa, com acesso seguro, para o desenvolvimento de atividades no domínio do ensino e formação em Educação a Distância e eLearning[3].

O projeto-piloto do Campus virtual educonline@pris, arrancou no ano letivo de 2018-19. Um projeto inédito em Portugal que foi testado em quatro EP do Norte do País: Custóias, Santa Cruz do Bispo (feminino), Paços de Ferreira e Vale de Sousa. A grande inovação foi permitir que os estudantes, dentro do EP, pudessem ter acesso à plataforma de estudo da UAb, retirando os seus materiais pedagógicos, sem necessidade da intervenção de terceiros.

Desta fase inicial, evoluiu-se para o alargamento do Campus Virtual, que está hoje a funcionar em 16 estabelecimentos prisionais, com computadores portáteis e routers e 118 estudantes matriculados, a frequentar licenciaturas na Universidade Aberta.

Título: Reclusos, segundo sexo, escalão etário e nacionalidade

	Idade Homens						Idade Mulheres					
	16 a 18	19 a 24	25 a 39	40 a 59	60 e +	Total	16 a 18	19 a 24	25 a 39	40 a 59	60 e +	Total
Total de reclusos	**47**	**737**	**4 779**	**5 526**	**1 100**	**12 189**	**3**	**64**	**343**	**463**	**74**	**947**
Reclusos portugueses	34	535	3 674	4 786	1 017	**10 046**	2	28	231	393	62	**716**
Reclusos estrangeiros	13	202	1 105	740	83	**2 143**	1	36	112	70	12	**231**

Fonte: Portugal. Sistema de Segurança Interna, 2026.

4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES ÀS OFERTAS EDUCACIONAIS E-LEARNING

Apesar dos limites legais de utilização e acesso à internet dentro de um estabelecimento prisional e dos muitos constrangimentos que surgem dentro da operacionalização do sistema, são evidentes os ganhos e oportunidades que projetos desta natureza podem trazer, quer individualmente, enquanto experiência formativa do sujeito adulto, em contexto de vulnerabilidade, quer do ponto de vista sistémico.

Com base nos dados apresentados no extrato do RASI (2026), a oferta de cursos e formações online nos estabelecimentos prisionais portugueses encontra um cenário promissor, particularmente quando se considera a concentração de uma população jovem, em idade laboral e socialmente ativa. A viabilidade pedagógica é favorecida pela predominância de reclusos que dominam a língua portuguesa e, em grande parte, com situação penal já definida pela justiça, o que tende a favorecer a adesão às atividades e programas educativos.

Contudo, sabe-se que a população estudantil reclusa é uma população flutuante. É possível que os reclusos sejam transferidos de EP ou sejam devolvidos à liberdade. No caso das transferências entre EP, nem sempre existe no "novo" estabelecimento prisional o mesmo nível de acesso ao Campus. E, entre aqueles que regressam à liberdade, nem todos optam pela continuidade dos estudos. Também por isso, a rede onde funciona o Campus Virtual tem sido adaptada e está neste momento em curso uma revisão. O próprio Campus já sofreu reconfigurações e prepara-se para ter a funcionar cinco plataformas distintas.

Além disso, o Campus também alargou o seu campo de intervenção para formações não conferentes de grau, de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) não apenas para a população reclusa, mas também para os funcionários da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), nomeadamente técnicos de reeducação e reinserção social (algumas já realizadas).

Finalmente, importa referir que a educação prisional se impõe como um desafio contemporâneo em todo o mundo, interseccionada com outras categorias como a origem social, exclusões educacionais e de gênero, evidenciando a necessidade de políticas públicas e ações interventivas eficazes. O Campus Virtual Educonline@Pris surge como uma proposta com potencial para dar uma resposta a esta problemática.

REFERÊNCIAS

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2025). *Estatísticas prisionais: Indicadores de gestão e população prisional.* Ministério da Justiça. https://dgrsp.justica.gov.pt/Estatísticas-e-indicadores/Prisionais

Machado, A. C. A. S. (2023). *Tecnologias digitais na aprendizagem ao longo da vida de adultos em contexto prisional* [Tese de doutoramento, Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação].

Moreira, J. A. (2021). *Educação digital em rede em espaços prisionais: O campus virtual Educonline@Pris.* Whitebooks.

Portugal. Sistema de Segurança Interna. (2026). *Relatório Anual de Segurança Interna 2025.* Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. https://www.ssi.gov.pt/

Reis Monteiro, A., Moreira, J. A., & Leite, C. (2016). O eLearning em estabelecimentos prisionais: Possibilidades e limites para a inclusão digital e justiça social. *Revista Diálogo Educacional, 16*(47), 77-102. https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.16.047.DS04

Schaub, H., & West, D. M. (2015, October 6). Digital literacy will reduce recidivism in the long term. *TechTank Blog.* Brookings Institution. https://www.brookings.edu/articles/digital-literacy-will-reduce-recidivism-in-the-long-term/

Silva, S., Moreira, J. A., & Alcoforado, L. (2019). Educação digital no ensino superior em Portugal em contexto de reclusão: O campus virtual Educonline@Pris. *EccoS - Revista Científica, 51*, e16256. https://doi.org/10.5585/eccos.n51.16256

[2] Reis Monteiro, A. M., Moreira, J. A., & Leite, C. (2016). O eLearning em estabelecimentos prisionais: possibilidades e limites para a inclusão digital e justiça social. *Revista diálogo educacional, 16*(47), 77.

[3] A Universidade Aberta (UAb) é a única universidade pública, portuguesa, de ensino a distância. O acesso aos materiais pedagógicos faz-se por meio de uma plataforma digital de eLearning (Moodle). O Campus Virtual surgiu na sequência de um protocolo entre a UAb e a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (abril de 2016).

RESULTADOS DO SEGUNDO PROJETO DE INTERVENÇÕES ASSISTIDAS POR ANIMAIS NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DO FUNCHAL

SÍLVIA VASCONCELOS

Ph.D, MSc, DVM
Ciências Veterinárias
vasconcelos.silvia@gmail.com

O mais recente trabalho de Intervenções Assistidas por Animais (IAA) no Estabelecimento Prisional do Funchal (EPF), intitulado *"Intervenções Assistidas por Animais no Estabelecimento Prisional do Funchal para promoção de bem-estar e prevenção da ansiedade e de comportamentos agressivos de reclusos e reclusas através de atividades CTAC e do treino e socialização de animais de abrigo do Centro Oficial de Recolha Animal da Câmara Municipal de Santa Cruz"*, foi concluído no final de 2025 e, sendo um trabalho académico de pós-doutoramento, foi, entretanto, submetido a aprovação na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, podendo, em breve, ser consultado no repositório desta universidade.

Está comprovado que as IAA (que podem consistir em abordagens terapêuticas, educacionais ou meras atividades recreativas e lúdicas com animais), trazem benefícios para o bem-estar e saúde da população reclusa.

Sendo esta (população) mais sujeita à exclusão social, pode, mais frequentemente, manifestar problemas de saúde mental e perturbações antissociais de personalidade. Os animais, que "não julgam" nem "discriminam", despontam nestas pessoas o relaxamento e a empatia pelo outro, facilitando, indiretamente, a sua própria reabilitação emocional e social.

Felizmente, a academia portuguesa, mesmo que timidamente, tem dado alguns passos nesta temática intervindo no parque prisional do nosso país, levando animais de companhia para as prisões nacionais como medida terapêutica complementar, física e mental, para a população reclusa, masculina e/ou feminina.

Fig. 1 - Trabalhos finais do programa IAA no EPF (Esqª - Exposição do sector feminino; Dtª - Montagem da exposição da ala K, masculina)

Naquele que foi o segundo trabalho desta natureza no EPF, os resultados, sujeitos a análise e tratamento estatístico, vieram consolidar os múltiplos estudos, a nível internacional, sobre a influência dos animais nestas pessoas: os níveis mensuráveis de agressividade total e os níveis de ansiedade diminuíram em todos os participantes de ambos os sexos, que participaram neste trabalho; e, subjetivamente (aspeto fundamental equacionar em trabalhos que envolvem entes biológicos, como pessoas e animais), foi notória a melhoria gradual do comportamento e da socialização nos grupos de participantes do programa de IAA implementado no EPF.

Mas, apesar da vasta literatura e de décadas de implementação de programas e de estudos de IAA, ainda existe muita descredibilização destes programas no parque prisional, verificando-se alguns desafios como a resistência do pessoal que lá trabalha às IAA, como muitos dos elementos da Guarda Prisional (mas felizmente muitos outros são recetivos e crentes nesta modalidade de intervenções); a falta de recursos humanos, e outros, como a disponibilização tutelar que melhor viabilize estes programas; a frustração dos reclusos que não são selecionados; as preocupações adicionais de segurança e até o medo de algumas pessoas, reclusos e mesmo guardas prisionais, em relação aos animais.

Tarda ainda o reconhecimento por parte da tutela do parque prisional do nosso país de que as IAA nas prisões podem mesmo aumentar a segurança nestes espaços, na medida em que mantêm os reclusos ocupados e empenhados num programa que, comprovadamente, lhes melhora o humor e a empatia, e que não tem praticamente desvantagens.

As prisões não têm de ser espaços apenas para humanos, devendo prescrever uma multiplicidade de outros relacionamentos, nomeadamente entre pessoas e animais, podendo o processo de "normalização" e "humanização" dos estabelecimentos prisionais passar também pela implementação de programas de IAA.

Estes programas oferecem mesmo uma alternativa de baixo custo para o combate do sentimento de isolamento e solidão dos reclusos e de patologias do foro mental, diminuindo o recurso à medicação e o número de tentativas de suicídio.

Há autores que falam mesmo em "cura" e reabilitação, emocional e social, de reclusos através da intervenção de animais, o que não surpreende, dado que os animais "têm o poder de falar uma linguagem muito especial sem palavras" e têm "o dom de tirar o melhor dos seres humanos" ou não fossem, os cães, os "melhores amigos do Homem"!

Co-funded by the European Union

YW4OFFENDERS

FROM THE MARGINS: INTRODUCING YOUTH WORK TO TREATMENT OF YOUTH OFFENDERS (YW4OFFENDERS)

[2025-1-RS01-KA220-YOU-000360131]

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A Associação Portuguesa de Educação nas Prisões integra o projeto Erasmus+, *From the margins: Introducing youth work to treatment of youth offenders (YW4offenders).*

O principal objetivo do projeto consiste em melhorar a qualidade da oferta de programas de trabalho com jovens dirigidos a jovens ofensores, tanto em contexto comunitário como institucional, através de uma abordagem intersectorial que envolva as áreas da juventude, educação, proteção social e justiça.

Em termos práticos, o projeto pretende desenvolver e implementar um programa de youth work para jovens ofensores, capacitar profissionais para a sua aplicação e sensibilizar diferentes setores para o potencial desta abordagem na reintegração destes jovens.

Com início em 1 de dezembro de 2025 e término a 30 de junho de 2028, o projeto assenta num consórcio constituído por quatro entidades:

- Center for Positive Youth Development (CEPORA) - coordenador, Sérvia
- Institute of Criminological and Sociological Research (ICSR), Sérvia
- Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APEnP)
- Social Empowerment, Grécia

REUNIÃO DE PLANEAMENTO, BELGRADO (SÉRVIA)

[19-20 FEVEREIRO 2026]

Nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2026, realizou-se nas instalações do Institute of Criminological and Sociological Research (Belgrado) a reunião de planeamento do projeto.

O encontro contou com a participação de representantes das quatro organizações parceiras e teve como principais objetivos reforçar a colaboração entre as equipas, aprofundar o conhecimento sobre o trabalho e as competências de cada entidade, bem como definir a organização das atividades previstas para o primeiro ano do projeto.

Durante a reunião, foram apresentados os principais elementos do programa Erasmus+, com particular destaque para a ação KA2, regras associadas à gestão do projeto, comunicação entre parceiros, monitorização das atividades e reporte financeiro.

Foram também analisadas as tarefas a realizar por cada parceiro, com especial atenção para as responsabilidades atribuídas, para os procedimentos de coordenação e para o planeamento das atividades.

No âmbito da programação definida, ficou, desde logo, acordada a realização de visitas de estudo a ter lugar em Atenas, Grécia (entre 4 e 6 de maio de 2026); em Matosinhos, Portugal (entre 30 de junho e 2 de julho de 2026); e em Belgrado, Sérvia (entre 7 e 9 de setembro de 2026), as quais terão como objetivos:

- Conhecer os sistemas nacionais de acompanhamento de jovens ofensores, em contextos comunitários e institucionais;
- Potenciar a troca de práticas entre parceiros e profissionais;
- Recolher evidência e identificar necessidades que apoiarão a primeira publicação científica, no âmbito do projeto (a concretizar em 2026), e o desenvolvimento do programa de *youth work.*

Planeamento do projeto com os representantes das organizações participantes.

VISITA DE ESTUDO, ATENAS (GRÉCIA)

[04-06 MAIO 2026]

A reunião de trabalho realizada em Atenas, na Grécia, no âmbito do projeto Erasmus+ *YW4offenders*, decorreu de forma produtiva, participativa e alinhada com os objetivos definidos para a visita de estudo.

Ao longo dos três dias de trabalho, os parceiros tiveram oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre o sistema de justiça juvenil grego, compreendendo o seu enquadramento legal, social e institucional, bem como os principais desafios associados ao acompanhamento de jovens em conflito com a lei.

Elementos das organizações participantes no projeto em sessão de trabalho conjunto.

O contacto com realidades institucionais e o diálogo com profissionais no terreno, nomeadamente diretores de estabelecimentos de detenção juvenis, permitiram uma compreensão mais concreta do funcionamento do sistema de justiça juvenil na Grécia.

Neste contexto, foram referidos exemplos de intervenção institucional, designadamente a existência de estabelecimentos específicos para jovens em Avlona, Volos, Corinto, Thiva e Kassaveteia. Este último foi apresentado como um estabelecimento especial agrícola, no qual a educação, a formação profissional, o trabalho agrícola e os programas de reintegração social assumem particular relevância no processo de reabilitação de jovens ofensores.

Foi ainda possível conhecer melhor a população abrangida por estas respostas, composta por jovens dos 15 aos 18 anos e jovens adultos até aos 21 anos, podendo estes permanecer em estruturas juvenis até aos 25 anos, sempre que tal se justifique para a conclusão de percursos educativos ou formativos.

permanecer em estruturas juvenis até aos 25 anos, sempre que tal se justifique para a conclusão de percursos educativos ou formativos

As apresentações permitiram ainda refletir sobre a presença significativa e sobrerrepresentação nas instituições correcionais gregas de população migrante e refugiada, superior a 50%, bem como dos desafios decorrentes da falta de intérpretes especializados e das dificuldades de integração social destes jovens.

sobrerrepresentação nas instituições correcionais gregas de população migrante e refugiada, superior a 50%

Foram também discutidas questões relacionadas com a reincidência, em particular a inexistência de um sistema nacional unificado de acompanhamento pós-penal, e a articulação entre respostas sociais e educativas. Esta articulação torna-se visível na intervenção dos técnicos de reinserção, na obrigatoriedade da frequência escolar, na formação vocacional, nos programas de apoio universitário e nas medidas de acompanhamento comunitário.

inexistência de um sistema nacional unificado de acompanhamento pós-penal

A dimensão educativa revelou-se particularmente central, uma vez que a frequência escolar e o trabalho podem ter impacto no cálculo do tempo de pena cumprido, funcionando como incentivo à participação em percursos de reabilitação e reintegração. Neste sentido, foi referido que as atividades educativas ou formação permitem que cada dia de frequência e aproveitamento corresponda a dois dias de pena cumprida para efeitos de liberdade condicional (Lei n.º 4985/2022, de 27 de outubro).

atividades educativas ou formação permitem que cada dia de frequência e aproveitamento corresponda a dois dias de pena cumprida para efeitos de liberdade condicional

Por fim, foi destacada a importância do apoio comunitário e das metodologias inovadoras de *youth work*, sublinhando-se o papel das redes de suporte, da intervenção de proximidade e de práticas capazes de promover a reabilitação e a reinserção de jovens ofensores. As atividades de reflexão diária e a avaliação final favoreceram uma análise crítica conjunta, permitindo identificar aprendizagens relevantes e possíveis práticas a adaptar aos diferentes contextos nacionais dos parceiros.

Globalmente, a reunião constituiu um momento importante de aprendizagem mútua, cooperação internacional e consolidação do trabalho a desenvolver no âmbito do projeto.

VISITA DE ESTUDO MATOSINHOS / VILA DO CONDE / PORTO (PORTUGAL)

[30 JUNHO - 2 JULHO 2026]

Entre 30 de junho e 2 de julho de 2026, Portugal acolheu a visita de estudo organizada pela APEnP, que contou com a presença de parceiros internacionais do projeto constituindo um espaço de aprendizagem, observação e partilha de práticas entre profissionais, investigadores e entidades ligadas à educação, segurança social, justiça.

Assim, no primeiro dia (30 de junho) realizou-se na Escola Secundária João Gonçalves Zarco, em Matosinhos, um Seminário Internacional, intitulado "Youth Work and Juvenile Justice in Portugal: Challenges, Practices and Future Pathways", que consistiu numa ação de formação de curta duração acreditada (ACD) para professores e que também foi aberto à participação de profissionais da justiça, reinserção social, saúde, segurança social, CPCJ, ONGs.

A sessão de abertura enquadrou o projeto Erasmus+ e apresentou as organizações parceiras, seguindo-se uma reflexão sobre os objetivos da visita de estudo a Portugal. Ao longo do dia, foram abordados temas centrais com o objetivo de compreender o contexto português, nomeadamente o enquadramento legal da justiça juvenil, as respostas institucionais e comunitárias existentes, os desafios atuais e o potencial do trabalho juvenil junto com jovens em conflito com a lei.

O seminário incluiu ainda uma mesa-redonda com contributos sobre contextos comunitários, educativos e institucionais, permitindo cruzar perspetivas relativas às necessidades dos jovens, pontos fortes e limitações do sistema, respostas educativas, processos de reintegração e possibilidades de cooperação.

No segundo dia, a aprendizagem passou do plano teórico para a observação direta de práticas no terreno. Durante a manhã, os participantes visitaram o Centro Educativo de Santa Clara, em Vila do Conde, num contexto institucional, procurando conhecer modelos de intervenção, medidas tutelares educativas, percursos escolares e formativos, desenvolvimento de competências pessoais, acompanhamento técnico e preparação para a reintegração.

Foto dos representantes das instituições envolvidas no projeto Erasmus+ *YYW4offenders* e público.

Participantes das organizações parceiras no projeto Erasmus+ *YW4offenders* no Centro Educativo de Santa Clara, Vila do Conde.

À tarde, a visita ao Centro Juvenil de Campanhã, no Porto, permitiu contactar com uma resposta de base comunitária, centrada no cuidado residencial, inclusão social, apoio educativo, participação, desenvolvimento pessoal e ligação à família e à comunidade.

O terceiro dia foi dedicado a uma reflexão conjunta, à aprendizagem entre pares e à consolidação de contributos para o trabalho futuro. Em pequenos grupos e em plenário, os participantes compararam os contributos do seminário (1º dia) com as práticas observadas em contexto institucional e comunitário (2º dia), identificando boas práticas, desafios, necessidades de formação, elementos transferíveis e recomendações para o desenvolvimento do projeto.

No seu conjunto, a visita de estudo permitiu aprofundar o conhecimento sobre justiça juvenil em Portugal e evidenciar a importância de respostas educativas, participativas e comunitárias no acompanhamento de jovens em situação de vulnerabilidade.

Ao promover o diálogo entre parceiros nacionais e internacionais, o projeto YW4OFFENDERS procura reforçar a necessidade de maior aproximação da justiça juvenil à educação e ao trabalho com jovens, contribuindo para práticas mais integradas, humanizadas e orientadas para a reintegração.

APEnP

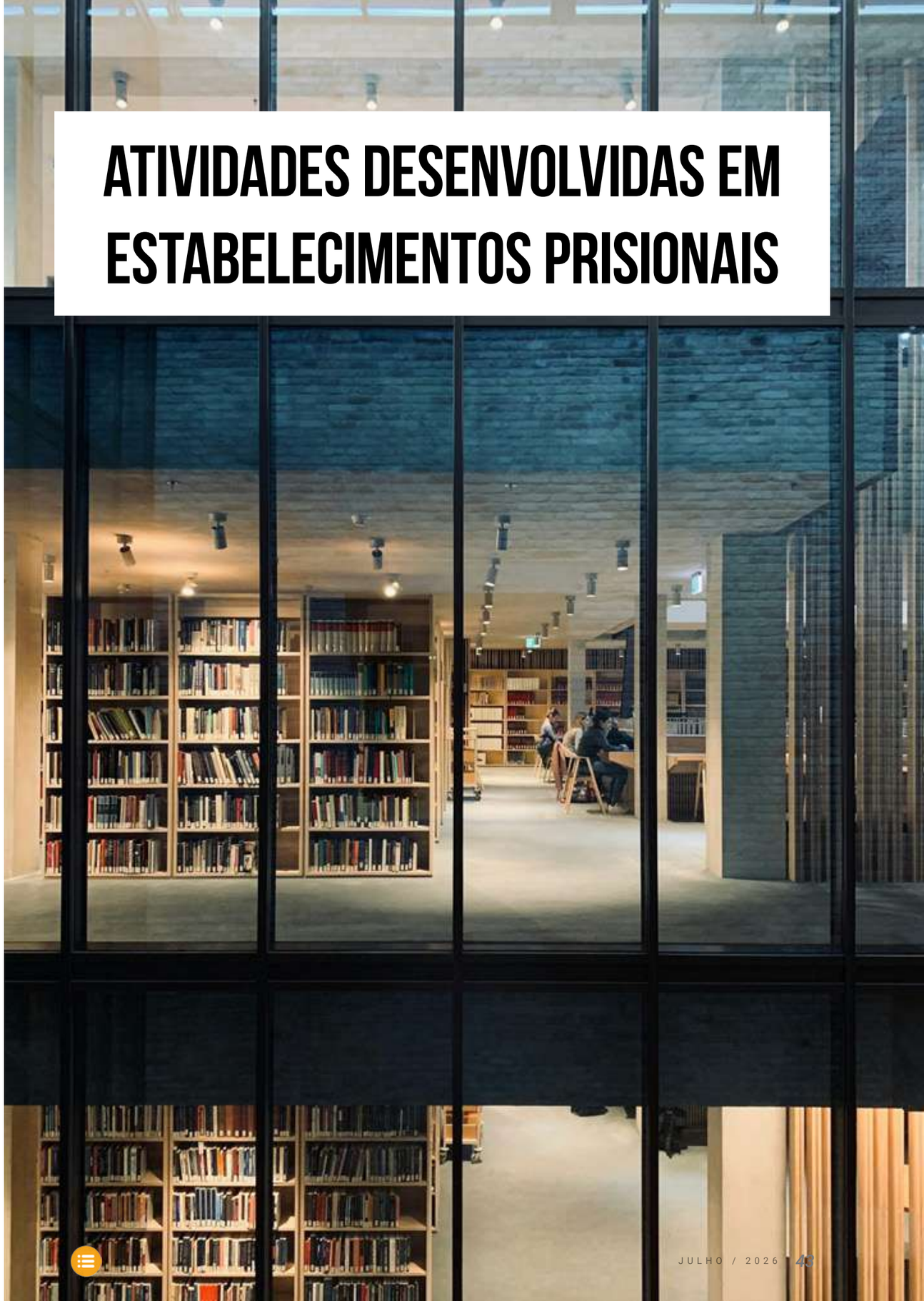
Participantes das organizações parceiras no projeto Erasmus+ *YW4offenders* no Centro Juvenil de Campanhã, Porto.

Sessão de trabalho na Escola Secundária João Gonçalves Zarco, Matosinhos.

Co-funded by the European Union

The views and opinions expressed are those of the author(s) and do not necessarily reflect the position of the European Union or the Tempus Foundation. Neither the European Union nor the Tempus Foundation can be held responsible for them.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS



O OBSERVATÓRIO EUROPEU DAS PRISÕES ENCONTRA-SE A ANALISAR AS CONDIÇÕES DOS CENTROS EDUCATIVOS

RICARDO LOUREIRO

Centro Interdisciplinar de Direitos Humanos (CIDH)
Email: geral@cidh.pt
Tlm: (+351) 913 330 357
Site: https://www.cidh.pt/
LinkedIn: cidh-anpdes

Está em desenvolvimento um novo projeto europeu dedicado ao estudo das condições de detenção de jovens, com especial enfoque na promoção dos direitos humanos e na melhoria das práticas no sistema de justiça juvenil. A iniciativa, designada "Advancing Juvenile Justice and Detention Conditions in Europe (EPO4YOUTH)", é promovida pelo Observatório Europeu das Prisões e financiada pelo programa Erasmus+.

O projeto surge num contexto em que a realidade de jovens em situação de privação da liberdade permanece ainda pouco explorada a nível europeu. Nesse sentido, o EPO4YOUTH pretende reforçar o conhecimento existente, contribuindo para políticas públicas mais eficazes e fundamentadas em evidência científica.

No âmbito deste projeto, a equipa portuguesa, representada pelo CIDH - Centro Interdisciplinar de Direitos Humanos (ANPDES), encontra-se atualmente a analisar a realidade nacional dos centros educativos, procurando compreender melhor as condições de detenção, os desafios enfrentados e as práticas interessantes existentes.

O EPO4YOUTH é coordenado pela organização italiana Antigone e integra um consórcio composto por dez entidades de nove países europeus, incluindo instituições académicas e organizações de referência na área dos direitos humanos e da justiça penal. Entre os parceiros encontram-se entidades da Alemanha, Bulgária, Grécia, Polónia, Letónia, Roménia, Itália e Hungria.

O projeto assenta em três objetivos principais:

- **Reforçar a colaboração** entre os membros do Observatório Europeu das Prisões para melhorar a monitorização da detenção juvenil;
- **Criar um European Open-Source Data Hub**, agregando investigação e práticas relevantes que sustentem decisões políticas baseadas em evidência;
- **Promover o envolvimento da sociedade civil**, incentivando práticas mais inclusivas e centradas nos direitos humanos nos contextos de privação de liberdade de jovens.

A iniciativa procura não apenas mapear a realidade europeia, mas também criar recomendações concretas que possam influenciar políticas públicas e práticas institucionais.

Com a participação ativa da equipa portuguesa, o projeto EPO4YOUTH reforça a importância de compreender o contexto nacional, contribuindo para uma abordagem europeia mais integrada e alinhada com os princípios da dignidade e dos direitos das crianças e jovens.

Para mais informações poderá aceder a https://www.prisonobservatory.org/ e a https://www.cidh.pt/ ou através do linkedIn da equipa portuguesa cidh-anpdes.

CENTRO EDUCATIVO PADRE ANTÓNIO DE OLIVEIRA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SÃO BRUNO

SÓ O CORAÇÃO PODE BATER

PROFESSORAS

Catarina Trindade, Iris Carvalho,
Sandra Rêgo e Susana Lopes

No âmbito do mês da prevenção dos maus-tratos na infância, assinalado durante o mês de abril, o Centro Educativo Padre António de Oliveira, em articulação com o Agrupamento de Escolas de São Bruno, dinamizou a atividade "Só o Coração Pode Bater", uma iniciativa de sensibilização centrada na promoção dos direitos das crianças e jovens e na valorização de uma infância segura, afetiva e protegida.

A atividade contou com a participação das três turmas dos cursos EFAB2 e EFAB3, envolvendo os jovens num trabalho simples, mas carregado de significado simbólico. Partindo da imagem do coração enquanto representação de afeto, cuidado e proteção, cada participante foi convidado a refletir sobre palavras positivas associadas à infância e às relações humanas saudáveis. O objetivo foi promover uma mensagem clara: nenhuma forma de violência deve ter lugar na vida de uma criança; o único bater aceitável é o bater do coração.

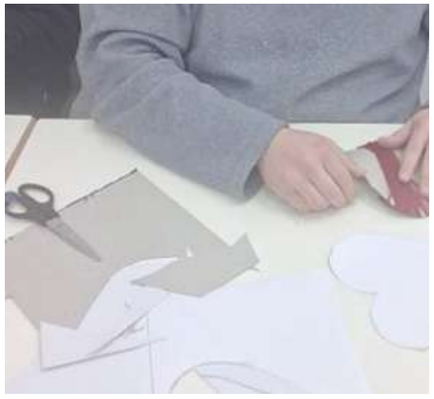
O trabalho desenvolvido consistiu na construção e decoração de corações em cartão, previamente recortados pelos jovens. Cada participante preencheu o seu coração de forma personalizada, associando-lhe uma palavra positiva relacionada com a infância, como carinho, respeito, amor, proteção, amizade ou segurança. Estas palavras foram escritas em português e em inglês, permitindo também articular a atividade com aprendizagens linguísticas e reforçar a dimensão universal da mensagem transmitida.

Mais do que uma atividade manual, este projeto constituiu um momento de reflexão coletiva sobre a importância do cuidado, da empatia e da responsabilidade de todos na proteção das crianças e dos jovens. Ao escolherem palavras positivas e ao transformarem-nas em elementos visuais, os alunos foram desafiados a pensar sobre os valores que devem estar presentes numa infância feliz e sobre o papel que cada pessoa pode desempenhar na construção de ambientes mais seguros e respeitadores.

O resultado final traduziu-se numa exposição de corações no Centro Educativo Padre António de Oliveira, criando um espaço visualmente apelativo e emocionalmente significativo. A exposição permitiu partilhar com a comunidade educativa a mensagem central da iniciativa, tornando visível o compromisso da Escola e do Centro Educativo com a prevenção dos maus-tratos e com a promoção do bem-estar infantil e juvenil.

A atividade "Só o Coração Pode Bater" demonstrou que pequenos gestos podem assumir grande impacto quando associados a uma causa maior. Através da criatividade, da participação ativa e da reflexão, os jovens contribuíram para uma mensagem comum de respeito, proteção e esperança. Esta iniciativa reforçou, assim, a importância da Escola enquanto espaço de educação para os valores, de consciencialização social e de construção de cidadania.

O projeto foi dinamizado pelas professoras Catarina Trindade, Íris Carvalho, Sandra Rêgo e Susana Lopes, que acompanharam os jovens ao longo da atividade e contribuíram para a concretização de uma intervenção educativa marcada pela sensibilidade, pela participação e pelo compromisso com a proteção da infância.

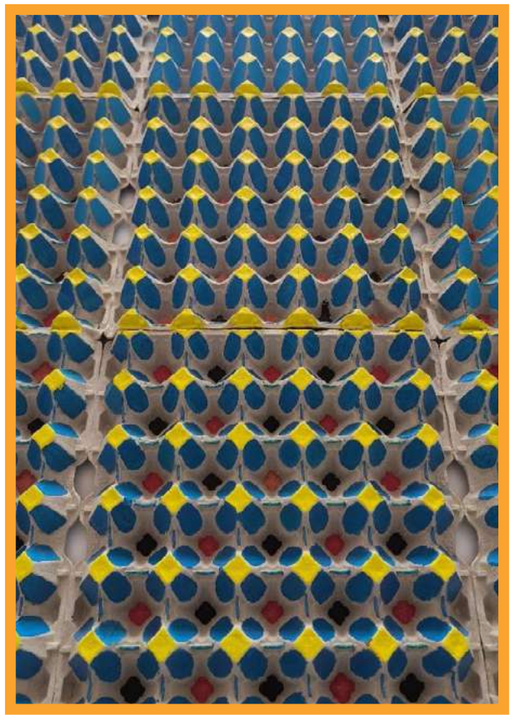


ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE BEJA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS N.º 2 DE BEJA

BEJA CELEBRA O PATRIMÓNIO
EXPOSIÇÃO "PADRÃO E RITMO" UNE COMUNIDADE E SUSTENTABILIDADE NO CENTRO UNESCO

CLÁUDIA PATOLA

Professora



A iniciativa, inserida na Festa do Azulejo 2026, destaca a salvaguarda da identidade local e inclui uma obra singular do Estabelecimento Prisional de Beja feita com materiais reciclados.

O Centro UNESCO de Beja inaugurou, no passado dia 5 de maio, pelas 19h00, a exposição "Padrão e Ritmo - Exposição de várias explorações visuais através do azulejo". Este evento marca um momento alto na agenda cultural da cidade, celebrando o azulejo como elemento identitário da região.

Promovida pela ADPBeja - Associação para a Defesa do Património Cultural da Região de Beja, a Festa do Azulejo procura sensibilizar a comunidade e as entidades para a importância da valorização e salvaguarda do património azulejar do concelho.

Arte, Inclusão e Ecologia, a exposição apresenta trabalhos de alunos e docentes que exploram o azulejo sob diversas óticas. No entanto, uma das peças que tem captado a atenção dos visitantes pela sua originalidade e mensagem ambiental: a obra "O Alvéolo de Albarrada".

Criada pelos alunos de Artes do Estabelecimento Prisional de Beja, sob orientação da professora Cláudia Patola, a peça é um exemplo de criatividade sustentável.

Priorizando a ecologia, a obra foi integralmente realizada com materiais recicláveis, utilizando caixas de ovos para recriar as formas e volumes do património cerâmico. Esta abordagem não só homenageia a tradição, como reforça a consciência ambiental e o papel da arte no processo de reintegração social.

A mostra "Padrão e Ritmo" reúne o esforço coletivo da comunidade educativa em prol da memória histórica de Beja. Esta exposição esteve patente ao público no Clube UNESCO, até ao passado dia 25 de maio.

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE CHAVES AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. JÚLIO MARTINS

ARTE SEM MUROS: CRIATIVIDADE E EXPRESSÃO ARTÍSTICA NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE CHAVES

SANDRA PINHEIRO

Professora

No âmbito do protocolo estabelecido entre o Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins e o Estabelecimento Prisional de Chaves concluiu-se a UFCD de Artes, dinamizada ao longo do ano letivo 2025/2026. Durante o terceiro período, esta formação foi desenvolvida em estreita articulação com a turma de iniciação à Língua Portuguesa.

Ao longo do ano, os participantes tiveram oportunidade de explorar diferentes materiais, técnicas de pintura e formas de expressão plástica, moldando a sua criatividade e emoções através das diversas propostas artísticas apresentadas.

Numa perspetiva de sustentabilidade e reaproveitamento de materiais foram utilizados recursos como cartão, papéis reciclados, revistas, jornais e panfletos publicitários. Esta abordagem permitiu não só estimular a imaginação e a capacidade artística dos formandos, mas também promover a consciência ambiental e a valorização dos recursos disponíveis.

As sessões semanais constituíram um espaço de descoberta cultural e artística. Através da exploração de livros e imagens impressas sobre a vida e a obra de grandes mestres da pintura, os participantes encontraram inspiração para os seus próprios trabalhos, reinterpretando obras de arte em consonância com os seus interesses e sensibilidades pessoais.

Artistas como Salvador Dalí, Leonardo da Vinci, Rembrandt, Johannes Vermeer, Edvard Munch e René Magritte serviram de referência para a exploração de diferentes estilos e temáticas artísticas, posteriormente reproduzidos nos seus trabalhos.

Entre as técnicas mais utilizadas destacaram-se o desenho a lápis de grafite, lápis de cor, técnicas mistas e trabalhos com colagem.

Merecem ainda referência os trabalhos de decoração natalícia, desenvolvidos no final do primeiro período, momento em que a capacidade de trabalho colaborativo se evidenciou de forma significativa. Mais do que um espaço de aprendizagem artística, esta UFCD constituiu também um importante momento de promoção do bem-estar emocional e da serenidade interior. A prática artística revelou-se uma ferramenta de expressão de emoções, de desenvolvimento da autoestima e de criação de momentos de tranquilidade, reflexão e valorização pessoal.

GALERIA

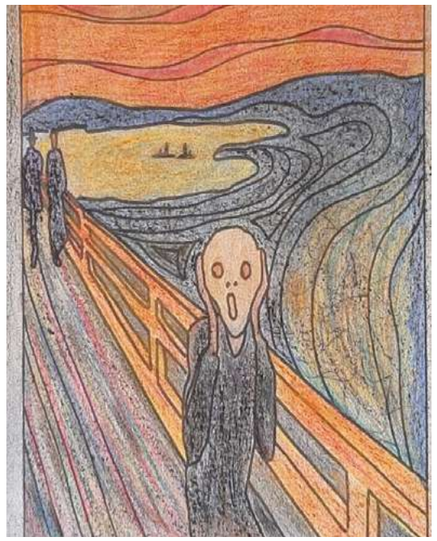
Trabalhos desenvolvidos pelos participantes da UFCD de Artes 2025/2026, no Estabelecimento Prisional de Chaves.

1. DECORAÇÃO NATALÍCIA

2. "NATUREZA-MORTA"
Lápis de cor sobre papel A4

3. REINTERPRETAÇÃO DE OBRAS DE ARTE

Colagem sobre papel A3



Lápis de cor sobre papel A4

Lápis de cor sobre papel A4

Colagem sobre papel A3

4. TRABALHOS ORIGINAIS
Grafite sobre papel A4

Lápis de cor sobre papel A4

AMÉLIA RUA

Professora

A MÚSICA NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE CHAVES

Foram atribuídas pelo Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins 25 horas para ministrar a disciplina de Música a este estabelecimento prisional, as quais decorreram à segunda-feira, das 15h às 16h30m.

Os trabalhos iniciaram com a aprendizagem do cavaquinho, onde, desde logo, os inscritos mostraram grande interesse e motivação.

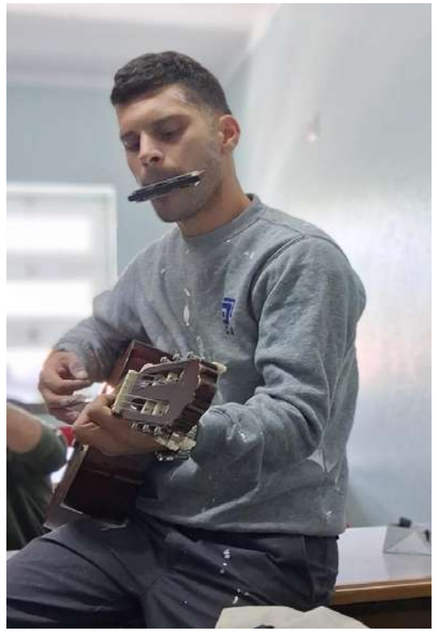
É de salientar a circunstância de haver dois alunos que tocam guitarra e um que toca concertina, sendo que todos eles cantam magistralmente, o que facilitou todo o trabalho.

A primeira apresentação do trabalho do grupo foi a dinamização da missa de Natal, com a interpretação de cânticos religiosos e posterior festa de Natal, nomeadamente, a apresentação de um pequeno musical intitulado "A História do Pai Natal".

A apresentação contou com dramatização e entoação de canções natalícias e, ainda, com o grupo de cavaquinhos, que interpretou canções tradicionais portuguesas.

As aulas continuaram e à semelhança do Natal, o grupo dinamizou a missa de Páscoa.

Na avaliação do trabalho realizado, salienta-se o excelente empenho e desempenho dos elementos supracitados nas aulas de música.



O aluno experimenta o realejo

Preparação do ensaio

O grupo a ensaiar

O grupo reflete sobre o ensaio

O grupo canta a canção final

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE COIMBRA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS EUGÉNIO DE CASTRO

CRIAR, CUIDAR E PROMOVER ESPERANÇA: OFICINAS EDUCATIVAS NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE COIMBRA

EQUIPA PEDAGÓGICA

Todas as terças-feiras à tarde, decorre no Estabelecimento Prisional de Coimbra uma oficina de artes em regime voluntário, que tem proporcionado momentos de criatividade e de partilha, e promovido a expressão pessoal dos alunos, procurando contribuir para o desenvolvimento das suas competências sociais, emocionais e culturais.

Ao longo das sessões foram desenvolvidos diversos trabalhos manuais e artísticos, realizados sempre com grande empenho e dedicação por parte de todos os participantes.

Entre alguns dos projetos concretizados, destacam-se:

- A construção, em equipa, de uma aldeia de Natal. Cada recluso fez uma ou mais casinhas coloridas que depois foram colando na "colina" escolhida para a sua aldeia.

- Para o Carnaval, construíram máscaras de diferentes cores e materiais, que os desafiaram a encontrar soluções com uma estética própria.

- Num quadro de madeira, de cerca de 3mx2m, colocado na parede do corredor da escola, foi pintada a silhueta de uma árvore que cresce à procura da luz da rua. Posteriormente, com o contributo de todos, foi-lhe dada vida decorando-a com flores, pássaros e borboletas, simbolizando a esperança no futuro.

- Desenvolvido por um só recluso, surgiu um rebanho simples, mas muito expressivo, revelador do cuidado e do entusiasmo colocados em cada detalhe das recordações da sua vida.

Todos os reclusos participaram de forma ativa e entusiástica nos diferentes projetos e desafios, revelando espírito de cooperação, criatividade e orgulho nos trabalhos realizados.

No espaço da Oficina de Artes procura-se contribuir não só para o desenvolvimento artístico, mas também para o fortalecimento da autoestima, da valorização pessoal e do sentido de pertença do grupo.

Para além da Oficina de Artes, também funcionou, na escola do EP, todas as 5as feiras de tarde, um atelier com caráter voluntário, denominado "Roda do Cuidar". Foi frequentado por um grupo de alunos de diferentes níveis de ensino, pelo que, a sua planificação, recursos e todas as atividades, foram pensadas tendo em conta a heterogeneidade do grupo e as suas expetativas e motivações.

As palavras-chave foram: Identidade, Alteridade e Empatia, tendo sido realizadas diversas atividades que implicavam reflexão, debates, partilhas de saberes e vivências, e que resultaram muito bem em pequenos grupos e em grande grupo.

As estratégias implementadas - redação escrita, trabalhos manuais e participação oral, envolveram todos os alunos e estes deram um feedback bastante positivo ao longo do decorrer das sessões. Também foram visionados alguns vídeos e filmes que serviram de motor para a abordagem de questões articuladas com os temas.

Começou-se pela promoção do autoconhecimento no presente e no futuro, através da expressão escrita e oral, de seguida foi tratada a questão da dualidade do Eu (Máscara do Eu) e do autocuidado nas suas dimensões física e emocional, tendo sempre presente o respeito pela privacidade e pela diferença.

Posteriormente, foi tratada, de forma reflexiva, o cuidar do outro como um cuidar de nós, tendo sido feito um "mural do cuidado coletivo", uma atividade escrita sujeita ao tema "O que é cuidar do outro?" e "Uma carta para alguém que gostaria de cuidar". Todas as atividades assentaram na promoção de valores essenciais como a empatia e o altruísmo.

No 3º período, trabalhou-se o tema "Saúde e Alimentação", através de várias ferramentas pedagógicas e da realização de pequenos trabalhos sobre a alimentação saudável versus fast food. Não se pode deixar de referir uma sessão sobre Saúde Oral, dinamizada pela estomatologista do EP que teve um impacto bastante positivo no grupo de alunos do atelier.

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DA COVILHÃ
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PÊRO DA COVILHÃ
ESCOLA SECUNDÁRIA CAMPOS MELO

NOÉLIA RAMOS

Coordenadora Pedagógica
Estabelecimento Prisional da Covilhã
Docente do Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã

PROJETO LITERÁRIO NAS TEIAS CONTIGO "MORAIS DO CONVENTO - O ARTISTA ESQUECIDO"

No dia 27 de janeiro, realizou-se uma Sessão de Promoção da Leitura, integrada no Projeto Literário "Nas Teias Contigo".

Sandra Mendes e Tiago Raposo, funcionários da Biblioteca Municipal da Covilhã, apresentaram à comunidade prisional o artista covilhanense Morais do Convento, através de uma leitura encenada com fantoches. Após este momento lúdico, que elucidou os participantes sobre a biografia do artista esquecido e pouco conhecido, os 2 técnicos, mostraram em fotografia, algumas obras do artista em madeira, louça e medalhas. Esta conversa serviu de motivação para a oficina de modelagem e pintura de medalhas esculpidas pelos elementos desta comunidade.

O interesse e empenho dos participantes foi expresso pela qualidade dos trabalhos realizados. Não houve tempo para pintar os trabalhos, sendo agendada uma nova sessão de oficina para terminar a pintura das medalhas realizadas em pasta de papel.

SESSÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE "FALAR DE CANCRO DESMISTIFICAR, PREVENIR E RASTREAR"

Integrada na sensibilização do 'Dia Mundial do Cancro', realizou-se no dia 9 de fevereiro, uma Sessão de Promoção da Saúde intitulada "Falar de Cancro - Desmistificar, Prevenir e Rastrear".

A Sessão foi realizada em colaboração com a Unidade Local de Saúde - ULS Cova da Beira e teve a presença do Enfermeiro Carlos Martins.

O técnico de saúde iniciou a abordagem da temática com a representação social do cancro, referindo os medos, preconceitos e comportamentos perante o diagnóstico da doença. Explicou a formação das células que originam o cancro, relacionou o cancro com o envelhecimento, nomeou os tipos de cancro mais comuns, os fatores de risco e os principais sinais de alerta da doença. Abordou os principais cancros e rastreios no homem, referiu os cuidados a ter perante uma pessoa que padece de cancro e insistiu na importância dos rastreios, no combate a esta tão temível doença.

OFICINA DE PINTURA "MORAIS DO CONVENTO"

No dia 11 de fevereiro, decorreu uma oficina de pintura, para concluir os trabalhos realizados na anterior sessão sobre o artista esquecido "Morais do Convento".

Esta atividade foi apoiada pelos técnicos da Biblioteca Municipal da Covilhã, Sandra Mendes e Tiago Raposo e pelo professor das UFCD de Artes, João Boleo.

PROGRAMA TREINO DE COMPETÊNCIAS "EDUCAR PARA REPARAR"

No Estabelecimento Prisional da Covilhã, a Equipa dos Serviços de Acompanhamento e Execução das Penas implementou o programa de treino de competências "Educar para Reparar – Iniciação às Práticas Restaurativas em Meio Prisional".

Este programa visou promover a consciencialização sobre os efeitos dos crimes nas vítimas, promovendo a responsabilização e a reparação, e pode ter um impacto positivo na redução da reincidência criminal e na reintegração social dos reclusos. A implementação de programas como este reforça a importância da educação e da formação no contexto prisional, visando uma reinserção mais eficaz na sociedade.

O programa foi composto por 30 sessões, com duração aproximada de 90 minutos, divididas em dois blocos: gestão de conflitos e competências restaurativas. Foram selecionados oito indivíduos, tendo sete deles concluído e sido certificados.

O programa decorreu entre 02/10/2025 e 29/01/2026. Na penúltima sessão, o grupo representou uma situação de conflito, demonstrando as aprendizagens obtidas ao longo do programa.

Posteriormente, os participantes receberam os certificados, entregues por convidados presentes na sessão.

Técnicos Superiores de Reeducação
Alexandra Freire e Ricardo Pina Ribeiro

SESSÃO DE ANIMAÇÃO DE LEITURA APRESENTAÇÃO DO LIVRO *A CAMINHO DE ALÉM MAR*

A Caminho de Além Mar, foi o livro de poesia popular apresentado à comunidade prisional, no dia 23 de fevereiro.

A sessão iniciou com um momento musical que serviu para serenar os participantes nesta atividade de motivação para a leitura.

Noélia Ramos, Coordenadora Pedagógica do EP da Covilhã, falou da sua participação na realização de uma edição que antecedeu a publicação deste livro, quando o autor foi seu aluno, num Curso de Educação Recorrente de Adultos, na Vila do Carvalho.

João Milhano, filho do autor do livro, divulgou a importância que teve a publicação desta obra, após o falecimento do seu pai e a sua envolvência para que este livro fosse publicado e apresentado publicamente, no passado mês de setembro de 2025, no Museu de Arte Sacra na Covilhã.

João Milhano apresentou o seu pai e referiu alguns apontamentos importantes desta poesia popular.

Para aguçar a motivação da leitura do livro, alguns participantes da sessão, leram algumas das quadras desta obra poética.

No final da sessão, o filho do autor ofereceu à biblioteca do EP, este livro com uma dedicatória de esperança para com os elementos desta comunidade.

A atividade terminou com outro momento musical, interpretado por João Milhano e Jeremias Bouceiro.

UFCD DE ARTES

O Estabelecimento Prisional da Covilhã, tem a funcionar neste ano letivo, a formação de UFCD -Unidade de Formação de Curta Duração de Artes, orientada pelo Professor João Boléo, docente da Escola Secundária Campos Melo.

Nesta formação são realizados trabalhos muito criativos, para decorar os espaços deste EP.

A última "obra de arte" concluída foi a restauração e pintura de uma masseira que foi colocada num dos corredores desta instituição.

Parabéns a todos os participantes desta formação, pelos excelentes trabalhos que têm realizado e que têm contribuído para tornar este espaço institucional mais humanizado.

COMEMORAÇÃO DIA INTERNACIONAL DA MATEMÁTICA/DIA DO PI WORKSHOP "HÁ NÚMEROS PERFEITOS..."

Integrado nas Comemorações do Dia Internacional da Matemática e do Dia do PI, realizou-se no dia 16 de março, o Workshop "Há números perfeitos..." com a presença do professor de matemática, Carlos Farias, docente do EP e da Escola Secundária Campos Melo.

Carlos Farias, contextualizou a comemoração destes dias, apresentou a biografia de vários matemáticos importantes, falou da importância do PI e sua utilização em muitas ciências e áreas, explicou o teorema de Pitágoras, a noção de número de ouro e números perfeitos, relacionou a matemática com a vida real e a natureza e interagiu com os participantes com a resolução de algumas curiosidades de matemática.

AÇÃO DE DIVULGAÇÃO "CONHECER OS ALCOÓLICOS ANÓNIMOS"

No dia 17 de março, realizou-se na comunidade prisional, uma Sessão de Sensibilização intitulada "Conhecer os Alcoólicos Anónimos" com a presença de elementos dos Alcoólicos Anónimos.

Um dos elementos, apresentou a comunidade dos Alcoólicos Anónimos - história, objetivos, funcionamento, linhas orientadoras, programas, reuniões e locais da sua realização...

Um dos momentos importantes desta sessão, foi o testemunho e a apresentação de histórias e experiências pessoais de adictos em recuperação, que demonstraram que a recuperação é possível.

UNIDADE SERVIÇO AA RECUPERAÇÃO

COMEMORAÇÃO DIA DO PAI WORKSHOP "PARENTALIDADE POSITIVA"

Integrado nas Comemorações do Dia do Pai, realizou-se no dia 24 de março, o Workshop "Parentalidade Positiva" com a presença de 4 técnicas do CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - Mariana Rocha, Ângela Amaral, Leonor Moreira e Catherine Nunes.

As técnicas deram a conhecer a instituição CPCJ, apresentando Conceitos, Objetivos e Estilos Parentais. Desmistificaram a ação desta instituição, deixando bem claro, que este organismo tem como principal tarefa, proteger as crianças de qualquer tipo de agressão emocional e física. Abordaram as dimensões da Parentalidade Positiva e as estratégias de como exercer essa Parentalidade.

No final da sessão responderam a algumas questões dos participantes, de forma clara e objetiva.

MÊS DA PREVENÇÃO DOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo da Covilhã (CPCJ), todos os anos, assinala em abril, o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância,

O Estabelecimento Prisional da Covilhã associou-se a esta iniciativa com a elaboração de um Laço de cor azul, realizado pelos participantes das UFCD de Artes, sob orientação do Professor João Boléo, docente da Escola Secundária Campos Melo.

O Laço de cor azul esteve exposto no edifício desta instituição prisional durante o mês de abril.

"CONCURSO SARDINHAS FESTAS DE LISBOA'26"

O Concurso de Sardinhas é uma iniciativa da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, que visa estimular a participação de todos os cidadãos portugueses ou estrangeiros de todas as idades, na imagem de campanha de comunicação das Festas de Lisboa'26.

As propostas de sardinhas ao concurso podiam ser realizadas em qualquer técnica digital ou manual e tinham de ser obrigatoriamente inéditas e originais.

No EP da Covilhã houve apenas um trabalho de um elemento desta comunidade.

Parabéns ao concorrente do nosso EP, que realizou uma sardinha original e de grande valor artístico.

SESSÃO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE "SUPORTE BÁSICO DE VIDA E PRIMEIROS SOCORROS"

"Suporte Básico de Vida e Primeiros Socorros", foram as temáticas da Sessão de Promoção da Saúde, realizada no dia 23 de abril, para a comunidade prisional.

Alexandre Neto, Enfermeiro da ULS Cova da Beira/UCC Cava Juliana, Diana Nunes e Matilde Caldas, estagiárias do Curso de Enfermagem da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, foram os dinamizadores da atividade.

Os profissionais de saúde falaram da cadeia de sobrevivência, da matriz de ação em casos de emergência, do ciclo de reanimação, da desfibrilhação, da estabilização das vítimas e apresentaram o diagrama mestre da emergência.

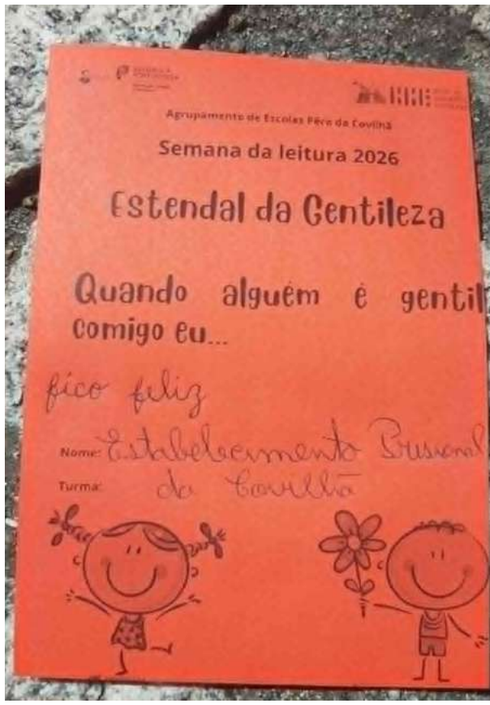
No decurso da atividade, os enfermeiros exemplificaram algumas técnicas de emergência e reanimação e no final, os participantes testaram os conhecimentos adquiridos, com a aplicação prática do Suporte Básico de Vida.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PÊRO DA COVILHÃ SEMANA DA LEITURA "ESTENDAL DA GENTILEZA"

No Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã, decorreu entre os dias 20 e 30 de abril, a Semana da Leitura.

Uma das atividades dinamizadas nesta semana, foi a realização do "Estendal da Gentileza" que teve como objetivo principal, criar uma onda de gentileza em todo o agrupamento, promovendo valores como a empatia, o respeito e a partilha.

A professora Noélia Ramos e alunos do Curso EFA B1 do Estabelecimento Prisional da Covilhã, aceitaram o desafio desta proposta e depois de um debate sobre o conceito de "gentileza" e exemplos de ações e comportamentos positivos, fizeram registos em papeis de várias cores, que foram expostos num estendal da Escola-sede deste Agrupamento.



"COVILHÃ DESPORTIVA" JOGO DE FUTSAL

Integrada na 4ª edição da "Covilhã Desportiva" da responsabilidade da Câmara Municipal da Covilhã (CMC), que decorreu entre os dias 15 e 24 de maio, realizou-se neste Estabelecimento Prisional, um Jogo de Futsal, no pátio desta instituição, disputado entre uma equipa de reclusos e uma equipa de técnicos da Divisão de Desporto e Associativismo do Município da Covilhã.

Este evento teve como objetivos principais, a integração social e a promoção da atividade física nesta comunidade.

A equipa de reclusos do EP, que disputou o Jogo de Futsal com os técnicos da CMC, realizou o seu aquecimento físico, enquanto olhava de soslaio para os seus adversários. Soou o apito e o jogo começou. A equipa do EP mostrou a sua garra e jogou com determinação e estratégia. O resultado não foi importante! Houve vencedores e vencidos, mas o fair play, o convívio, a alegria e o bem-estar físico dos participantes esteve patente em todos os rostos no final do jogo. A comunidade prisional, que assistiu ao evento, encorajou e vibrou com a sua equipa. Foi um bom momento de relaxe e descontração, vivenciado pelos visitantes e pelos elementos da população prisional.

PEÇA DE TEATRO *MEDO*

Medo, foi a peça de teatro apresentada no dia 20 de maio, à comunidade prisional.

Este evento cultural, foi apresentado pelo Grupo de Teatro da Escola Secundária Campos Melo e esteve integrado no PNA - Plano Nacional de Arte e no Plano Cultural desta escola.

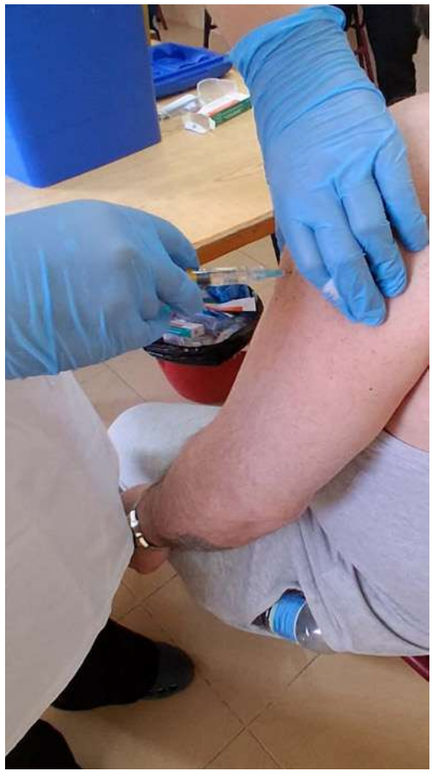
O espetáculo resultou da singular diversidade que o construiu: alunos, mãe, professores e assistente operacional e foi o resultado de um ensaio performativo que se assumiu como um gesto coletivo de coragem.

A plateia de espetadores desta comunidade, apreciou este momento cultural e agradeceu a presença dos atores visitantes.

COMEMORAÇÃO "MÊS DO CORAÇÃO" RASTREIO E VACINAÇÃO

Integrado nas Comemorações do "Mês do Coração", realizou-se no dia 26 de maio, um rastreio de tensão arterial e frequência cardíaca e uma campanha de vacinação, à população reclusa.

Esta atividade de promoção da saúde foi realizada, pelo enfermeiro Alexandre Carneiro, da ULS Cava Juliana da Covilhã, pelas estagiárias do Curso de Enfermagem e pela enfermeira do EP, Ana Rute Costa.



ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE FARO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOÃO DE DEUS

COMEMORAÇÃO DO 25 DE ABRIL NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE FARO

SÓNIA NEVES

Docente do Agrupamento de Escolas João de Deus
Coordenadora Pedagógica no Estabelecimento Prisional de Faro

No âmbito das comemorações do 25 de Abril, os formandos do curso EFA B2 do Estabelecimento Prisional de Faro desenvolveram um conjunto de trabalhos alusivos ao tema "Liberdade", integrados na área de competências-chave de Cultura, Língua e Comunicação (CLC), sob orientação da professora Cláudia Silva.

A iniciativa, dinamizada pelo Agrupamento de Escolas João de Deus, instituição responsável pelo ensino neste estabelecimento prisional, contou com o acompanhamento da coordenadora pedagógica Sónia Neves e teve como principal objetivo promover a reflexão sobre os valores de Abril, dando voz às ideias, vivências e experiências dos alunos por via de textos criativos.

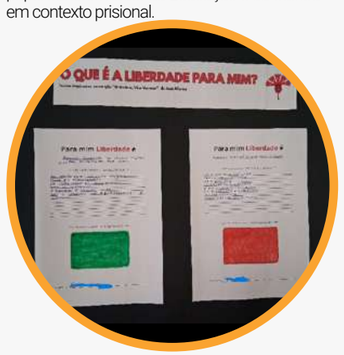
Inspirados na canção "Grândola, Vila Morena", de Zeca Afonso, os participantes foram convidados a refletir sobre o significado da liberdade nas suas vidas, expressando, através da escrita e da cor, sentimentos, ideias e perspetivas pessoais.

O resultado traduziu-se em trabalhos marcados pela autenticidade e dimensão humana, onde surgem palavras como respeito, amizade, esperança, dignidade e futuro.

Esta atividade representa o empenho e a participação ativa dos formandos na valorização da cidadania e da memória histórica, evidenciando a importância da Educação em contexto prisional enquanto espaço de expressão, participação e construção de cidadania.

Para além da vertente pedagógica, constituiu também uma oportunidade de valorização pessoal e de aproximação aos valores democráticos associados à Revolução de Abril.

A Equipa Pedagógica felicita os formandos envolvidos nesta iniciativa, a qual evidencia o papel transformador da Educação e da Cultura em contexto prisional.



QUEM SOMOS

No âmbito das aulas de Português Língua de Acolhimento, os alunos do Estabelecimento Prisional de Faro desenvolveram um trabalho dedicado ao tema "Quem Somos", sob orientação da professora Ana Newton.

A iniciativa teve como principal objetivo promover a aprendizagem e a prática da Língua Portuguesa, criando simultaneamente um espaço de expressão pessoal, partilha cultural e valorização das diferentes nacionalidades presentes no grupo.

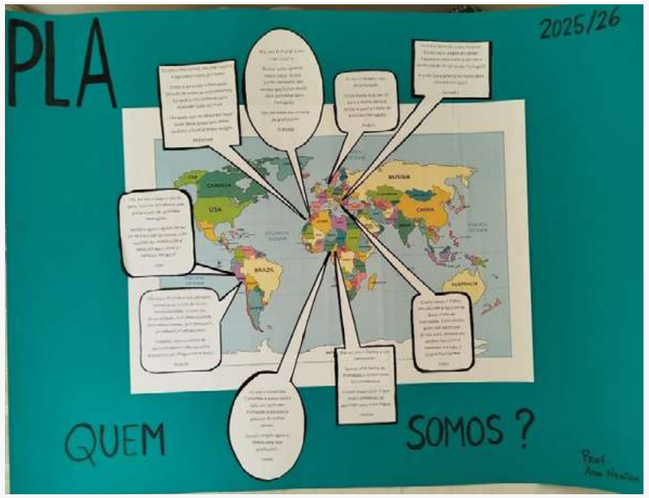
Através deste trabalho, os alunos foram convidados a apresentar aspetos da sua identidade, das suas origens, das suas vivências e dos seus percursos, recorrendo à língua portuguesa como instrumento de comunicação, integração e aproximação ao outro.

Mais do que um exercício linguístico, a atividade constituiu uma oportunidade para reconhecer a diversidade cultural existente em contexto prisional, promovendo o respeito mútuo, o diálogo intercultural e o sentimento de pertença.

Ao refletirem sobre quem são e ao darem a conhecer um pouco das suas histórias, os participantes reforçaram competências comunicativas, sociais e pessoais fundamentais para o seu processo de aprendizagem e integração.

O resultado traduziu-se num conjunto de trabalhos marcados pela autenticidade, pela diversidade e pela dimensão humana, evidenciando a importância do ensino da Língua Portuguesa enquanto meio de inclusão, participação e construção de cidadania.

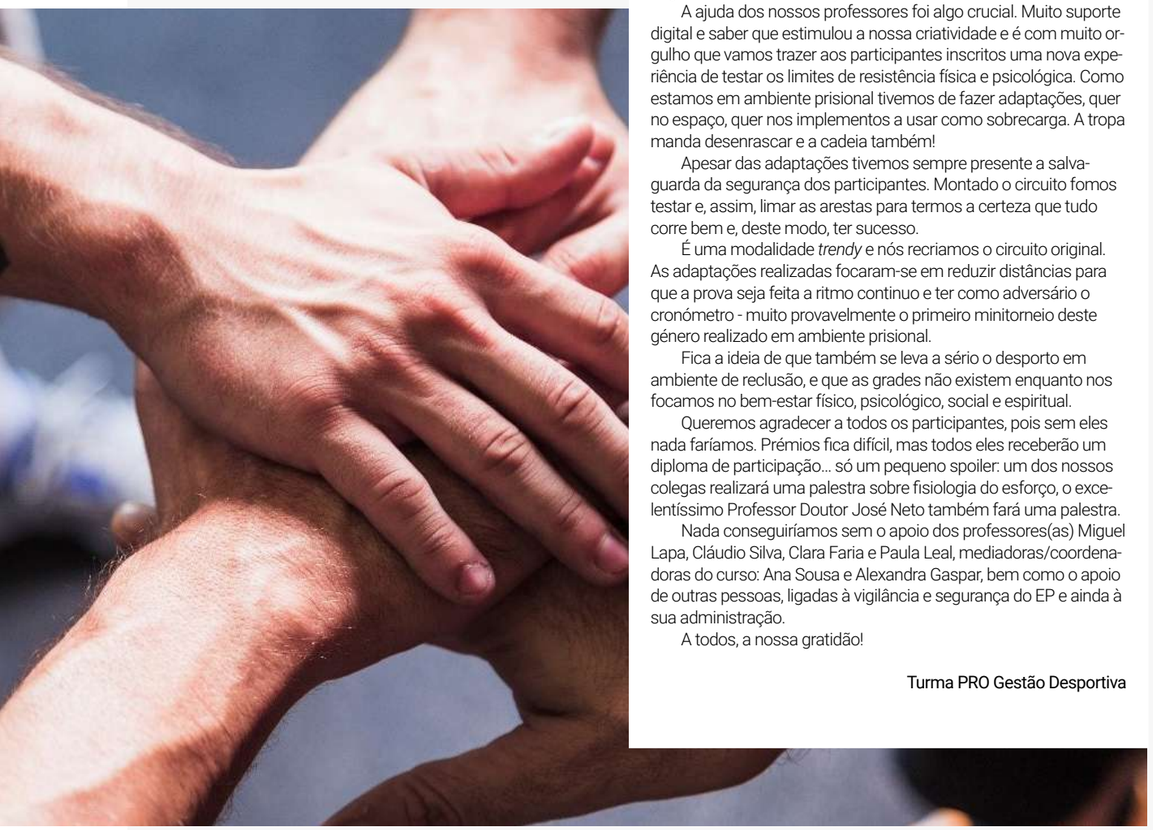
No seu conjunto, esta iniciativa demonstrou, uma vez mais, o papel transformador da Educação em contexto prisional, enquanto espaço de aprendizagem, valorização individual e encontro entre culturas.



ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE PAÇOS DE FERREIRA
ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE VALE DO SOUSA
ESCOLA SECUNDÁRIA DE PAÇOS DE FERREIRA

DANIEL GONÇALVES

Coordenador Pedagógico nos Estabelecimentos Prisionais de Paços de Ferreira e Vale do Sousa



CURSO DE TÉCNICO DE APOIO À GESTÃO DESPORTIVA
ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE PAÇOS DE FERREIRA

Somos uma turma de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva, curso a ser lecionado no EP Paços de Ferreira, e como tal, absorvemos conhecimentos teóricos que nos trouxeram até este estágio (PCT) que se resume em criar, organizar e delinear eventos na prática.

Colocamos mãos à obra e dividiu-se a turma em três grupos, cada qual com uma ou mais tarefas e este grupo criou três pequenos torneios: ténis de mesa, damas e uma prova de resistência, que engloba corrida com estações de exercícios funcionais.

A ajuda dos nossos professores foi algo crucial. Muito suporte digital e saber que estimulou a nossa criatividade e é com muito orgulho que vamos trazer aos participantes inscritos uma nova experiência de testar os limites de resistência física e psicológica. Como estamos em ambiente prisional tivemos de fazer adaptações, quer no espaço, quer nos implementos a usar como sobrecarga. A tropa manda desenrascar e a cadeia também!

Apesar das adaptações tivemos sempre presente a salvaguarda da segurança dos participantes. Montado o circuito fomos testar e, assim, limar as arestas para termos a certeza que tudo corre bem e, deste modo, ter sucesso.

É uma modalidade *trendy* e nós recriamos o circuito original. As adaptações realizadas focaram-se em reduzir distâncias para que a prova seja feita a ritmo continuo e ter como adversário o cronómetro - muito provavelmente o primeiro minitorneio deste género realizado em ambiente prisional.

Fica a ideia de que também se leva a sério o desporto em ambiente de reclusão, e que as grades não existem enquanto nos focamos no bem-estar físico, psicológico, social e espiritual.

Queremos agradecer a todos os participantes, pois sem eles nada faríamos. Prémios fica difícil, mas todos eles receberão um diploma de participação... só um pequeno spoiler: um dos nossos colegas realizará uma palestra sobre fisiologia do esforço, o excelentíssimo Professor Doutor José Neto também fará uma palestra.

Nada conseguiríamos sem o apoio dos professores(as) Miguel Lapa, Cláudio Silva, Clara Faria e Paula Leal, mediadoras/coordenadoras do curso: Ana Sousa e Alexandra Gaspar, bem como o apoio de outras pessoas, ligadas à vigilância e segurança do EP e ainda à sua administração.

A todos, a nossa gratidão!

Turma PRO Gestão Desportiva

XADREZ, VIDA E PRISÃO

Frequentemente, o xadrez não vê reconhecido todo o seu mérito, sendo por muitos considerado como um mero jogo de tabuleiro, ainda que extremamente complexo. Na verdade, o xadrez apresenta um vasto leque de valências que superam essa designação.

Existem muitos paralelismos entre o jogo e a vida que devem ser cautelosamente considerados.

Num tabuleiro de 64 casas pretas e brancas, sequencialmente intercaladas, cada jogador dispõe de 8 peões, 2 torres, 2 cavalos, 2 bispos, uma rainha e um rei. A partir desse início igual e justo, cada jogador procura a captura do rei inimigo. Cada peça tem o seu próprio movimento e função na estratégia global; não raras vezes, um simples peão pode ter mais valor que a poderosa rainha.

Existe uma certa magia em sermos atacados em cada turno por uma incontrolável multiplicação de jogadas possíveis, em sabermos lidar com uma extrema disciplina mental para evitar lances tentadores que depressa nos podem conduzir ao desastre.

Não será assim também na nossa vida? No decorrer dos nossos dias, deparamo-nos com momentos que nos obrigam a escolhas, sendo umas mais fáceis que outras. E, por vezes, basta uma má escolha para virmos jogar xadrez para o "xadrez" (cadeia).

Sim, pode causar espanto na sociedade livre, mas na cadeia jogamos xadrez. Procuramos, através deste jogo, melhorar continuamente a nossa capacidade de escolha, a evolução pessoal e a disciplina.

Dias há em que o jogo é apenas uma metáfora da vida e nas casas pretas e brancas descobrimos o yin e o yang, o Bem e o Mal, e dessa luta retiramos o equilíbrio para as nossas almas.

O xadrez é um campo de batalha que proporciona entretenimento, disputa mental e melhora as nossas capacidades de raciocínio. São inúmeras as qualidades evocadas quando se pretende definir um jogador desta arte. Seja a disciplina, a capacidade de cálculo, os nervos de aço, a segurança na defesa, a criatividade no ataque, a paciência nas jogadas, até mesmo a elegância no sacrifício para capturar o rei inimigo.

Na minha humilde opinião, todas são características importantes num jogador. Mas existe uma que supera a combinação de todas elas.

O segredo para se ser um bom jogador, e talvez o mais aplicável ao sucesso na vida (fora do tabuleiro), é a máxima *"Conhece-te, mas tira o máximo partido das tuas qualidades e esconde as tuas fraquezas"*. Quem interioriza esta palavras certamente será bem-sucedido em tudo quanto se empenhar. E aquilo que pode parecer um cliché é, na verdade, exemplificado a cada passo.

Enquanto jogador, é-me difícil recordar lances magníficos, como os de Mikhail Tal, por exemplo. Reconheço, então, o meu defeito: memorizar bons lances e replicá-los não me é fácil. Assim, não devo insistir no estudo de jogadas específicas, pois seria perda de tempo e tempo, quer no jogo quer na vida, é demasiado importante para desperdiçar.

A minha qualidade no xadrez é aquilo que posso chamar de "criatividade masoquista na vertente ofensiva". Sacrifico, com frequência, grande parte das peças, num ataque súbito ao rei, seguindo linhas pouco óbvias, o que me conduz, geralmente, ao tão desejado "mate".

O sacrifício é, no xadrez e na vida, uma navegação perigosa, onde uma falha pode levar à derrota.

Enquanto jogador, devo tirar o máximo proveito da minha capacidade de ver jogadas de ataque pouco óbvias, não dar tempo ao adversário para repor a defesa, "matar" o rei o mais rapidamente possível e, sempre que sacrificar peças, assegurar-me que o meu plano terá sucesso para evitar uma inesperada reviravolta.

A sequência lógica que leva um jogador a reconhecer qualidades e defeitos para aperfeiçoar o seu estilo de jogo é a mesma que utilizamos para garantir um desenvolvimento pessoal contínuo.

Outro aspeto importante que se vai aprimorando neste jogo é a análise perante situações complexas. Nem sempre a tomada de uma qualquer decisão é cuidadosamente ponderada.

Quando confrontados com uma situação complicada, dificilmente analisamos todas as opções viáveis, escolhendo, muitas vezes o caminho mais fácil. Nós, humanos, deixamos que a precipitação nos domine, no momento da escolha.

No xadrez, aprende-se a planear antecipadamente, a prever as jogadas do adversário, com todas as variantes, e, após toda essa análise, montar-lhe a armadilha de modo a ganharmos uma vantagem material.

Transpor isto para a vida quotidiana é usar este conhecimento para nossa vantagem, parar e pensar no melhor curso de ação, ponderar no que pode correr bem e mal, minimizarmos riscos desnecessários e, só então, agir.

Numa cadeia, esta capacidade significa a diferença entre podermos voltar para a liberdade ou prolongar a nossa "estadia".

O xadrez é mais do que um jogo, é uma filosofia de vida. Ajuda-nos a crescer enquanto pessoas. É uma ferramenta que permite criar arte em tempo real, além de uma belíssima lição acerca do bom e mau consumo dos recursos disponíveis, sejam eles materiais ou temporais.

Não existe ninguém que não tenha, pelo menos, uma qualidade e um defeito, portanto não existe ninguém que, com dedicação e vontade, não possa melhorar. Claro que alguns terão mais facilidade de aprendizagem que outros, mas com o xadrez aprendi que o trabalho árduo faz-nos sempre vencer.

Por isso, lanço o desafio a qualquer um que ainda não sabe jogar e que considere este tipo de aprendizagem inalcançável... pegue ainda hoje num tabuleiro de xadrez, aprenda o movimento de uma peça, mas aprenda-o bem. Amanhã, aprenda a movimentar outra peça... se o fizer, daqui a sete dias já conhecerá o suficiente para começar a praticar sem despender muito do seu precioso tempo.

A partir daí, com alguns jogos e alguma prática, começará a entrar neste mundo fascinante. Mas não se preocupe em ganhar, logo no início. Procure interiorizar o funcionamento do jogo e, em pouco tempo, ficará surpreendido consigo mesmo.

Ganhar o primeiro jogo é uma sensação fantástica, mas começar a ver o mundo com olhos de xadrezista é ... indescritível!!!

Aqui, onde não existe liberdade, encontrámo-la diariamente no único lugar onde jamais seremos prisioneiros... na nossa mente.

Recluso-formando
Altamiro Semana

PAULA LEAL

Professora de Matemática

QUANDO A MATEMÁTICA SE TRANSFORMA EM POESIA

No decorrer das atividades desenvolvidas em sala de aula, durante a abordagem de conteúdos relacionados com áreas, perímetros e, em particular, com a utilização do número π (Pi), um aluno surpreendeu pela forma criativa como decidiu relacionar a aprendizagem matemática com a expressão escrita.

De forma espontânea e por iniciativa própria, o aluno escreveu um conjunto de versos inspirados nos conteúdos que estavam a ser lecionados naquele momento. O trabalho não resultou de uma atividade formalmente proposta, nem de uma tarefa sujeita a avaliação pela docente, tendo surgido naturalmente no contexto da sua participação e envolvimento nas atividades letivas.

Esta produção constituiu uma manifestação genuína da sua compreensão dos conteúdos e do interesse pela temática em estudo. Ao transformar conceitos matemáticos em linguagem poética, o aluno demonstrou não só criatividade, mas também capacidade de estabelecer pontes entre diferentes áreas do conhecimento. Mais do que um simples exercício escrito, este trabalho revela o potencial da educação enquanto espaço de descoberta, expressão e valorização das aprendizagens.

A Matemática, frequentemente associada apenas ao cálculo e à resolução de problemas, surgiu aqui como ponto de partida para a imaginação, mostrando que o conhecimento pode ser apropriado de formas diversas, pessoais e significativas.

Este exemplo evidencia a importância de criar contextos educativos que estimulem a curiosidade, a autonomia e a criatividade dos alunos, permitindo que cada um encontre a sua própria forma de compreender, interpretar e expressar o que aprende.

A MATEMÁTICA A EπLOGAR

Em tudo está a Matemática,
naqueles edifícios erguidos,
na solução da problemática
pelos cálculos bem definidos.

Eu a vi num foguetão,
num ângulo de reentrada,
ou na força da propulsão
da gravidade ultrapassada.

Sr. Newton, não se aborreça
mas me permita a verdade,
se lhe cai um fruto à cabeça
imagine a gravidade.

Analisemos este diâmetro,
isto tem sua ciência,
conseguimos ver um parâmetro
com a sua circunferência.

A regra é pra ser respeitada,
até à simples regra de três,
e esta regra é sagrada,
parece a conta que Deus fez.

Ó raiz, não sejas quadrada,
dá-lhes lá a explicação,
tens de ser multiplicada
pela multiplicação.

Eu divido sem desunir,
todos seguem sendo primos,
somar é o mesmo que adir,
mas ao tirar diminuímos.

Usa o transferidor,
este não é ângulo morto,
e nem te atrevas a supor
que um ângulo reto é torto.

Tenho um 100 número de aplicações,
infindáveis utilidades,
até me apresento em frações,
em quartos ou em simples metades.

O PIRRALHÃO

Sou o Pi, sou Pitoresco,
mando um Piropo à circunferência,
sai de inopino mas não grotesco
e lhe decifro toda a ciência.

Nada digo por Pirraça,
nem quero parecer Piroso,
se eu te Pico, logo passa
neste aPicoar ditoso.

Não sejas Piegas, Moniz,
tens teu valor, repito,
mas não se te emPine o nariz
pois o meu valor é infinito.

Eu sim digo de nariz emPinado,
tenho voto nesta matéria,
a matemática tenho ajudado,
a matemática é coisa séria.

Não me vês na Torre de Piza,
pelo seu ângulo inclinada,
que em grau o solo Pisa
numa leve e subtil Pisada?

Até na salada estou!,
ou na tua não há pePino?
Estou no Pimento que a brasa assou,
ou no Pickle tão pequenino.

Ó Pires... não sejas Picuinhas,
dá-me a tua opinião:
PiriPiri são Pimentinhas
que causam transPiração?

Os Pirilampos nas camPinas
sobem ao Pico do Pinheiro,
que não lhes cobra proPina
prá Pirotecnia dum luzeiro.

Sou imortal, sou infinito,
dês as voltas que quiseres,
nestes círculos sou eu que aPito
num número que o Fim não aferes.

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DO PORTO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MATOSINHOS

EDUCAR POR UM FUTURO MELHOR

ELISABETE LOURENÇO

Coordenadora Pedagógica
Estabelecimento Prisional do Porto

Ao longo do ano letivo, os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) do 1.º e 2.º ciclos e as turmas de Português Língua de Acolhimento (PLA) dinamizaram diversas atividades que promoveram o conhecimento, a criatividade e o convívio entre formandos e comunidade escolar.

As iniciativas, integradas no projeto "Educação para a Vida", destacaram a importância da aprendizagem, da cultura e da participação ativa

no desenvolvimento pessoal dos adultos em formação.

Entre os momentos mais marcantes esteve a celebração do Magusto, que incluiu atividades realizadas em sala de aula, a criação de placards temáticos e um convívio no recreio escolar, proporcionando um ambiente de partilha e tradição.

Já na época natalícia, os formandos desenvolveram trabalhos decorativos e artísticos que estiveram expostos nas salas e no exterior da escola, contribuindo para o espírito festivo vivido em toda a comunidade educativa.

No início do novo ano, a tradição das Janeiras também marcou presença. Os participantes prepararam atividades plásticas e com alguns ensaios musicais, fizeram uma breve apresentação onde cantaram as Janeiras, terminando a iniciativa com um lanche convívio que reforçou os laços entre todos os envolvidos.

Outra data assinalada foi o Dia de São Valentim, celebrado através da elaboração de postais, origamis e de um mural alusivo ao

tema com destaque para a multiculturalidade, especificamente na escrita da palavra "amor" em várias línguas.

Destaque-se ainda a partilha colaborativa intitulada "Das Janeiras ao Carnaval", uma iniciativa que simbolizou a ligação entre os formandos e os alunos da escola sede.

As coroas produzidas pelos participantes foram utilizadas pelos alunos mais novos, acompanhadas por mensagens de agradecimento que evidenciaram o espírito de cooperação e entreajuda vivido ao longo do projeto.

O Dia do Pi também foi comemorado de forma criativa e educativa, através de atividades que despertaram o interesse dos formandos pela matemática e pelo raciocínio lógico. A iniciativa permitiu explorar o significado deste número matemático de forma dinâmica, promovendo a aprendizagem e o gosto pelo conhecimento.

O Dia Mundial do Teatro levou ao Estabelecimento Prisional dois atores que representaram uma pequena peça, intitulada *A entrevista mais estranha*, onde os formandos contactaram com esta arte, refletiram sobre a temática abordada e

desfrutaram de momentos cómicos.

Nos dias 8, 9 e 10 de abril decorreu o II Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões - Educar para a Liberdade, no qual marcaram presença os docentes do EP e os alunos, nessa impossibilidade, produziram trabalhos que se encontravam expostos no espaço.

As comemorações do 25 de Abril, Dia da Liberdade, também fizeram parte do plano de atividades. Os formandos ouviram músicas relacionadas com a data, realizaram trabalhos de expressão escrita e elaboraram cravos simbólicos, evocando os valores da liberdade e da democracia, em momentos de reflexão sobre a importância desta data histórica para Portugal.

No âmbito do Dia Internacional da Família, foram promovidas atividades de reflexão e partilha, através das quais os formandos identificaram os valores aprendidos no seio familiar e refletiram sobre aquilo em que cada um se tornou ao longo da vida.

Houve ainda espaço para recordar os elementos das suas famílias, partilhar memórias felizes e momentos marcantes vividos em família, bem como expressar desejos para o futuro familiar. Esta iniciativa reforçou a importância dos laços familiares no percurso pessoal e social de cada formando.

Todas as ações supramencionadas reforçam o papel da educação de adultos como um espaço de inclusão, aprendizagem contínua e valorização pessoal e social.

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SILVES
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SILVES

QUANDO A ESCRITA GANHA VOZ

ANA RITA FAZENDEIRO

Professora de Português
Investigadora em Educação
Escola Secundária de Silves |
Estabelecimento Prisional de Silves

PRÁTICAS DE ESCRITA CRIATIVA EM PORTUGUÊS LÍNGUA DE ACOLHIMENTO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SILVES

Há palavras que chegam devagar

Algumas chegam com hesitação, pronunciadas em voz baixa numa língua ainda em construção. Outras permanecem muito tempo em silêncio antes de encontrarem espaço para existir. Em contexto prisional, esse silêncio tem muitas formas: o medo de errar, a interrupção precoce dos percursos escolares, a distância da família, a experiência da exclusão, a sensação de não pertença.

Nas aulas de Português Língua de Acolhimento, encontro homens de diferentes nacionalidades, culturas e trajetórias de vida. Alguns aprenderam recentemente as primeiras palavras em português. Outros carregam várias línguas dentro de si. Muitos trazem consigo histórias fragmentadas, percursos interrompidos e uma relação difícil com a escola. Ainda assim, sentam-se, escutam, arriscam escrever, procuram compreender e fazer-se compreender. E é precisamente nesse gesto de tentativa que começa a aprendizagem.

Quando iniciei a minha atividade letiva em contexto prisional, interrogava-me frequentemente sobre o alcance da escola naquele espaço. Perguntava-me se a aprendizagem conseguiria verdadeiramente acontecer entre muros, regras e limitações tão próprias deste contexto. Com o tempo, compreendi que a educação começa sempre no mesmo lugar: na relação humana.

Antes da gramática, está a confiança. Antes da correção linguística, está a escuta. Antes da aprendizagem formal, está o reconhecimento do outro enquanto sujeito de palavra, de experiência e de dignidade.

Ao longo deste percurso, a escrita criativa revelou-se uma ferramenta particularmente significativa. Quando alguém escreve, organiza pensamento, nomeia emoções, revisita memórias e projeta possibilidades. A palavra transforma-se num espaço de expressão e de reconhecimento. E quando existe reconhecimento, existe também pertença.

"Do Quintal da Minha Casa Vejo o Mundo"

Foi neste contexto que nasceu o poema coletivo "Do Quintal da Minha Casa Vejo o Mundo", desenvolvido nas aulas de Português Língua de Acolhimento a partir de palavras, expressões e pequenos versos construídos pelos formandos ao longo de diferentes sessões de escrita criativa.

O poema integrou as diferentes línguas presentes no grupo, árabe, crioulo, francês, inglês e português, valorizando a identidade linguística e cultural de cada participante. Mais do que um exercício de escrita, tornou-se um espaço de encontro.

"Do quintal da minha casa vejo o mundo,
Ouço vozes, risos e o silêncio profundo.

Em árabe, crioulo, francês, inglês e português,
Cada língua diz quem tu és."

Posteriormente, já fora do estabelecimento prisional, o poema foi transformado em canção através de uma plataforma digital de instrumentalização musical, mantendo integralmente a autoria dos formandos. A tecnologia acrescentou apenas a componente sonora; a memória, a emoção e a voz já pertenciam àquele texto. A audição coletiva da canção em sala constituiu um momento particularmente significativo. Houve silêncio. Sorrisos discretos. Surpresa. Naquele instante, a escrita ultrapassou o papel e ganhou voz.

Este trabalho integra uma investigação em curso na área do Português Língua de Acolhimento em contexto prisional, centrada nas potencialidades da escrita criativa na aprendizagem linguística e no desenvolvimento de competências de cidadania.

Há muros que limitam o corpo. A palavra, porém, continua a abrir espaço. E enquanto houver alguém disposto a escrever, haverá sempre possibilidade de reconstrução, pertença e liberdade.

Ouvir a canção criada a partir do poema coletivo dos formandos:
https://suno.com/s/4dkUttD8v3jJ7fRA

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO - FEMININO
ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO GONÇALVES ZARCO

ISABEL RAMOS

Coordenadora Pedagógica
Estabelecimento Prisional
Santa Cruz do Biso (feminino)

A LENDA DE *TSURU* - UM CONTO JAPONÊS

No dia 20 de maio, a Dr.ª Alice Sumihara realizou, pelo segundo ano consecutivo, um workshop de origami destinado a todas as alunas da Zarco, no EP Santa Cruz do Bispo Feminino.

Durante a atividade, a Dra. Alice contou a tradicional lenda japonesa do *Tsuru*, símbolo de esperança, paz e felicidade, proporcionando um momento de partilha cultural e reflexão. De seguida, ensinou as participantes a criar o famoso *Tsuru* em origami, despertando grande entusiasmo e participação entre as alunas.

A iniciativa foi recebida com muito carinho e entusiasmo por todas, que adoraram a experiência e demonstraram grande interesse pela arte do origami.

COMO MUDAR O MUNDO COM A ENERGIA

No dia 19 de maio, o Professor Armando Oliveira, antigo docente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e atualmente investigador na mesma instituição, dinamizou a palestra "Como Mudar o Mundo com a Energia", dirigida às alunas da Zarco, neste EP.

Ao longo da sessão, foi abordada a importância da energia no desenvolvimento sustentável, na inovação e na transformação da sociedade, destacando-se o impacto que pequenas mudanças e novas soluções energéticas podem ter no futuro do planeta.

A palestra despertou grande interesse nas alunas, que participaram de forma ativa, colocando várias questões e demonstrando curiosidade sobre os temas apresentados.

O momento proporcionou uma reflexão enriquecedora sobre a relevância da energia e do conhecimento científico na construção de um mundo melhor.

SETE POR UMA E UMA POR TODOS

Pela primeira vez, o Estabelecimento Prisional Feminino de Santa Cruz do Bispo integrou o projeto cinematográfico 7/1, uma iniciativa cultural promovida no concelho de Matosinhos, há mais de uma década, que alia o cinema, a expressão artística e a inclusão social.

Este projeto nasce da necessidade de trabalhar comportamentos através da arte, permitindo despertar o interesse pelo cinema e pelas artes em geral, além de combater fatores de risco para o insucesso e abandono escolar.

O projeto conta com o trabalho de uma equipa de profissionais da área do cinema que, através do mesmo, trabalha temas importantes para os alunos, como a saúde mental, a depressão, a ansiedade, as relações interpessoais e as relações de amizade e de inclusão ou, ainda, as analogias com o meio onde vivem, a inteligência artificial e a sustentabilidade dos recursos.

A participação das nossas alunas neste projeto, que nasce da necessidade de trabalhar comportamentos através da arte, constituiu uma experiência particularmente enriquecedora, na medida em que lhes permitiu contactar de forma ativa com diferentes linguagens artísticas, desenvolver competências criativas e participar num espaço de partilha, reflexão e valorização pessoal. Através do cinema, abriu-se uma oportunidade de expressão individual e coletiva, estimulando a imaginação, o pensamento crítico e o trabalho colaborativo.

Mais do que uma atividade cultural, o projeto revelou-se um importante instrumento de inclusão e cidadania, reforçando o papel da cultura como veículo de transformação pessoal e social.

A possibilidade de integrar uma iniciativa desta natureza representa, para todas as participantes - Celestina Pereira, Fátima Guedes, Paula Maia, Margarida Magalhães, Tânia Fonseca -, um momento significativo de reconhecimento, participação e aproximação à comunidade exterior.

De facto, foi com imensa alegria que algumas alunas participantes receberam a notícia de que alguns familiares foram assistir à gala.

A estreia do Estabelecimento Prisional Feminino de Santa Cruz do Bispo neste festival cinematográfico contou com a preciosa colaboração da direção do EP, da Escola João Gonçalves Zarco, da Câmara Municipal de Matosinhos e da artista Rita Burmester.

Este desafio foi recebido, por todos os elementos envolvidos, com muito entusiasmo e constituiu um passo relevante no fortalecimento de práticas educativas e culturais em contexto prisional, evidenciando

a importância de criar oportunidades que promovam o desenvolvimento humano, a autoestima e a reintegração social.

Ainda de realçar que, nesta belíssima estreia, o grupo arrecadou o prémio de melhor argumento com a sua curta-metragem "Quem vê caras não vê corações".

A participação no 7/1 deixa, assim, um testemunho positivo do impacto que a arte e a cultura podem ter na construção de percursos mais conscientes, participativos e inclusivos.

O MEU SILÊNCIO AO PIANO

No ano de 2024, celebraram-se os 50 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974, um momento histórico e crucial para a conquista da liberdade em Portugal. Para assinalar esta data, o pianista e compositor Pedro Emanuel Pereira e o professor e divulgador musical Miguel Leite criaram o projeto 50'25 - Pelos Estabelecimentos Prisionais de Portugal, uma iniciativa artística inovadora que levou aos estabelecimentos prisionais uma reflexão profunda sobre o silêncio enquanto elemento central na vida prisional.

Apoiado pela Associação 25 de Abril, pela Estrutura de Missão das Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril, pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e pela Direção-Geral das Artes (DGARTES), o projeto envolveu a participação ativa de reclusos em dez estabelecimentos prisionais de Portugal, transformando o silêncio e a introspeção em expressão artística e música.

Entre estes estabelecimentos prisionais, encontra-se o EP de Santa Cruz do Bispo Feminino.

O 50'25 visou promover o envolvimento criativo das nossas alunas através da escrita de textos criativos e reflexões pessoais sobre o silêncio, um tema que marca a vida em reclusão.

Estes textos, impulsionados por atividades desenvolvidas nas aulas de CLC, serviram de base para a composição de uma obra musical original por Pedro Emanuel Pereira, apresentada, no salão de festas do EP, no passado dia 6 de maio.

Esta sessão foi acompanhada pela comunicação social, sendo possível assistir à peça jornalística através da seguinte ligação: https://tviplayer.iol.pt/programa/tvijornal/63ef5eb50cf2665294d5f87a (Jornal TVI, 10 de maio). A peça final resultante deste processo criativo será gravada e publicada, culminando numa reflexão artística sobre o silêncio, a música e a vida prisional.

LIBERTA UM POEMA

No dia 28 de abril de 2026, as alunas da Escola Secundária João Gonçalves Zarco reuniram-se no átrio da Escola, acompanhadas pelas professoras Isabel Ramos, Liliana Ventura e Andreia Sousa, para dinamizar a atividade "Liberta um Poema", inscrita no âmbito das comemorações do 25 de Abril.

Esta iniciativa teve como principal objetivo destacar a poesia enquanto expressão de liberdade e de consciência cívica. Para assinalar a efeméride, as formandas construíram um mural que evocava as grades de uma prisão, onde se encontravam simbolicamente "aprisionados" poemas de autores ligados à poesia de intervenção.

Num gesto repleto de significado, cada aluna retirou, de forma aleatória, um dos poemas e deu-lhe voz através da sua leitura em voz alta, libertando as palavras e as ideias que durante anos inspiraram a luta por uma sociedade mais justa e democrática.

Num tempo em que a liberdade é, muitas vezes, encarada como um dado adquirido, escolher um poema e partilhá-lo com os outros transforma-se num ato de memória e de cidadania.

É celebrar a liberdade de expressão conquistada pelas gerações que nos antecederam; é dar vida a valores como a fraternidade, a igualdade e a justiça; é recordar que a liberdade, tal como a cultura, floresce quando é cultivada diariamente.

Entre versos libertados e vozes que ecoaram pelo espaço escolar, a atividade constituiu um momento de reflexão e partilha, demonstrando que a poesia continua a ser uma poderosa forma de pensar o mundo e de afirmar a liberdade.

Formandas
Beatriz Pereira, Tânia Fonseca, Sandra Martins, Margarida Magalhães, Beatriz Pereira e Cristina Pereira (EFA NS1A)

FORMANDAS EM RECLUSÃO PARTICIPAM EM INICIATIVA ARTÍSTICA SOBRE O MEDO

(Atividade integrada no Plano Nacional das Artes, culminou numa arruada e flashmob no Parque Basílio Teles, em Matosinhos)

No passado dia 17 de março, as formandas do ensino secundário das turmas EFA NS1A e NS2A, em reclusão no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino, participaram numa atividade artística e reflexiva sob a orientação da professora de Cultura, Língua e Comunicação, Liliana Ventura, e da professora de Artes, Andreia Sousa, que é também diretora de uma turma do 9.º Ano, da Escola Secundária João Gonçalves Zarco.

A iniciativa consistiu na criação de cartazes em cartolina com *slogans* alusivos ao tema do "Medo" e da coragem, incentivando as participantes a expressarem sentimentos, pensamentos e perspetivas através da arte.

Os trabalhos foram, posteriormente, apresentados numa arruada, realizada no dia 20 de março, entre as 10h00 e as 12h00, com concentração no Parque Basílio Teles.

O momento contou com a participação ativa dos alunos da turma supramencionada e terminou com um *flashmob*, marcando de forma simbólica e dinâmica a mensagem da atividade.

Esta ação foi dinamizada no âmbito do Plano Nacional das Artes (*Bienal Cultura Educação n.º 2*) e teve como mote a reflexão "E em vez do medo?", promovendo o pensamento crítico, a criatividade e a expressão pessoal sobre diferentes formas de enfrentar o medo e, ainda, explorando diferentes possibilidades de lidar com a angústia.

"Mais do que pintar uma parede, foi pintar uma ideia de futuro", referiu uma das participantes, resumindo o espírito do projeto CO.LA - um espaço onde a arte e a cidadania se encontram para construir novos caminhos de liberdade.

Formandas
Tânia Silva e Vanessa Cunha (EFA NS2A)

DIA INTERNACIONAL DA MULHER - "CAMILO RELOADED - UMA CADEIA DE OLHARES"

No passado dia 6 de março, a nossa Escola assinalou o Dia Internacional da Mulher com a apresentação do projeto Camilo *Reloaded - Uma cadeia de olhares*, pelas autoras Regina Guimarães e Tânia Furtado. A iniciativa decorreu no salão de festas e contou com a participação de cerca de 50 alunas.

O Dia Internacional da Mulher constitui um momento de reflexão sobre a luta histórica das mulheres pela igualdade de direitos, dignidade e oportunidades, bem como pela valorização do seu papel na sociedade.

Neste contexto, a realização de atividades culturais assume particular relevância, promovendo a consciência crítica, a expressão individual e o reforço da identidade.

O projeto apresentado propõe uma revisitação contemporânea da obra de Camilo Castelo Branco, através de múltiplos olhares e linguagens, incentivando o diálogo entre o passado e o presente.

A sessão proporcionou um espaço de partilha e reflexão, onde a literatura se afirmou como instrumento de questionamento, liberdade e construção pessoal.

O poema abaixo transcrito integra o prefácio da obra, da autoria de Regina Guimarães, refletindo sobre limites, possibilidades e a força transformadora da palavra:

Desde sempre me dizem,
regular e militarmente,
que não se pode ter tudo.
Quando,
verdade seja dita,
não se pode ter nada.
E esse nada é toda a maravilha.
Cabe-nos enxertá-la no tronco comum
da árvore da palavra
aprofundá-la e fazê-la florescer.
Cabe-nos também observar
os ramos de finitude
donde pendem infinitos cheiros e sabores.
Cabe-nos,
não menos,
cruzar
a obediência aprendida
com a desobediência necessária.

A iniciativa destacou, assim, a importância da educação e da cultura em contexto prisional, enquanto caminhos de valorização pessoal, pensamento crítico e construção de novos horizontes.

TORNEIO COM A FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO
ENERGIA E AMIZADE À MISTURA

As nossas alunas mostraram garra e espírito competitivo num torneio de voleibol com os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, a convite da sua Associação de Estudantes.

Entre serviços, bloqueios e risadas (com algumas quedas à mistura...), sentiu-se o espírito de equipa. Foi, assim, uma ótima oportunidade para trocar experiências e mostrar talento dentro e fora do campo.

Um dia divertido e cheio de energia, que deixou todos com vontade de repetir a experiência!

CELEBRAR A ESPERANÇA DO NATAL

Realizou-se uma pequena, mas profundamente sentida, festa de Natal no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo, dedicada às formandas dos cursos da Escola João Gonçalves Zarco.

Neste encontro simples, carregado de humanidade, pude testemunhar - com enorme alegria - que ainda somos capazes de acender Esperança onde tantas vezes ela parece perdida.

O lanche preparado, repleto de iguarias variadas, trouxe sabores há muito esquecidos das memórias mais recentes de muitas daquelas mulheres.

Pequenos gestos, como partilhar um doce tradicional ou um bolo que lembrava a infância, tornaram-se pontes para emoções guardadas, para lembranças de casa e para uma sensação de pertença que tantas vezes lhes falta.

Senti-me, assim como todos os meus colegas, verdadeiramente realizado por termos conseguido proporcionar não apenas um momento de convívio, mas a possibilidade de acreditar novamente na vida, nos sonhos e na capacidade de recomeçar.

Aquelas mulheres, privadas de liberdade, mas nunca de dignidade, puderam, por instantes, sentir-se de novo parte do mundo, de todas as alegrias que todos amamos.

Sempre Zarco!

Formador
Pedro Pacheco

CRIATIVIDADE PREMIADA NO CONCURSO "POSTAIS DE NATAL 2025"

2º Classificado-Estabelecimento Prisional de Santa Bispo Feminino

A nossa aluna Fátima Guedes alcançou o 2º lugar no Concurso "Postais de Natal - 2025". Esta é a primeira vez que a escola se classifica entre os três melhores trabalhos, marcando um momento muito especial para a nossa comunidade educativa.

O concurso, promovido pela DGRSP, insere-se nas atividades socioculturais desenvolvidas nos Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos, oferecendo uma oportunidade de valorização da criatividade e do empenho das participantes. O resultado obtido reflete o trabalho, a dedicação e o envolvimento das alunas, bem como o acompanhamento pedagógico e incentivo à expressão artística da professora de Artes, Andreia Sousa.

A participação em iniciativas deste tipo evidencia a importância de atividades que estimulem a expressão criativa, o desenvolvimento pessoal, a autoestima e a integração social, contribuindo para percursos educativos mais significativos e inclusivos.

ALUNAS DO SECUNDÁRIO REFLETEM SOBRE O 25 DE NOVEMBRO

As alunas do Ensino Secundário participaram numa aula dinamizada pelo professor Paulo Silva, dedicada à importância e ao significado histórico do 25 de Novembro para Portugal.

Ao longo da sessão, foram abordados os acontecimentos que marcaram este dia decisivo da história contemporânea portuguesa, bem como o seu impacto na consolidação da democracia. A aula promoveu a reflexão crítica e o debate, permitindo às alunas compreender melhor o contexto político e social da época.

A iniciativa revelou-se muito enriquecedora, contribuindo para o aprofundamento dos conhecimentos históricos das alunas e para o desenvolvimento de uma consciência cívica informada.

MAGUSTO PROMOVE CONVÍVIO E TRADIÇÃO NA ESCOLA

A nossa Escola celebrou o Magusto com uma manhã cheia de convívio, tradição e criatividade. As alunas saborearam castanhas assadas e pastel de castanha, preparados pelo formador do curso de Cozinha, Pedro Pacheco, que fizeram as delícias de todos.

As castanhas foram servidas em belíssimos cartuchos, decorados pelas alunas de Artes, sob a orientação da professora Andreia Sousa, refletindo o talento e a criatividade artística das nossas formandas.

Outro momento especial foi a leitura das quadras vencedoras do concurso literário "Quadras de São Martinho", seguida da entrega dos prémios oferecidos pela Escola às três vencedoras - Celestina, Marisa e Paula, premiadas pelo seu talento e originalidade.

Todas as quadras foram expostas num fantástico painel desenvolvido no âmbito da formação de Artes.

Foi uma manhã de alegria, partilha e celebração das tradições, de onde saíram reforçados os laços entre a comunidade escolar.

Ó meu S. Martinho,
Meu Santinho generoso,
Faz-me sair de fininho
Até ao final de agosto

Paula

CIÊNCIA VIVA LEVA O ESPAÇO ÀS ALUNAS DE SANTA CRUZ DO BISPO

No âmbito do programa Ciência Viva - Espaço vai à Escola 2025, as alunas da Zarco receberam a visita da investigadora Marta Fernandes, do Instituto de Astrofísica e Ciências do Espaço.

A sessão, intitulada "Como vivem os astronautas no espaço", proporcionou um momento de grande aprendizagem e curiosidade científica. Durante a palestra, foram abordados vários aspetos do quotidiano dos astronautas no espaço, desde a alimentação às rotinas de trabalho e adaptação à ausência de gravidade.

A iniciativa revelou-se extremamente interessante e despertou grande entusiasmo entre as alunas, que participaram ativamente, colocando várias perguntas e demonstrando elevado interesse pelos temas apresentados.

Esta atividade contribuiu para a promoção da literacia científica e para o incentivo ao interesse pelas áreas da ciência e do espaço, aproximando a investigação científica da comunidade escolar.

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE VALE DE JUDEUS
ESCOLA SECUNDÁRIA AUGUSTO CÉSAR DA SILVA FERREIRA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA
CENTRO PROTOCOLAR DA JUSTIÇA

MARINA GODINHO

Coordenadora do Projeto Educativo no Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus

SEMANA CULTURAL NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE VALE DE JUDEUS

Entre os dias 25 e 28 de maio, decorreu no Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus a Semana Cultural, uma iniciativa promovida pelas Escolas Associadas - Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira e Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva - em colaboração com os Serviços de Educação do Estabelecimento Prisional.

Esta iniciativa teve como principal objetivo valorizar e dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos alunos ao longo do ano letivo, assumindo-se como um momento de partilha, expressão e reconhecimento.

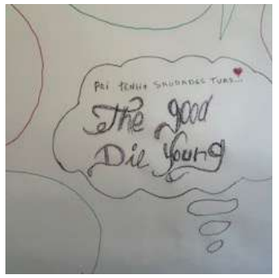
A Semana Cultural revestiu-se de particular importância no contexto escolar e prisional, ao contribuir para a humanização do espaço educativo, para a quebra da rotina diária e para a criação de um ambiente mais salutar, participativo e motivador.

Ao longo da semana, foram promovidas atividades orientadas para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e criativas, estimulando a expressão artística, a reflexão, a participação e a valorização individual.

A iniciativa constituiu também uma oportunidade de abertura à comunidade, através da partilha de experiências, saberes e percursos que contribuem para a preparação de uma futura reintegração em liberdade.

Temáticas como memórias, histórias de vida, jogos tradicionais, relações internacionais, trabalho, ambiente, leitura, poesia, oficinas de escrita, arte e movimentos artísticos, entre outras, marcaram o programa e permitiram envolver diferentes ciclos de ensino num percurso comum de aprendizagem e partilha.

A Semana Cultural transformou a Escola num espaço ainda mais próximo, empático e valorizador do aluno enquanto indivíduo, promovendo a redescoberta de si mesmo, o reconhecimento das suas capacidades e a valorização do trabalho realizado ao longo do ano.



VERA CARDOSO

Formadora/Mediadora cursos EFA
Centro Protocolar da Justiça

OPERAÇÃO DE NARCOTRÁFICO
OS BEM SUCEDIDOS

UMA HISTÓRIA REALISTA SOBRE AMBIÇÃO, ESCOLHAS E CONSEQUÊNCIAS

PREFÁCIO

Este conto nasce de uma história real, construída no limite entre a ambição e a consequência, onde o mar não é apenas cenário, mas também testemunha silenciosa de decisões irreversíveis.

Ao longo destas páginas, acompanhamos um grupo de homens reunidos por circunstâncias distintas, mas ligados por uma mesma promessa: a de uma solução rápida para problemas que pareciam não ter saída. O que começa como esperança transforma-se, pouco a pouco, num percurso marcado pela tensão, pela desconfiança e pela inevitabilidade das escolhas feitas sob pressão.

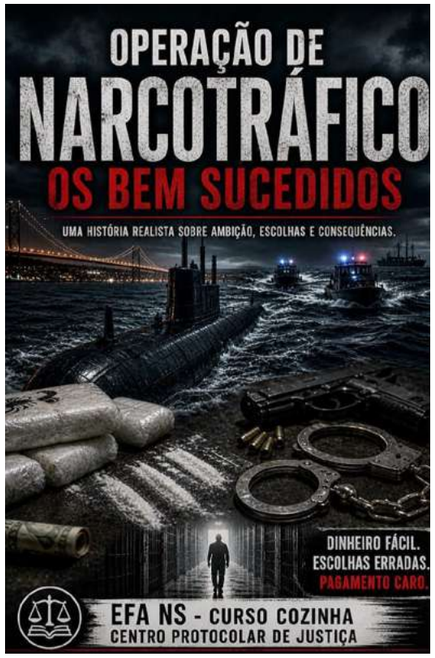
A bordo de um submarino lançado nas águas do Atlântico, o espaço fechado torna-se espelho da mente humana: claustrofóbico, instável e revelador. Entre a lealdade e o medo, entre o instinto de sobrevivência e a consciência, cada decisão pesa mais do que o próprio destino.

Não se trata apenas de uma história de ação, mas de uma reflexão sobre as consequências, sobre o preço do caminho escolhido e sobre a forma como, muitas vezes, a liberdade pode ser comprometida.

No fim, fica a pergunta que atravessa toda a narrativa: até onde estamos dispostos a ir quando acreditamos não ter alternativas?

AUTORES

CARLOS PAIS
CÉSAR MEDEIROS
DANIEL MARTINS
FLORIANO CANOA
JORGE AGOSTINHO
JOSÉ PINHO
MAURO MARTINS
NELSON GUERREIRO
PEDRO RAMOS
VASCO CORREIA
VÍTOR DIAS



NELSON: Caríssimos, agradeço que desliguem os telemóveis. Vocês tiveram várias conversas em que disseram que estavam a precisar de ganhar algum dinheiro, que estavam dispostos a tudo e arranjei aí uma boa solução para resolver os vossos problemas. Tenho um carregamento para ser entregue na zona costeira do Tejo por via marítima através de um narcosubmarino e a embarcação é para seguir já, há dúvidas?

VÍTOR: Tenho receio de entrar nesta embarcação, vamos correr muitos riscos, o objetivo pode falhar e sermos intercetados.

NELSON: Caro Vítor, a partir deste momento a missão tem de ser iniciada e não há mais qualquer tipo de contacto com ninguém.... Estamos juntos até ao fim, é aqui a nossa oportunidade de ir buscar um bom dinheiro para ajudar as nossas famílias e termos uma vida muito melhor.

PEDRO: Já analisei o submarino, está tudo operacional desde os motores à estrutura, temos peças de substituição para tudo e o combustível também chega para a viagem, da minha parte está garantido que tudo irá correr bem nesta viagem. Vai ser um sucesso! Vamos ficar todos bem de vida com este transporte de cocaína companheiros…

GAMELAS: Eu estou aqui para garantir que a cocaína chega toda ao seu destino sem qualquer interrupção, já tenho vários anos disto companheiros, confiança… se não nunca mais somos ninguém na vida, pensem nas vossas famílias.

NELSON: Caros companheiros a partir deste momento não há notícias para mais ninguém, vão entrar dentro do submarino, o Pedro vai seguir pela rota que está marcada no GPS e vamos todos seguir o que está estipulado e definido para que tudo corra bem.

VÍTOR: Eu tenho de avisar a minha família porque se alguma coisa correr mal, eles não sabem nada de mim, preciso de fazer um telefonema.

GAMELAS: Olha, este quer avisar a família… já vi que quem manda lá em casa é a mulher… atina para a vida companheiro, MEDRICAS.

NELSON: Os telemóveis ficam em terra, não há telemóveis para ninguém até o carregamento ser entregue.
O Pedro dirige-se para o seu posto e o Vítor vai para o pé dele. Gamelas, César, Floriano vamos dar seguimento à viagem, fechem a escotilha e vamos em frente, quer-se é pensamentos positivos e tudo vai correr bem. Siga viagem, depois de entramos em contacto.

Duas semanas depois…

PEDRO: Companheiros já vamos a meio da rota pretendida, está tudo a correr bem.

VÍTOR: Ele não está a ir pela rota certa… estou a ver pelo GPS.

VASCO: Pedro, a rota é para seguir pelo GPS não é para andar a inventar.

GAMELAS: Então, mas estás armado em esperto? Estás a desviar da rota porquê?

FLORIANO: Ai este lacorinho… O que estás a fazer? Agora merecias era levar umas chapadas nesse focinho.

CÉSAR: Calma, nunca se deram bem porque é que estão agora a dar-se mal?

PEDRO: Companheiros, fiz aqui um pequeno desvio, mas acho que vamos dar ao sítio certo.

VÍTOR: E agora se a gasolina não der para chegar ao destino por causa deste desvio, como é que vamos fazer?

GAMELAS: É fácil, metemos-te umas barbatanas na língua e vais a empurrar o submarino até chegarmos. Cala-te pá!

VASCO: Isso não, porque ainda vamos ao fundo.

FLORIANO: Ainda temos muita gasolina pessoal, levem isto na brincadeira. Vai correr tudo bem.

CÉSAR: É isso mesmo, levem tudo na brincadeira, pensamento positivo.

PEDRO: Vítor, vai atestar o depósito que já só tem um quarto de combustível.

VASCO: Pessoal, estamos aqui todos preocupados… vamos, mas é ver a qualidade do material, para nos divertirmos.

GAMELAS: Vou buscar um bocado para vocês, depois só não fiquem com paranoias e façam merda.

FLORIANO: Eu não tenho nada a ver com isso, eu nem gosto disso, quero é chegar ao destino rápido e em segurança.

CÉSAR: Eu quero experimentar isso, não vou morrer burro.

VASCO: Eu quero duas linhas e das grandes, isso deve ser material de outro mundo...

PEDRO: Gamelas mete aí também duas linhas para mim que já vou ali buscar a minha notinha de 200.

GAMELAS: Rapazes está aqui… à vontade, não se preocupem.

PEDRO: É pá! Isto é mesmo bom… É da moca ou o submarino está a andar mais rápido?

CÉSAR: Até já estou a deitar sangue no nariz, esta é mesmo da boa, só faltavam aqui umas gajas e um som...

VASCO: Olha-me os peixinhos a bater no submarino… devem estar a sentir o cheiro lá de fora… Ó Pedro, olha as algas a dizerem adeus… ah ah ah.

FLORIANO: Vocês já estão com uma moca do caraças, já estão a ver coisas que não existem.

GAMELAS: Eu avisei-vos, controlem-se pessoal. Vítor, já atestaste o depósito? A tua parte está ali.

VÍTOR: Eu já vos conto, deixa lá ver isso. Sim senhora… que qualidade… assim até dá gosto.

PEDRO: Está a cheirar a gasóleo, o que é que se está a passar?

FLORIANo: A mim também me está a cheirar… até já me está a começar a doer a cabeça.

VÍTOR: Fui eu que deixei cair um garrafão de gasolina de 50 litros, ninguém me veio ajudar.

VASCO: És mesmo otário, já nos enganámos na rota e ainda desperdiças 50 litros de gasolina.

CÉSAR: És mesmo burro, porque que não pediste ajuda? A gasolina já vem contada e ainda dás uma falha destas.

FLORIANO: Para que é que me fui meter nisto, vivia com o pouco que tenho, já dava para o dia a dia.

PEDRO: Também já estou com um mau pressentimento, onde é que me vim meter, tinha um trabalho tão bom, tenho uma família que nunca me vai deixar.

CÉSAR: Não pensem nisso, vai tudo correr bem, vai dar certo, vão ver.

VÍTOR: Tenham calma pessoal, a gasolina vai chegar e ainda sobra, mantenham a calma, não deixem que as paranoias vos dominem.

VASCO: Vamos é ver onde vamos gastar o dinheiro e descontrair pessoal.

GAMELAS: Isso mesmo pessoal, pensamento positivo, vão ser mais uns riscos e vamos descontrair… já passámos mais de metade do trajeto. Eu cá vou investir numa estufa para fazer uma plantação de cannabis.

FLORIANO: O Vasco vai é fazer umas tattoos novas para tapar aquelas... já estou farto de ver essas.

CÉSAR: O Vasco vai é fazer uma osga e um submarino, na barriga, para se lembrar bem desta aventura.

PEDRO: Tirem lá a nota de 200 euros ao Vítor se não, daqui a nada, está com as quatro rodas no ar.

GAMELAS: Da cá essa merda Vítor, começas já não queres parar. Aposto que vais rebentar este dinheiro todo com a coca de certeza. Pensa que tens uma família e faz alguma coisa por ela.

VASCO: Tu não tens nada a ver com isso, ele vai rebentar o dinheiro como quiser.

FLORIANO: O Gamelas tem razão, e está a dar-lhe os bons conselhos. Amigos como tu ninguém precisa Vasco, não te metas tu na conversa deles.

CÉSAR: Pessoal não vamos perder tempo a discutir, quando chegarmos ao fim logo trocamos ideias.

VÍTOR: Está a ficar muito fumo cá dentro, algo não está a correr bem.

GAMELAS: Pedro vai lá ver se faz favor o que se está a passar, se não ainda morremos aqui. Floriano, podes dar-lhe uma ajudinha se faz favor.

FLORIANO: Pedro, parece que o fumo está a sair ali junto ao filtro.

PEDRO: É o filtro que está desapertado, deve ter sido com a vibração do motor, passa-me aí a chave Inglesa se faz favor que isto é dois minutos.

CÉSAR: Pessoal isto não está nada bem, aproximamo-nos de uma tempestade marítima, de mares percebo eu.

VÍTOR: Deixa ver, são mesmo as ondas que estão altas e a rebentar com força. Acham que o submarino vai aguentar?

VASCO: E agora o que é que vamos fazer? Maldita a hora que me vim meter nisto.

FLORIANO: O que é que eu fiz à minha vida? Dinheiro fácil nunca deu bom resultado, ainda vamos morrer aqui dentro.

GAMELAS: Calma pessoal, isto é só uma tempestade, vocês já estão aqui cheios de filmes e a atrair energias negativas. Quando entrámos nisto já sabíamos que não ia ser um mar de rosas e que isto podia acontecer. Vamos manter a calma tudo vai dar certo. Já passei por tempestades piores, vamos manter a calma.

PEDRO: Pessoal tenham calma, o Gamelas tem razão, isto vai ser só uma pequena tempestade, vamos ter um pouco de trepidação. Vou reduzir um pouco a velocidade, encher mais um pouco o lastro para descermos abaixo das ondas e não sentirmos tanto o balanço.

VÍTOR: Vocês parecem que não sabem a força do mar… isto ainda vai partir-se ao meio, vamos todos morrer aqui, vamos é desistir.

CÉSAR: Vamos ter calma, aqui ninguém vai desistir. Vítor, desde que entraste no submarino que vens só com energias negativas pá. Estás com o azar atrás de ti, mais valia teres ficado em terra. Andas aqui a tirar a moral às pessoas e a chatear.

GAMELAS: É mesmo César, o Vítor é um maricas, está sempre com pensamentos negativos, mais valia ter ficado em terra. Ou pôr-lhe uma bala no meio da testa.

VASCO: Gamelas dá-lhe a nota de 200 e mete-lhe mais umas riscas para se calar, está aqui a pôr o pessoal com receio.

FLORIANO: Faço ideia o que vai nessa cabeça, está sempre com pensamentos negativos.

PEDRO: Pessoal estamos a meio da tempestade, vamos manter sempre esta velocidade, a tempestade não está assim tão forte. Já estamos a entrar em águas portuguesas, o pior já passou. Gamelas mete aí mais um risco para mim, para o Vasco e para o César.

GAMELAS: Não há mais nada para ninguém, acabaram-se os riscos, dei ao Vítor porque ele não é competente para andar nestas vidas, mas já estamos em segurança. Temos de levar isto a rigor, isto não é brincadeira.

CÉSAR: Eu também já não quero nada, agora só quero chegar ao destino… a adrenalina já passou.

VASCO: Tens razão, o pior já passou, agora já estamos em águas portuguesas temos de estar atentos porque a marinha portuguesa controla toda a costa, vocês não vêm nas notícias quantos carregamentos já apanharam este ano? Atenção máxima! A partir de agora o mínimo erro é a nossa morte.

FLORIANO: Pessoal, estou a ver pela viseira duas lanchas marítimas na nossa direção.

PEDRO: Como é que sabes que são lanchas marítimas?

FLORIANO: Companheiro, não estou a brincar… são lanchas azuis-claras e vêm com as luzes de emergências ligadas. É a polícia marítima!

GAMELAS: Pessoal, são duas lanchas, estamos cercados!

VÍTOR: O que é que eu faço agora da minha vida, eu não queria ter entrado neste submarino, desde o princípio que tenho um mau pressentimento.

PEDRO: Gamelas o que é que eu faço? Acelero?

GAMELAS: Não vale a pena, estamos cercados. Vamos todos para a escotilha que o Pedro vai abrir a válvula de afundamento.

CÉSAR: Já sabíamos que algo podia acontecer, agora é confrontar a realidade… estamos prestes a ser presos.

FLORIANO: Ai meu deus o que vai ser da minha vida, os meus filhos… a minha mulher… a minha rica família.

GAMELAS: Estamos cercados, aconteça o que acontecer, ninguém fala! O chefe vai saber que não chegámos ao destino. Vai ver as notícias e vai mandar os advogados. Temos de aguentar firmes e calados. Não se esqueçam que temos família e este tipo de pessoas não brincam. Tudo de bico calado! É um aviso se querem que tudo corra bem. No pior dos piores daqui a 10 anos estamos vivos e junto da família.

VÍTOR: Meu Deus! O que vai ser de mim? Nunca estive preso, mais valia ter partido uma perna ou um braço quando ia a entrar neste submarino.

CÉSAR: Que raiva! Maldito dinheiro fácil! Vou perder anos da minha vida, preso, longe da minha família.

VASCO: Calma pessoal, estamos todos bem que é o mais importante, agora é ter calma e fazer o que o Gamelas disse, é manter a calma e todos de boca calada.

POLÍCIA MARÍTIMA: [TUM, TUM, TUM…] Abram a escotilha! Abram! Estão cercados! Quero que saiam todos, um de cada vez, e com as mãos no ar. Quem se armar em esperto, vai correr-lhe mal. Vêm mais reforços a caminho, não têm por onde fugir, estão cercados.

Dois dias depois…

JUIZ: Visto serem estrangeiros, não terem residência em território nacional, nem terem colaborado com as autoridades DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA para todos os arguidos.

GAMELAS: Pessoal agora já está, a prisão não mete medo a ninguém, estamos todos juntos. Já sabíamos que isto tanto podia correr bem como podia dar mal. Todos juntos vamos ultrapassar isto meus amigos, vai correr tudo bem e quando sairmos, ainda temos um futuro pela frente.

PEDRO: É isso pessoal, vamos encarar a realidade: a prisão não é o fim do mundo.

CÉSAR: Vamos levar isto como uma aventura e uma lição de vida, dinheiro fácil só traz problemas.

FLORIANO: Estou muito arrependido de me ter metido nisto companheiros. Nunca mais me convidem para um passeio destes.

VÍTOR: E agora a minha família, isto vai passar em todo o lado. Nunca mais vou conseguir trabalho em lado nenhum… é uma vergonha para a minha família toda. O que fui eu fazer à minha vida e à minha família.

VASCO: Agora não vale a pena meus amigos, temos de encarar a realidade, estamos presos: já não há mais nada a fazer. Se tivesse corrido bem estávamos todos em festa e bem da vida, agora temos de aguentar firmes e unidos. As nossas famílias nunca nos vão abandonar, por mais que não concordem com certos atalhos, vão estar sempre do nosso lado.

6 anos depois…

GAMELAS: Pessoal já temos metade da pena cumprida. Estes 3 anos passaram rápido, tivemos o apoio do chefe e não nos faltou nada; nem a nós, nem às nossas famílias. Tivemos visitas e apoio total. Mais um aninho e estamos junto das nossas famílias em casa com quem amamos. O pior já passou.

FLORIANO: Camaradas, sei e tenho a certeza de que não me volto a meter em mais nenhuma, não quero voltar a ter problemas com a justiça.

CÉSAR: Para mim podem ter a certeza que também não volto a pôr-me noutra. Perdi o crescimento do meu filho, ele cresceu sem o carinho e a educação de um pai. Quando sair, vou arranjar um trabalho.

VÍTOR: Vou ter de compensar bem a minha família por todo o sofrimento passado durante estes anos, aprendi bem a lição acreditem.

PEDRO: É isso mesmo companheiros, de agora em diante temos de seguir uma vida honesta e dar bons exemplos aos nossos filhos. Espero não me voltar a meter noutra.

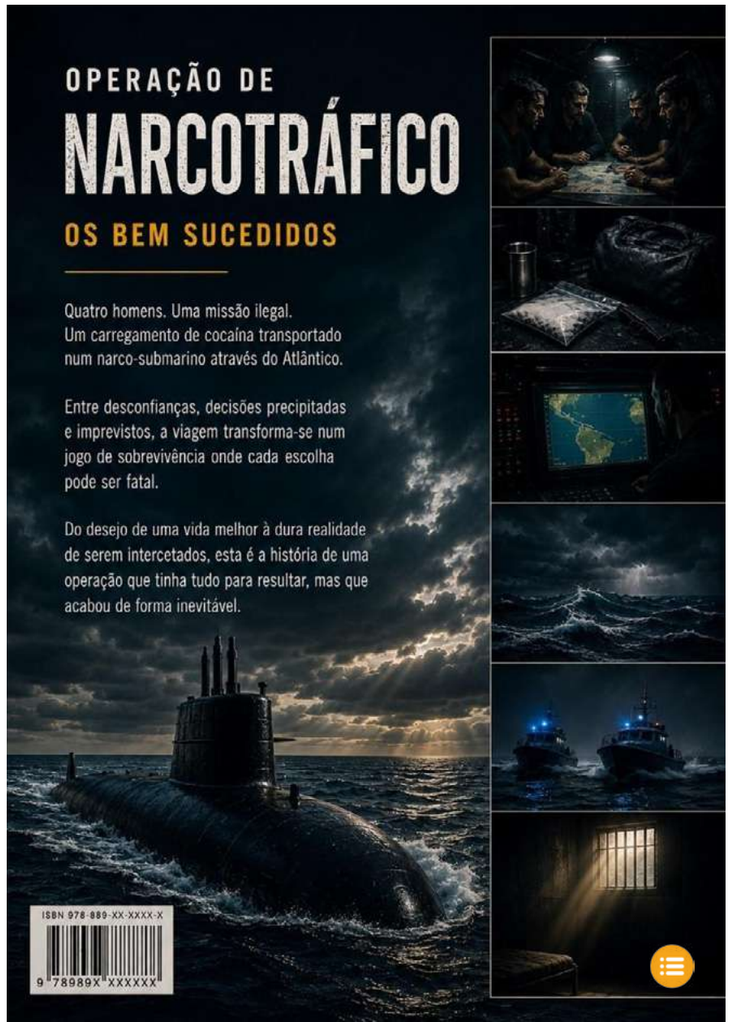
VASCO: Ganhámos a experiência, que não é tudo, como dizem. Ninguém paga o tempo que aqui perdemos, nem o sofrimento passado pelas nossas famílias. Já viram companheiros: A prisão revela o que o mar esconde; a liberdade não se compra. Nenhuma missão paga o som de um portão a fechar com estrondo. O tempo não passou - pesou, e o dinheiro… não foi mais que um engodo…

VÍTOR: E o que nos espera agora?

GAMELAS: Seja o que for… já está em marcha...

FIM

Formandos do curso EFA NS Técnico de Cozinha/Pastelaria



TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELOS FORMANDOS NOS CURSOS DO CENTRO PROTOCOLAR DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SETOR DA JUSTIÇA

Curso de Pasteleiro/Padeiro

No âmbito da Formação do Curso de Pasteleiro/Padeiro do CPJ - Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça, no Estabelecimento Prisional de Vale Judeus, os formandos desenvolveram diversos trabalhos práticos e criativos, conjugando competências técnicas de pastelaria e padaria com aprendizagens da formação base.

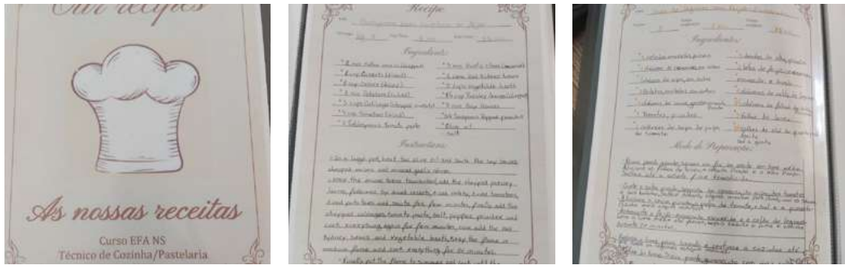
Sob orientação dos formadores, foram produzidos bolos, receitas e apresentações temáticas, evidenciando empenho, criatividade, aquisição de competências profissionais e valorização pessoal através da formação.

Formandos do Curso de Pasteleiro/Padeiro
sob orientação do Formador da Formação Tecnológica, Jacinto Silva

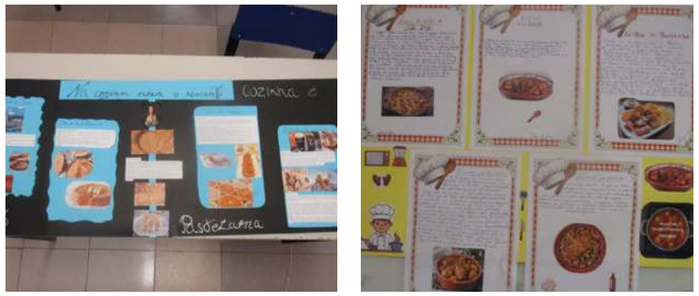
Curso de Técnico de Cozinha/Pastelaria

No âmbito da Formação do Curso de Técnico de Cozinha/Pastelaria EFA Nível Secundário, os formandos desenvolveram trabalhos que articulam competências técnicas, criatividade e aprendizagem de base.

Entre receitas bilingues, painéis temáticos e confeções culinárias, evidencia-se o empenho dos participantes, a valorização da formação profissional e o desenvolvimento de saberes práticos essenciais à área da cozinha e pastelaria.



Formandos do Curso de Técnico de Cozinha/Pastelaria EFA NS sob orientação do Formador da Formação Tecnológica, Jacinto Silva



Formandos do Curso de Técnico de Cozinha/Pastelaria EFA NS sob orientação dos Formadores da Formação Base, Elvira Fernandes, Ana Veloso e André Ferreira

Curso de Eletricista de Instalações

No âmbito da Formação do Curso de Eletricista de Instalações EFA B3, os formandos desenvolveram trabalhos que articulam conhecimentos técnicos com aprendizagens da formação base.

Através de painéis sobre matemática, geometria, sinalização e segurança no trabalho, evidenciam-se competências essenciais à área da eletricidade, promovendo a criatividade, a responsabilidade profissional e a valorização da formação como instrumento de desenvolvimento pessoal e qualificação.

Formandos do Curso de Eletricista de Instalações (EFA B3)
sob orientação das Formadoras da Formação Base, Elvira Fernandes e Lília Dias

Curso de Técnico de Mecatrónica Automóvel

No âmbito da Formação do Curso de Técnico de Mecatrónica Automóvel, os formandos desenvolveram atividades práticas ligadas à organização, sinalização e preparação do espaço oficinal, bem como a operações técnicas de intervenção automóvel.

Estes trabalhos evidenciam a aquisição de competências profissionais, o desenvolvimento do "saber fazer", nomeadamente ao nível do planeamento e organização, valorizando a formação como instrumento de qualificação, responsabilidade e reintegração social positiva.

Operações de intervenção prática

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE ALCOENTRE
CENTRO PROTOCOLAR DA JUSTIÇA
ESCOLA SECUNDÁRIA AUGUSTO CÉSAR DA SILVA FERREIRA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA

ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO LETIVO 2025/2026

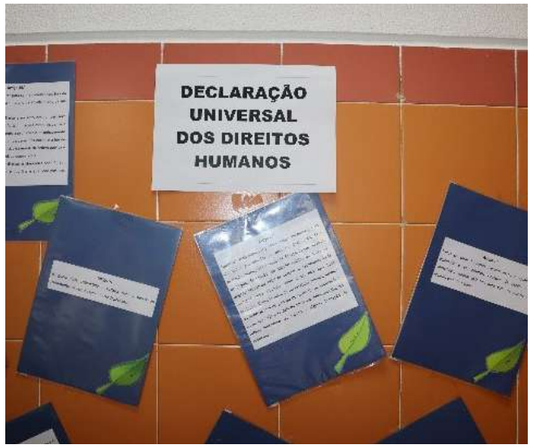
A EQUIPA PEDAGÓGICA

Ao longo do ano letivo, foram dinamizadas diversas atividades educativas e socioculturais que promoveram a participação ativa dos formandos, contribuindo para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e académicas em contexto prisional.

As iniciativas levadas a cabo refletiram uma abordagem integrada e multidisciplinar, articulando diferentes áreas de competência, de forma a valorizar a criatividade, a expressão artística e o trabalho colaborativo, contribuindo para o bem-estar, a inclusão e a preparação para a reintegração social.

HALLOWEEN

NATAL



DIREITOS HUMANOS

SEMANA DOS AFETOS

DIA DA MULHER

DIA DO PI

25 DE ABRIL E PÁSCOA

PINTURA E ARTE

PROJETO ERASMUS+
PARTILHA DE BOAS PRÁTICAS EM CONTEXTO PRISIONAL

No âmbito do Projeto Erasmus+, a Escola do Estabelecimento Prisional de Alcoentre teve o privilégio de receber dois parceiros espanhóis, de Castellon de la Plana, numa visita de intercâmbio e partilha de experiências educativas.

Esta mobilidade constituiu uma oportunidade enriquecedora para todos os intervenientes, promovendo o diálogo intercultural e a troca de boas práticas no domínio da educação em contexto prisional.

Durante a visita, os parceiros conheceram as instalações escolares, os recursos disponíveis e a organização pedagógica desenvolvida no estabelecimento prisional. Tiveram, ainda, a oportunidade de contactar diretamente com a realidade educativa local, observando metodologias de ensino, estratégias de motivação e projetos implementados com os formandos.

Os visitantes participaram ativamente nas dinâmicas das turmas EFA B3 e Nível Secundário (NS), envolvendo-se em atividades pedagógicas e momentos de interação que favoreceram a comunicação, a cooperação e a partilha de perspetivas culturais.

Esta participação permitiu aos formandos desenvolver competências linguísticas, sociais e interculturais, reforçando a importância da aprendizagem colaborativa e da abertura ao mundo.

A experiência contribuiu para a valorização do percurso educativo dos alunos, que puderam apresentar trabalhos, trocar experiências e refletir sobre a importância da educação como instrumento de desenvolvimento pessoal e inclusão social. Simultaneamente, fortaleceu os laços de cooperação entre instituições europeias comprometidas com a promoção da educação e da formação ao longo da vida.

SEMANA DAS EXPRESSÕES 2026
VALORIZAR AS TRADIÇÕES, A CULTURA E A PARTICIPAÇÃO

Entre os dias 18 e 21 de maio de 2026, decorreu a Semana das Expressões, subordinada ao tema "Tradições", envolvendo todas as turmas e áreas de formação da Escola do Estabelecimento Prisional de Alcoentre.

Esta iniciativa proporcionou momentos diversificados de aprendizagem, convívio e partilha cultural, promovendo a participação ativa dos formandos através de atividades de caráter artístico, cultural, recreativo e educativo.

Ao longo da semana foram dinamizadas atividades como a preparação e decoração do espaço escolar, apresentações sobre o património cultural português, exibição de filmes, jogos de tabuleiro, danças tradicionais, apresentações de histórias e lendas, exploração de tradições gastronómicas - com a participação da nutricionista Ana Isabel Piedade Santana -, ditados populares e ainda uma mostra dedicada aos trajes regionais e aos lenços dos namorados.

Houve ainda a apresentação do Hino criado pela turma "Técnico de Multimédia".

Através da criação do Hino, os formandos deram voz às suas experiências, celebrando o caminho percorrido na Escola, os desafios superados e a importância da educação como instrumento de crescimento pessoal e inclusão social.

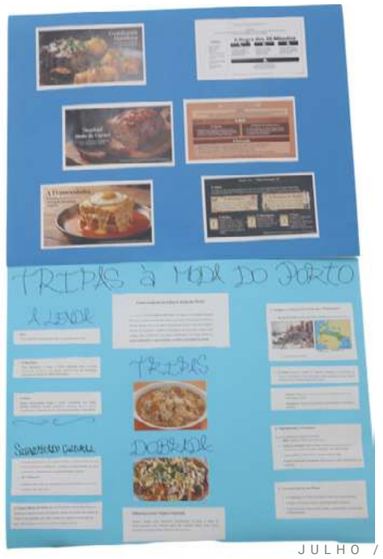
As diferentes atividades permitiram articular diversas áreas de competência, nomeadamente a linguagem e comunicação, o pensamento crítico e criativo, a sensibilidade estética e artística, o relacionamento interpessoal e a cidadania e participação.

Através do contacto com tradições, costumes e manifestações culturais portuguesas e estrangeiras, os formandos aprofundaram conhecimentos sobre a identidade cultural, desenvolveram competências de expressão oral e artística e fortaleceram valores de respeito, cooperação e valorização da diversidade cultural.

BORDADOS

DANÇAS TRADICIONAIS

GASTRONOMIA



GRAFFITI

LÍNGUAS / PALAVRA DO MÊS

MANDALAS

JOGO TRADICIONAL “VEM CONHECER PORTUGAL”

HINO
ESQUECIDOS

João - 27
Perdidos e tristes
Cumprimos os dias
Não são de loucura
São de agonias.

João - 457
Dizem que perdemos
Dizem que erramos
Roubam as memórias
Daqueles que amamos.

Refrão
Estou a aprender a viver
A amar, a não tremer... A lutar!
Resisti, não desisti... Pra sonhar...

João - 296
Grande noite escura
Sinto-me vazio
Desta vida dura
Na cela sinto frio

Sandro - 184
Incompreendidos,
Somos rejeitados
Somos um número
Fomos desprezados.

Ruben Pessoa - 541
Não queremos promessas
Só a realidade
Voltarei sem pressas
À minha cidade.

Saraiva - 328
O medo é prisão
Somos uns guerreiros
Sonhamos em vão?!
Nunca aventureiros...

Ruben Mendes - 547
Não nos queremos render
Restou-nos aceitar
Vivemos a aprender
O que estão a ensinar.

Hussene - 512
Dizem-nos bandidos
Negam a redenção
Pobres e cativos
Pedimos o perdão.

Paulo - 102
Viver de esperança
Presos na ansiedade
Procuro bonança
Minha identidade.

Rafa - 16
Disseram qu’erramos
Fomos condenados
Dizem que falhamos
Somos castigados...

João Macário
Sei o que não quero,
Sei do que não gosto,
Livre, assim espero...
Sorriso no rosto

José Martins - 274
A cela fechada,
Os olhos a chorar,
A vida parada,
Resta-nos esperar.

José Silva - 462
Fizeram-nos vergar,
Soubemos nos erguer,
Lutando sem parar,
Nós iremos vencer.

João Marcelino - 665
Não somos escória,
Temos dignidade,
Fazemos história
Rumo à liberdade.

GRATIDÃO

Quando um dia “isto” acabar,
A memória não deixará perder
Aqueles que iremos recordar...
São os que ousaram nos conhecer.

REFRÃO

Este é o nosso combate,
Esta é a nossa canção...
Gratidão...

Caminham connosco, como poucos,
E, não nos julgam, fazem-nos falar.
Avaliam, não nos cuidam loucos.
Compreendem, não nos mandam calar.

Usam sempre a palavra amiga,
Ainda que para nos corrigir.
Relevam os erros desta vida,
Virtuosos, são quem faz progredir.

Nunca pensei voltar a estudar
Mas, agora, voltei a aprender,
Sem desistir, estão-me a educar
Generosos, ajudam a crescer.

Há vida para lá destes muros,
São pensamentos que nos recordam
O que nos ensinam faz-nos puros
Porque são esses que nos transformam

Professores, doutores e amigos
São aqueles sobre quem escrevo
Lembram que a vida não são perigos
É coragem e viver sem medo.

Nosso poema é de gratidão
Obrigado por esta jornada.
Compusemos, assim, esta canção
E sem lágrimas é recordada.

Não queremos tristeza nem pranto,
Alegramo-nos em concílio
Trem’Olimpo ao ver nosso canto
Cismam Homero e Virgílio.

Formandos da Turma Técnico de Multimédia

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DO PORTO
ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO GONÇALVES ZARCO

ADELAIDE SILVA

Coordenadora Pedagógica
Estabelecimento Prisional do Porto

PAINEL DE MANDALAS

Os alunos dos cursos EFA B3 e NS do Estabelecimento Prisional do Porto (Custóias) participaram no II Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões - Educar para a Liberdade, realizado em Matosinhos (08-10 abril), através da criação de um painel coletivo de mandalas e de um quadro artístico de menor dimensão oferecido à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

O projeto envolveu a pintura, recorte e organização de centenas de mandalas, posteriormente reunidas num painel artístico de grandes dimensões, apresentado durante o Congresso como representação do trabalho educativo e formativo desenvolvido no Estabelecimento Prisional.

Paralelamente, foi também concebido um quadro mais pequeno, elaborado com o mesmo rigor artístico e colaborativo, destinado a oferta institucional à Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, simbolizando o reconhecimento da importância da educação, da inclusão e da valorização humana em contexto prisional.

A pintura de mandalas assumiu-se como uma ferramenta pedagógica de relevo, tendo permitido aos formandos desenvolver competências ao nível da concentração, coordenação motora fina, criatividade, disciplina, persistência e gestão emocional, para além de promover o bem-estar psicológico, a redução da ansiedade e o fortalecimento da sua autoestima.

Numa fase posterior, o recorte e a construção coletiva dos painéis reforçaram competências de trabalho em equipa, cooperação, planeamento, organização e responsabilidade partilhada, transformando produções individuais numa obra coletiva de elevado impacto visual.

De acordo com a Equipa Pedagógica, esta iniciativa teve como principal objetivo promover competências artísticas, pessoais e sociais, enquanto reforçou valores fundamentais como o respeito, o sentido de pertença, a colaboração e a reinserção.

A participação no Congresso permitiu dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos alunos dos Cursos EFA desta instituição, demonstrando de forma concreta o potencial transformador da Educação em meio prisional.

O painel coletivo e o quadro institucional apresentados destacaram-se pela criatividade, dimensão simbólica e qualidade artística, constituindo exemplos claros de como a Educação pode contribuir como instrumento de desenvolvimento pessoal, inclusão e construção de novos percursos de vida.

Professora de STC-E
Noémia Mateus

JOGO DE FUTSAL

Os alunos do Estabelecimento Prisional do Porto (EPP) dinamizaram, no dia 23 abril de 2026, um jogo de futsal juntando uma equipa representativa da Escola do EPP e uma equipa representativa da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

A partida decorreu num ambiente de *fair-play* e entusiasmo, proporcionando momentos de saudável competição entre os participantes.

A equipa da casa demonstrou grande entrega e espírito de entreajuda, sendo amplamente aplaudida pelos presentes.

Os alunos da Faculdade de Direito do Porto mostraram-se satisfeitos com a experiência, sublinhando a importância de iniciativas que permitam um contacto mais próximo com o contexto prisional e as dinâmicas de reinserção social.

A equipa organizadora salientou que este tipo de atividades tem vindo a assumir um papel relevante no desenvolvimento pessoal e social dos reclusos, incentivando competências como a disciplina, a cooperação e o respeito pelas regras. Ao mesmo tempo, promove-se uma maior sensibilização da comunidade académica para as questões ligadas ao sistema prisional.

No final do encontro, houve ainda espaço para momentos de confraternização entre as duas equipas, reforçando o espírito de partilha e o impacto positivo da iniciativa.

A realização deste jogo de futsal insere-se num conjunto de atividades promovidas pela Escola no EPP com o objetivo de incentivar práticas saudáveis, fortalecer laços com a comunidade e contribuir para processos de reinserção social mais humanizados.

Formando EFA B3 2A
Ricardo Vasconcelos

COMEMORAÇÃO DO DIA DO PI

No dia 14 de março, os alunos do curso EFA B3, do espaço escolar e do espaço oficinal do EP Porto construíram o número irracional PI.

Esta atividade foi dinamizada pelos professores de MCT, Isabel Magalhães e João Duarte no âmbito da Comemoração do Dia Internacional da Matemática.

O resultado do trabalho foi exposto no jardim da escola.

questões ligadas ao sistema prisional.

Professora de MCT
Isabel Magalhães

PALESTRA "COMO VIVEM OS ASTRONAUTAS NO ESPAÇO"

No dia 12 de fevereiro realizou-se no EP Porto uma palestra muito interessante subordinada ao tema "Como vivem os astronautas no espaço".

Esta atividade foi dinamizada pela professora, Adelaide Silva com a colaboração das professoras, Noémia Mateus, Sandra Moreira, Conceição Santos, Rosária Diaz e Graça Silva.

Este tema foi abordado pela Dra. Marta Cortesão, agora investigadora no Centro de Astrofísica da Universidade do Porto (CAUP) na área de Astrobiologia e Exploração Espacial.

Os alunos tiveram a oportunidade de descobrir vários aspetos da vida dos astronautas a bordo das estações espaciais.

Ao longo da palestra, foram apresentados diversos factos curiosos sobre o quotidiano no espaço. Ficámos a saber que, devido à ausência de gravidade, tarefas simples como comer, dormir ou até lavar os dentes tornam-se verdadeiros desafios.

Os astronautas utilizam sacos especiais para dormir, presos às paredes, para não flutuarem enquanto descansam. Também a alimentação é cuidadosamente preparada, sendo muitas vezes desidratada e embalada de forma especial.

Outro dos temas abordados foi a importância do exercício físico. Como os músculos e os ossos enfraquecem no espaço, os astronautas precisam de praticar exercício diariamente para manterem a sua saúde.

Além disso, foi explicado como comunicam com a Terra e como realizam experiências científicas importantes para o avanço da ciência e da tecnologia.

A palestra despertou grande interesse entre os alunos, que colocaram várias perguntas sobre as viagens espaciais e o futuro da exploração do universo.

Muitos mostraram curiosidade em saber como os astronautas regressam à Terra e quais os requisitos necessários para seguir esta profissão.

A atividade revelou-se muito educativa e enriquecedora, permitindo aos participantes conhecer melhor a realidade da vida no espaço e compreender a importância da exploração espacial para toda a humanidade.

Sem dúvida, foi uma experiência inspiradora, que ficará na memória de todos os presentes.

Formandos EFA B3 2AB
Professora de CE Adelaide Silva

MEDIDAS DE APOIO A EX-RECLUSOS

Decorreu, no dia 27 de janeiro de 2026, no EP Porto uma ação de sensibilização alusiva ao tema: "Medidas de Apoio a Ex-Reclusos".

A iniciativa foi dirigida a alunos de diferentes turmas com o objetivo de promover a sua reintegração social e profissional, dotando-os de competências essenciais para o seu futuro.

Esta foi a primeira de duas sessões e teve uma vertente mais prática, centrada na comunicação não verbal.

Ao longo da atividade, foram dinamizados diversos exercícios e dinâmicas de grupo, permitindo aos participantes refletir sobre a importância da postura, dos gestos, do contacto visual e da expressão corporal na comunicação interpessoal, especialmente, em contextos pessoais e profissionais.

Os alunos participaram de forma ativa, demonstrando interesse e envolvimento nas atividades propostas, o que contribuiu para uma aprendizagem mais significativa e prática.

A segunda sessão decorreu no dia 6 de fevereiro e foi dedicada à elaboração de *curriculum vitae*, carta de candidatura e preparação para a apresentação a um emprego, reforçando competências fundamentais para a inserção no mercado de trabalho, após o cumprimento da pena.

Esta ação enquadra-se nas medidas de apoio à reintegração social, reforçando a importância da formação e do desenvolvimento pessoal como instrumentos de inclusão e cidadania.

Professora de CP-E
Noémia Mateus

ESPÍRITO DE NATAL EM AMBIENTE PRISIONAL
CRIATIVIDADE, PARTILHA E ESPERANÇA

Entre os dias 9 e 19 do mês de dezembro de 2025, os professores das Escolas Associadas do Estabelecimento Prisional do Porto dinamizaram um *workshop* de Natal, proporcionando aos alunos um momento diferente de convívio, criatividade e expressão pessoal.

A iniciativa teve como principal objetivo promover o espírito natalício, incentivando a participação em atividades manuais e reforçando valores como a cooperação, o respeito e a esperança.

Durante o *workshop*, os alunos dedicaram-se à elaboração de postais de Natal e enfeites decorativos, utilizando diversos materiais recicláveis e técnicas artesanais.

Entre fitas, cartolinas, pinhas, rolos de papel, tecidos e brilhantes, nasceram trabalhos originais e cheios de significado, refletindo o empenho e a imaginação de cada participante.

Os postais criados foram especialmente valorizados pelos alunos, já que muitos deles os destinaram às suas famílias e amigos, aproveitando esta oportunidade para enviar uma mensagem de carinho e proximidade nesta época tão especial.

Os enfeites produzidos ajudaram a decorar vários espaços comuns do estabelecimento, trazendo mais cor e espírito festivo ao ambiente prisional.

Um dos momentos mais aguardados da iniciativa foi o concurso de coroas de Natal. Os participantes, organizados em grupos/turmas, foram desafiados a criar coroas originais e criativas, recorrendo, sobretudo, a materiais reutilizados. O resultado surpreendeu pela qualidade dos trabalhos apresentados, demonstrando talento, dedicação e espírito de equipa.

O júri, composto por elementos da Equipa Pedagógica, do Corpo da Guarda Prisional, da Direção do EP contou também com a presença e avaliação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Custóias, Dr. Júlio Lourenço.

Foram, desta forma, definidos como critérios de avaliação a criatividade, originalidade e utilização sustentável dos materiais.

O 1º prémio foi atribuído aos alunos do curso EFA NS 2AB; o 2º aos alunos do curso de Informação e Animação Turística; e o 3º aos alunos do curso de Jardinagem.

Apesar da competição saudável, o verdadeiro destaque foi o envolvimento e entusiasmo demonstrado por todos os participantes.

O *workshop* contou ainda com o apoio de uma campanha solidária promovida pela Porto Editora, que ofereceu 200 porta-lápis aos alunos, mas também pelo grupo de professores de Filosofia da Escola Secundária João Gonçalves Zarco que recolheu 90 porta-lápis junto dos alunos do ensino regular.

Este gesto solidário foi recebido com grande apreço e contribuiu para tornar a celebração ainda mais especial.

A iniciativa terminou com a partilha de um lanche convívio, num ambiente marcado pela boa disposição e espírito de união.

Este momento permitiu fortalecer laços entre os alunos e professores e criar um espaço de partilha e proximidade, tão importante nesta época do ano.

O espírito de Natal fez-se sentir dentro das paredes da prisão, lembrando que valores como a solidariedade, a união e a esperança podem estar presentes em qualquer lugar.

Mais do que simples trabalhos manuais, estas iniciativas representam oportunidades de aprendizagem, reflexão e construção de novas perspetivas para o futuro.

Formandos EFA B3 2AB
Mediadora Adelaide Silva

MAGUSTO CELEBRADO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DO PORTO

A celebração do São Martinho no EP Porto, no dia 19 de novembro, foi a efeméride do mês.

A escola estava maravilhosamente decorada com a rainha da festa - a castanha, pintada nos habituais tons outonais que inspiram e acolhem.

Num dia que não quis desvirtuar a crença no verão de São Martinho, foram cerca de 250 os alunos que se juntaram aos professores para celebrar a tradição.

A festa foi apresentada pela inconfundível simpatia e boa disposição da Professora Liliana Ventura. Ouviram-se as tradicionais quadras de São Martinho que ajudaram a criar um ambiente de erudição, a que ninguém ficou indiferente.

O icónico assador de castanhas não faltou para preparar o manjar que se impõe nesta data. O São Martinho também esteve por lá, envolto na sua capa sobre a qual foram afixadas frases sábias para pensar, sobretudo, sobre o valor da Amizade.

Uma dupla de *rappers* convidados foi responsável por um dos momentos altos da tarde, aos quais, posteriormente, se juntou a Banda do Estabelecimento Prisional do Porto e alguns alunos.

Todos juntos prolongaram a animação.

O espírito de convívio esteve sempre connosco para nos lembrar que a Vida também tem destas coisas boas.

Formandos EFA B3 1A e 1B
Professora de Inglês Ana Alvim

HALLOWE'EN

No âmbito da disciplina de Inglês, todos os alunos do espaço escolar e espaço oficinal do Estabelecimento Prisional do Porto celebraram o *Hallowe'en* tendo, para tal, contado com o apoio das professoras, Andreia Gonçalves e Ana Alvim.

As atividades incluíram uma vertente lúdico-pedagógica, o que permitiu o aprofundamento cultural desta celebração anglo-saxónica.

Com a colaboração inexcedível dos alunos, o espaço escolar foi decorado com os símbolos que se impõem nesta época.

A moldura gigante construída pelo grande grupo proporcionou momentos de descontração que plasmam o ambiente de felicidade criado.

Professora de Inglês Ana Alvim

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE CASTELO BRANCO
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AFONSO DE PAIVA
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS NUNO ÁLVARES

CARLOS FERNANDES

Coordenador Pedagógico do
Estabelecimento Prisional de
Castelo Branco
Agrupamento de Escolas
Afonso de Paiva

CICLO DE COLÓQUIOS
SAÚDE E BEM-ESTAR

No Estabelecimento Prisional de Castelo Branco (EPCB), decorreu um ciclo de colóquios dedicado à promoção da saúde e do bem-estar, dinamizado pela Dr.ª Mariana Martins, nutricionista desta instituição.

Ao longo das sessões, foram abordados temas diversos e de grande relevância para o quotidiano da comunidade prisional, nomeadamente mitos nutricionais, alimentação emocional e stress, impacto do açúcar na saúde, leitura de rótulos, influência do sono na alimentação e alimentação económica como ferramenta para o futuro.

Os colóquios estiveram abertos a toda a comunidade prisional, mediante inscrição, tendo registado uma adesão muito positiva e uma elevada aceitação por parte dos participantes. Esta iniciativa constituiu um importante espaço de aprendizagem, reflexão e sensibilização para hábitos mais saudáveis, contribuindo para uma maior consciencialização sobre a relação entre alimentação, saúde física e bem-estar emocional.

Deixamos o nosso sincero agradecimento à Dr.ª Mariana Martins pela disponibilidade, dedicação e partilha de conhecimentos, que muito enriqueceram esta iniciativa.

COLÓQUIO
LITERACIA FISCAL

No EPCB, realizou-se uma palestra dedicada ao tema "Literacia Financeira", com o objetivo de esclarecer a população reclusa sobre a temática dos impostos, a sua origem, finalidade e impacto na vida em sociedade.

A sessão esteve a cargo do Dr. Luís Mendes, Chefe da Divisão de Tributação e de Justiça Tributária da Direção de Finanças/Autoridade Tributária de Castelo Branco, que gentilmente aceitou o convite para dinamizar esta iniciativa.

A atividade decorreu no salão de festas do EP e foi inicialmente pensada para os formandos que frequentam a escola.

Apesar de estar prevista uma duração de cerca de 60 minutos, a palestra prolongou-se para além do tempo inicialmente definido, fruto do interesse demonstrado pelos reclusos/formandos e da disponibilidade do orador para esclarecer as várias questões colocadas.

Ao longo da sessão, foi apresentada uma explicação clara e acessível sobre o que são os impostos, quais os principais existentes, de onde provêm as respetivas receitas, para que fins são canalizadas e de que forma são posteriormente distribuídas e aplicadas. Foram ainda abordadas algumas funcionalidades do Portal das Finanças, bem como esclarecidas questões relacionadas com coimas, multas, acumulação de juros e heranças.

Esta ação teve um impacto muito positivo junto da população reclusa participante, tendo sido recebida com grande interesse e agrado. Considera-se que contribuiu para uma maior sensibilização e compreensão de uma temática que, embora nem sempre do agrado da maioria dos contribuintes, está presente no quotidiano de todos e assume grande importância para o exercício de uma cidadania mais informada.

O nosso sincero agradecimento ao Dr. Luís Mendes pela disponibilidade, simpatia, esclarecimentos e aconselhamentos partilhados ao longo desta sessão.

PROJETO DE ARTES
MÁSCARAS E MASCARADOS

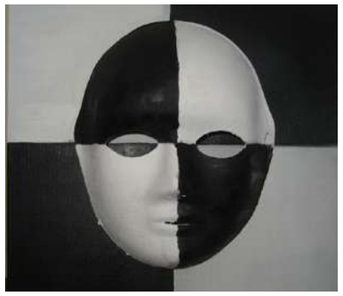
No âmbito do Projeto de Artes, dinamizado pela Prof.ª Liliana Afonso, o EPCB assinalou a época carnavalesca com a atividade "Máscaras e Mascarados".

A iniciativa contou com a participação dos formandos que frequentam o projeto, desafiando-os a criar, moldar e decorar máscaras carnavalescas, explorando diferentes técnicas de pintura, moldagem e expressão artística.

Mais do que uma atividade alusiva ao Carnaval, este projeto constituiu um momento de criatividade, participação e valorização das capacidades individuais dos formandos, promovendo o envolvimento em práticas artísticas e o desenvolvimento da imaginação, da motricidade e do sentido estético.

Ficam alguns registos dos trabalhos elaborados, que refletem o empenho, a dedicação e a originalidade dos participantes.

Felicitamos todos os formandos envolvidos, a quem damos os parabéns pelos trabalhos realizados.



ENTREGA DE PRÉMIOS CÁRITAS INTERPAROQUIAL DE CASTELO BRANCO

Pelo terceiro ano consecutivo, a Cáritas Interparoquial de Castelo Branco voltou a distinguir os formandos do EPCB, através da atribuição de prémios de mérito.

Esta iniciativa teve como objetivo reconhecer os formandos que se destacaram positivamente pela sua assiduidade, empenho e comportamento ao longo do primeiro e segundo períodos letivos do presente ano escolar.

Foram atribuídos prémios aos formandos das quatro turmas dos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) em funcionamento no EP, tendo sido distinguidos o 1.º, 2.º e 3.º classificados de cada turma. Os prémios corresponderam a valores monetários de 50€, 30€ e 20€, respetivamente.

Esta ação representa um importante incentivo à continuidade do percurso educativo em contexto prisional, valorizando o esforço, a responsabilidade e o compromisso dos formandos com a sua formação pessoal e académica.

Em nome de todos os formandos que frequentam o ensino, o nosso sincero agradecimento à Cáritas Interparoquial de Castelo Branco pela atenção, generosidade e apoio demonstrados.

COLÓQUIO
A CRUZ VERMELHA NA COMUNIDADE

No EPCB, realizou-se o colóquio "A Cruz Vermelha na Comunidade", com o objetivo de dar a conhecer à população reclusa a história da Cruz Vermelha, bem como o papel que esta instituição desempenha na sociedade, nas comunidades locais e a nível mundial.

A sessão decorreu no salão anexo à Escola e contou com a participação de 35 reclusos. A palestra esteve a cargo de Iria Moura, técnica da Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Castelo Branco, que apresentou, de forma clara, a missão, os princípios e as áreas de intervenção desta instituição humanitária.

Ao longo da atividade, foram abordadas as diferentes valências da Cruz Vermelha Portuguesa, a sua capacidade de resposta em situações de vulnerabilidade e emergência, bem como a importância do apoio prestado através de serviços, bens e auxílio às populações.

Esta partilha permitiu aos participantes adquirir um maior conhecimento sobre uma instituição de referência, cuja ação se estende da comunidade local ao contexto internacional.

A iniciativa teve um impacto positivo junto da população reclusa, sendo evidente o interesse demonstrado pelos participantes ao longo da sessão e pelos esclarecimentos prestados.

A divulgação do trabalho desenvolvido por instituições como a Cruz Vermelha revela-se particularmente relevante em contexto prisional, contribuindo para uma maior sensibilização, conhecimento cívico e compreensão das respostas existentes na comunidade.

Os nossos mais sinceros agradecimentos à Cruz Vermelha - Delegação de Castelo Branco e, em particular, à técnica Iria Moura pela disponibilidade, colaboração e partilha de conhecimentos.

SUGESTÕES

LEITURA ◊ CINEMA ◊ MÚSICA

LEITURA - Publicado em 1932, ***Admirável Mundo Novo***, de Aldous Huxley, apresenta-nos uma sociedade futurista, integrada no Estado Mundial, cuja ação se inicia em Londres, no ano 2540, correspondente a 632 "Depois de Ford".
Nesta distopia, a tecnologia domina a reprodução, a educação e o comportamento: os seres humanos são produzidos em laboratório, condicionados desde cedo e divididos em castas que determinam a sua função social.
A liberdade individual, o amor, os livros e o pensamento crítico são substituídos pelo consumo, por relações superficiais e não exclusivas, e por uma felicidade artificial mantida através de uma substância química/droga alucinógena - *Soma*.
Huxley constrói uma crítica profética à desumanização, ao materialismo e ao controlo social disfarçado de progresso, estabilidade e felicidade.
A forma como antecipou o domínio tecnológico e o consumismo desenfreado continua a gerar reflexões profundas sobre os limites do progresso e da liberdade.
A (re)ler!

CINEMA - ***A NOITE DOS REIS*** (*La Nuit des Rois*), de Philippe Lacôte, apresentado em festivais como Sundance, Veneza e Roterdão, e vencedor do prémio Amplify Voices no Festival de Toronto (2020), é uma obra intensa, poética e visualmente marcante.
O filme transporta-nos para La Maca, uma prisão autogovernada por reclusos, situada no interior de uma floresta em Abidjan, Costa do Marfim.
O enredo acompanha um jovem novo-entrado que, durante uma noite de lua vermelha, é escolhido pelo chefe dos reclusos como Roman - o contador de histórias.
Para sobreviver, Roman terá de contar uma história aos restantes prisioneiros, prolongando esta até ao amanhecer, como única forma de adiar a morte.
Numa narrativa onde a palavra é instrumento de resistência, Lacôte entrecruza realismo carcerário, tradição oral, mito e violência, transformando a prisão num palco hipnótico de poder, medo, sobrevivência, resistência e humanidade.
A (re)ver!

MÚSICA - **ARCADE FIRE**
Bilbao BBK Live Festival 2024 - ARTE Concert
Os Arcade Fire são uma banda canadiana de indie rock conhecida pela força emocional das suas canções e pela dimensão quase coral dos seus concertos.
A sua música intersecta rock, pop, eletrónica e sons orquestrais, criando temas intensos, expansivos e profundamente humanos.
Álbuns como *Funeral, Neon Bible, The Suburbs* ou *Reflektor* exploram a perda, a memória, a solidão, a infância, a comunidade e a inquietação perante o mundo contemporâneo.
Entre melancolia e celebração, os Arcade Fire constroem canções que parecem feitas para ser escutadas em conjunto, como pequenos rituais de resistência, pertença e catarse. Uma sugestão musical para quem procura emoção, energia e reflexão numa mesma experiência sonora.
A (re)ver e ouvir!

APE^nP ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA de EDUCAÇÃO nas PRISÕES

Nota de responsabilidade legal
As opiniões, informações e afirmações contidas nos artigos publicados nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, não vinculando, em caso algum, a equipa editorial ou a direção da APE^nP.

© Associação Portuguesa de Educação nas Prisões | 2026